

Contabilidade
empresarial e societária

Clóvis Luís Padoveze

2010

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

© 2010 – IESDE Brasil S.A. É proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo, sem autorização por escrito dos autores e do detentor dos direitos autorais.

P124 Padoveze, Clóvis Luís. / Contabilidade Empresarial e Societária. / Clóvis Luís Padoveze. — Curitiba : IESDE Brasil S.A., 2010.
212 p.

ISBN: 978-85-387-1204-6

1.Contabilidade gerencial 2.Contabilidade I.Título

CDD 659.1511

Capa: IESDE Brasil S.A.
Imagem da capa: IESDE Brasil S.A.

Todos os direitos reservados.

IESDE Brasil S.A.
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200
Batel – Curitiba – PR
0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Clóvis Luís Padoveze

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA/Limeira-SP). É professor do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Metodista de Piracicaba, onde se responsabiliza pelas áreas de controladoria e finanças. Também é professor de disciplinas de contabilidade e finanças nos cursos de Ciências Contábeis e Gestão de Negócios Internacionais.

Profissionalmente, atua na área há mais de 30 anos como *controller* de companhias de grande porte e como consultor contábil e financeiro. Tem intensa atividade como condutor de seminários profissionais em controladoria, contabilidade, custos, finanças e sistemas de informações contábeis e gerenciais.

É autor de inúmeros livros na área de contabilidade, contabilidade gerencial, controladoria e finanças, e publica regularmente artigos em revistas especializadas.

Foi membro do Comitê de Normas Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no triênio 2004–2006. Foi membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) de 2002 a 2007. Em 2005 recebeu a Medalha Horácio Berlinck da Ordem do Mérito Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Em novembro de 2009 recebeu o Troféu Cultura Econômica Jornal do Comércio e Caixa, de Porto Alegre, RS, pelo melhor livro de contabilidade de 2009: *Gerenciamento do Risco Corporativo em Controladoria*.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

sumário

Regimes contábeis 11

11 | Definição e tipos de regimes
15 | Regime de caixa
17 | Regime de competência
20 | Regime misto
21 | Impacto nas demonstrações contábeis (regime de caixa *versus* regime de competência)
24 | Aplicação geral do regime de competência
26 | Aplicações específicas do regime de competência
28 | Regimes contábeis, princípios e práticas contábeis e legislação tributária

Estrutura contábil 35

37 | A contabilidade como ciência
44 | Fundamentos da contabilidade
47 | A metodologia contábil
51 | O estudo das contas
56 | Estruturação das informações contábeis
65 | Relatórios contábeis básicos

Escrituração contábil, a teoria contábil e a legislação em vigor 79

79 | Fundamentos da escrituração contábil
93 | A teoria contábil
96 | A estrutura da contabilidade brasileira
99 | Introdução aos princípios e práticas contábeis
101 | Princípios contábeis
102 | Práticas contábeis

Noções gerais dos relatórios contábeis 111

111 | Objetivo e visão geral dos relatórios contábeis
113 | Balanço Patrimonial
123 | Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Este mate

130 | Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
131 | Demonstração das mutações do patrimônio líquido
132 | Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)
135 | Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
140 | Integração entre o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa
141 | Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
145 | Notas explicativas às demonstrações financeiras

Situação financeira 155

155 | Geração de caixa
157 | Análise financeira ou de balanço
159 | A metodologia básica e principais instrumentos de análise financeira
164 | Análise vertical e horizontal
167 | Indicadores de análise financeira
171 | Análise de rentabilidade
177 | Análise dos demais relatórios contábeis

Gabarito 191

Referências 207

Anotações 209

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Apresentação

A contabilidade é considerada a linguagem universal dos negócios. Desde os primórdios da civilização ela tem sido utilizada para o controle das riquezas geradas e acumuladas pela sociedade, tanto em termos individuais como em termos coletivos, caracterizando-se como uma ciência social.

O ramo mais conhecido da ciência contábil é aquele aplicado aos empreendimentos, sejam eles com fins lucrativos ou não. Esse ramo é denominado por alguns autores de contabilidade financeira ou contabilidade societária. Aplicado especificamente às empresas com fins lucrativos é denominado de contabilidade empresarial.

A contabilidade financeira ou societária é obrigatória no Brasil para todas as empresas. Em razão disso, suas regras básicas estão contempladas na legislação. A legislação que contempla a maior parte das regras é a Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações, que foi estendida para as demais sociedades pelo Decreto-Lei1598/77.Recentemente essa legislação sofreu várias importantes alterações pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, que foram incorporadas à Lei original 6.404/76.

A regulamentação da contabilidade financeira é necessária para que as regras sejam as mesmas para todas as empresas. Essas regras são denominadas de práticas contábeis, que decorrem dos princípios contábeis geralmente aceitos, princípios esses que foram desenvolvidos ao longo dos séculos pela ciência contábil para uniformizar os procedimentos e padrões de relatórios contábeis para os usuários externos.

Este livro traz uma introdução a esse ramo da contabilidade. O foco de nosso trabalho é a estrutura básica contábil e os principais relatórios produzidos para os usuários externos. É necessário o conhecimento da estrutura contábil para o

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

entendimento dos fundamentos da ciência contábil e de como ela se apresenta como um sistema de informação. Do sistema de informação contábil saem os relatórios contábeis para utilização pelos usuários para tomada de decisão.

O livro é estruturado em cinco capítulos, partindo da definição da contabilidade como ciência, suas teorias e princípios, sua metodologia, regimes adotados e sistemas de registros. Em seguida apresenta a estrutura contábil brasileira e os livros obrigatórios. O trabalho é finalizado com a apresentação de todos os relatórios contábeis determinados pela legislação e complementado com um conjunto de elementos para avaliar a situação financeira do empreendimento por meio dos relatórios contábeis.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Definição e tipos de regimes

Regime contábil é o critério adotado para registro do valor das transações de despesas e receitas da entidade para fins de apuração do resultado, lucro ou prejuízo, de um determinado período contábil.

A adoção de um determinado regime contábil para a apuração dos resultados implica, necessariamente, que as demais demonstrações contábeis refletirão concomitantemente as diferenças de valores, quando se compara regimes contábeis diferentes.

Período contábil

Período contábil é o intervalo de tempo que a entidade escolhe para apurar seus resultados. Os períodos mais comuns são o mensal, o trimestral, o semestral e o anual. Não há prática contábil ou costume que utilize um período contábil maior do que doze meses (um ano). Assim, não se apura resultados para dois anos, por exemplo.

No Brasil a obrigatoriedade mínima é a adoção do período anual, que é denominado de *exercício contábil*.

As sociedades anônimas de capital aberto (empresas com ações cotadas na bolsa de valores) são obrigadas também, além da apresentação das demonstrações contábeis anuais, à apresentação das demonstrações contábeis nos trimestres encerrados em 31/03, 30/06 e 30/09.

A apuração dos resultados mensais não é obrigatória para fins societários. Basicamente é uma apuração de caráter gerencial, necessária para a gestão patrimonial e dos resultados da empresa. A apuração dos resultados mensais também é feita para empresas que optam ou são obrigadas a esse período de apuração para atender as regras de apuração do Imposto de Renda.

Quando se apuram resultados em períodos menores que um ano, deve-se fazer a soma dos períodos intermediários, apurando-se também o resultado acumulado anual. Assim, se a empresa apura resultados mensais, tem-se que

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

fazer também a somatória dos resultados dos 12 meses. Se a empresa apura resultados trimestrais, tem-se que fazer também a somatória dos resultados dos 4 trimestres. Se a empresa apura resultados semestrais, tem-se que fazer também a somatória dos resultados dos dois semestres.

Exercício contábil

No Brasil as empresas podem escolher um exercício contábil que seja diferente do ano civil. Normalmente isso acontece quando o ciclo operacional (produtivo e comercial) da empresa inicia num mês diferente de janeiro. Um exemplo desse tipo de empresa são as usinas de açúcar e álcool, onde a safra encerra em novembro.

Outrossim, para fins tributários de apuração do Imposto de Renda, há a obrigatoriedade para todas as empresas de adotar o ano civil como exercício contábil. Assim, caso uma empresa adote um exercício contábil diferente do ano civil, terá que fazer duas apurações de resultado: uma para atender a legislação societária, considerando o período escolhido diferente do ano civil, e uma para atender a legislação tributária.

Tipos de regimes contábeis

São três:

- regime de caixa;
- regime de competência;
- regime misto.

Os regimes contábeis são aplicados para as transações já acontecidas. Além do regime contábil as entidades públicas têm que observar também o regime orçamentário. Contudo, as empresas privadas não são obrigadas a adotar o regime orçamentário, da forma como é obrigatório para as entidades públicas.

Evento econômico

Denominamos de evento econômico uma classe de atos que afeta o patrimônio de uma entidade. Como a contabilidade é a ciência do controle de

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

um patrimônio, toda vez que uma ação envolve a modificação desse patrimônio, em termos de valor e classificação, esse ato deve ser contabilizado.

Exemplos de eventos econômicos são: a venda, a compra, a estocagem, o pagamento de salários, o recebimento da venda, o pagamento da compra, a aquisição de imobilizados, a entrada de capital social etc.

Fato administrativo ou *contábil* era a nomenclatura utilizada até a década de 1980 para designar um evento econômico. O evento econômico pode alterar o patrimônio empresarial de duas maneiras:

a) diretamente no valor da riqueza dos proprietários (o patrimônio líquido contábil), aumentando ou diminuindo, eventos esses denominados de aumentativos ou diminutivos;

b) alterando apenas o tipo de ativo ou passivo, sem alterar o patrimônio líquido, eventos esses denominados de qualitativos.

Transação

Denomina-se transação a execução individual de um evento econômico. Assim, a realização de uma compra de material é uma transação do evento econômico compra. A execução de uma venda é uma transação do evento econômico venda, e assim por diante.

O registro de todas as transações dos eventos econômicos é a metodologia básica que a Ciência Contábil encontrou para fundamentar o controle patrimonial de uma entidade.

Momentos que envolvem uma transação de um evento econômico

Toda transação envolve dois momentos de realização: o momento econômico e o momento financeiro.

O momento econômico é o momento em que a transação é gerada. O momento financeiro é o momento em que a transação é recebida ou paga, ou seja, quando há a entrada ou saída de caixa.

Exemplificando com uma transação de compra:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- o momento econômico é o momento em que a compra é efetuada e recebemos a mercadoria ou serviço objeto da compra;
- o momento financeiro é o momento em que a compra é paga ao fornecedor pelo valor que foi feita.

Exemplificando com uma transação de venda:

- o momento econômico é o momento em que a venda é feita e são transferidos os direitos de propriedade para o cliente;
- o momento financeiro é o momento em que o valor da venda é recebido pela empresa vendedora.

Não há dúvida de que, em muitas ocasiões, os dois momentos são realizados ao mesmo tempo. Isso se dá quando realizamos a compra ou a venda à vista, ou seja, no mesmo momento em que estamos comprando e vendendo, estamos também pagando ou recebendo.

Contudo, de um modo geral, na maior parte das empresas, a maioria das transações não são à vista e sim a prazo, ficando distintos os dois momentos de execução que ocorrem com os eventos econômicos.

Momentos de uma transação – exemplo

Venda a prazo em 03/05 para receber em 03/06:

03/05 – Emissão da Nota Fiscal e entrega da mercadoria → momento econômico

03/06 – Recebimento do valor da duplicata → momento financeiro

Outro exemplo importante é o que ocorre com a folha de pagamento dos funcionários. É muito comum que as empresas paguem os salários dos funcionários no mês seguinte, ao redor do dia cinco. Contudo, o fato gerador (a ocorrência), o momento econômico em que o evento "despesa de salários" acontece é o final do mês de trabalho.

Assim, o momento econômico dos salários do mês de março, que gera a despesa para a empresa e o direito para o trabalhador, é o final do mês de março, dia 31, mesmo que a empresa pague os salários no dia 5 de abril.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Folha de pagamento dos funcionários do mês de março, paga em cinco de abril:

Momento econômico– dia 31 de março (direito para o funcionário e obrigação para a empresa)

Momento financeiro– dia 05 de abril

Momentos das transações e regimes contábeis

A distinção dos dois momentos possíveis para as transações é importante para aquelas que afetam o patrimônio líquido. As transações que afetam o patrimônio líquido (excetuando aumento ou diminuição do capital social) são as *receitas* e *despesas*.

A questão que surge então é a seguinte: em que momento deve ser reconhecido o aumento ou diminuição do patrimônio líquido (o aumento ou diminuição da riqueza do proprietário): no momento econômico ou no momento financeiro?

Dessa questão originou-se o conceito dos dois regimes contábeis, o *regime de caixa* e o *regime de competência*.

Regime de caixa

Considera-se que a empresa utiliza o regime de caixa quando apura o resultado de cada período contábil, considerando o momento financeiro das transações dos eventos econômicos de receita e despesa.

Regime de caixa → quando se apura o resultado pelas datas de recebimento e pagamento das transações.

Exemplo

Tomemos como exemplo dois dos eventos econômicos de uma empresa de serviços, uma compra de materiais de expediente a prazo e uma prestação de serviço a prazo. As características e valores dessas transações são as seguintes:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- Compra de materiais de expediente em 15/02/X1 no valor de R$300,00, para pagamento em 15/03/X1.
- Prestação de serviço em 25/02/X1 no valor de R$700,00, para recebimento em 05/04/X1.

A compra de materiais de expediente é uma *despesa* para a empresa. A receita de serviços é uma *receita* para a empresa. Evidenciando as duas movimentações dentro de um modelo de Demonstração do Resultado mensal simplificado, teríamos a apuração conforme tabela apresentada a seguir.

Regime de Caixa	Mês			
Apuração do Resultado Mensal	**Fevereiro/X1**	**Março/X1**	**Abril/X1**	**Soma**
Compra de material de expediente em 15/02/X1, pago em 15/03/X1	0,00	(300,00)	0,00	(300,00)
Prestação de serviço em 25/02/X1, recebido em 05/04/X1	0,00	0,00	700,00	700,00
Resultado (lucro ou prejuízo)	0,00	(300,00)	700,00	400,00

As constatações são as seguintes:

- as duas transações foram geradas em fevereiro/X1, mas nenhuma delas exigiu saída ou entrada de caixa nesse mês, e, portanto, não foram contabilizadas como receita ou despesa de fevereiro/X1;
- o pagamento da compra de material de expediente foi considerado como uma despesa no mês de março/X1, quando saiu o dinheiro do caixa. Como a despesa reduz o patrimônio líquido do proprietário, é apresentada com o sinal negativo na Demonstração do Resultado do mês;
- como não há receita no mês de março/X1, o resultado do mês é um prejuízo contábil;
- o recebimento da prestação de serviço foi feito em abril/X1, e, portanto, aparece no mês de abril/X1 como receita;
- como não há despesa no mês de abril/X1, o resultado do mês é um lucro contábil;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- somando as transações de todos os meses, a Demonstração do Resultado dos três meses evidencia um lucro de R$400,00, que considera o prejuízo de março/X1 de R$300,00 e o lucro de R$700,00 de abril/X1.

As receitas devem ser contabilizadas no mesmo período que as despesas que as geraram. Considerando que os materiais de expediente foram consumidos para gerar a receita de prestação de serviços, a demonstração pelo regime de caixa mostra o descompasso na apuração do lucro.

Contas a receber e contas a pagar

Além do descompasso entre os momentos de geração das despesas e receitas correlacionadas, a utilização estrita do regime de caixa prejudica sobremaneira o controle de contas a receber e a pagar, pois não contabiliza os valores das receitas a receber nem os valores das contas a pagar, uma vez que só as considera quando do efeito no caixa.

Regime de competência

O regime de competência é caracterizado quando se apura o resultado do período contábil considerando os momentos econômicos das transações de despesas ou receitas, isto é, o momento em que as transações foram geradas, independentemente da data de seu pagamento ou recebimento.

Regime de competência → quando se apura o resultado pelas datas em que as transações foram geradas, independentemente de seu pagamento ou recebimento.

Exemplo

Tomemos como exemplo os dois eventos econômicos de uma empresa de serviços já apresentados anteriormente, de uma compra de materiais de expediente a prazo e uma prestação de serviço a prazo. Vamos considerar que os materiais de expediente foram consumidos em fevereiro. As características e valores dessas transações são as seguintes:

- Compra de materiais de expediente em 15/02/X1 no valor de R$300,00, para pagamento em 15/03/X1, com consumo também em fevereiro.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- Prestação de serviço em 25/02/X1 no valor de R$700,00, para recebimento em 05/04/X1.

Regime de Competência	Mês			
Apuração do Resultado Mensal	Fevereiro/X1	Março/X1	Abril/X1	Soma
Compra de material de expediente em 15/02/X1, pago em 15/03/X1	(300,00)	0,00	0,00	(300,00)
Prestação de serviço em 25/02/X1, recebido em 05/04/X1	700,00	0,00	0,00	700,00
Resultado (lucro ou prejuízo)	400,00	0,00	0,00	400,00

Nesse regime contábil, o resultado das duas transações será apurado no mês de fevereiro, mesmo que a despesa seja paga em março e mesmo que a receita seja recebida em abril.

No regime de competência, o que importa é o período de ocorrência (ou geração) da transação. Em outras palavras, quando a empresa assumiu o compromisso. No caso da compra de material de expediente, a empresa já recebeu o material, e, portanto, legalmente já está de sua posse e possibilidade de consumo. Assim, o período de ocorrência é fevereiro, mesmo que o pagamento seja no mês seguinte.

A mesma coisa acontece com a receita. A empresa emitiu a nota fiscal em fevereiro, prestou o serviço em fevereiro, e, portanto, todos os esforços para o serviço e a receita foram executados em fevereiro. Esse é o mês da ocorrência, o mês da geração do serviço. Portanto, a receita deve ser contabilizada em fevereiro, mesmo que, por questões comerciais, a empresa dê um prazo para que o cliente efetue o pagamento no mês de abril.

Note que no regime de competência, o resultado de R$400,00, o lucro das duas transações, aparece também no mês de fevereiro, quando as duas transações foram realizadas.

Eventos de realização financeira de longo prazo

Uma dúvida que pode surgir é com relação a eventos cuja realização financeira seja de muitos meses e de longo prazo. Será que nesse caso é adequado o regime de competência?

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Como exemplo desse tipo de evento podemos citar a atividade de incorporação imobiliária, quando, por exemplo, há a venda de lotes de terreno para pagamento em dezenas de parcelas, chegando até a mais de dez anos.

A prática contábil entende que sim. Mesmo para esse tipo de evento, deve-se utilizar o regime de competência e não o regime de caixa. Assim, caso um terreno seja vendido em fevereiro para pagamento em 50 parcelas de R$400,00, totalizando R$20.000,00, o valor total de R$20.000,00 deverá ser contabilizado como receita integralmente em fevereiro.

Aspecto gerencial

Não há dúvida de que o regime de competência é mais adequado do que o regime de caixa para a gestão das empresas. No regime de competência as empresas têm uma informação mais objetiva do que está acontecendo com suas operações, tendo uma informação destacada da informação do fluxo de caixa.

O regime de caixa não é adequado para a apuração do resultado porque ele não permite uma visão do que está ocorrendo, quando as transações estão acontecendo. Quando a informação é considerada para apurar o resultado, todos os seus efeitos financeiros já foram realizados e isso não permite uma administração antecipatória para detectar problemas que podem surgir na gestão do caixa.

Apuração do Resultado e Gestão do Fluxo de Caixa

A adoção do regime de competência obriga as empresas a fazer também a demonstração dos fluxos de caixa como uma demonstração complementar para a gestão dos negócios.

Com isso as empresas munem-se de dois conjuntos de informações que se complementam: a apuração dos resultados pelo regime de competência mostra a capacidade de geração de lucros da empresa; a demonstração dos fluxos de caixa mostra o movimento financeiro da empresa, evidenciando quando as despesas são pagas e as receitas são recebidas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Contas a receber e a pagar

A adoção do regime de competência implica necessariamente a contabilização do controle de contas a receber e a pagar. Assim, todas as receitas contabilizadas na apuração do resultado, e não recebidas, devem ser controladas como contas a receber, até o seu recebimento. Todas as despesas contabilizadas na apuração do resultado e não pagas devem ser controladas como contas a pagar até o seu recebimento.

Considerando os mesmos dados do exemplo, que exploramos anteriormente para explicar os regimes de caixa e de competência, teremos:

Receita de Serviços de R$700,00 – será controlada como contas a receber de 25/02/X1 até 05/04/X1, quando será recebida.

Compra de Materiais de Expediente de R$300,00 – será controlada como contas a pagar de 15/02/X1 até 15/03/X1, quando será paga.

Regime misto

Caracteriza-se o regime misto quando se utiliza o regime de competência para registrar as despesas na apuração do resultado do período e o regime de caixa para registrar as receitas na apuração do resultado do período.

Aplicação

No Brasil, o regime misto só é aplicado na Contabilidade Pública, ou seja, a contabilidade que abrange toda a administração pública indireta, sendo, portanto, sua utilização em Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, tanto em nível Federal, Estadual como Municipal.

A Lei 4.320/64, complementada pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, é que fundamenta o regime misto para a contabilidade pública.

Características do regime misto na contabilidade pública

A norma legal diz que o exercício financeiro da contabilidade pública abriga:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- as receitas nele arrecadadas;
- as despesas nele legalmente empenhadas.

Assim, o regime contábil da receita será o regime de caixa, que significa considerar na apuração do resultado somente as receitas quando recebidas, somente a receita que ingressou nos cofres públicos.

As despesas na contabilidade pública serão registradas pelo regime de competência, ou seja, devem ser reconhecidos na apuração do resultado os valores já assumidos pela administração pública, independentemente de terem sidos pagos.

Impacto nas demonstrações contábeis (regime de caixa *versus* regime de competência)

É importante ressaltar que o regime de caixa para apuração dos resultados não permite o conjunto completo de controle de um patrimônio empresarial. O impacto nas demonstrações contábeis só será evidenciado quando da realização financeira da transação, impedindo o controle adequado das contas a receber e a pagar, os direitos já obtidos a serem realizados e as obrigações assumidas a serem pagas.

Desta maneira, o regime de caixa não é adequado para a gestão das entidades, sejam elas com ou sem fins lucrativos. O regime de competência para apuração dos resultados permite o controle das contas a receber e a pagar decorrente das receitas e despesas, bem como a contabilização adequada dos demais elementos patrimoniais que envolvem recebimentos e pagamentos futuros.

Regimes contábeis e demonstrações contábeis

A apuração do resultado da empresa é apresentada na demonstração contábil denominada de Demonstração do Resultado.

A outra demonstração contábil básica é o Balanço Patrimonial, que mostra o patrimônio da entidade após cada transação. Na prática, faz-se um balanço patrimonial ao final do período contábil.

A outra demonstração contábil que interessa para o desenvolvimento do nosso tema é o fluxo de caixa ou demonstração dos fluxos de caixa. Essa

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

demonstração evidencia a movimentação financeira, recebimentos e pagamentos, do período.

Objetivo da informação	Relatório Contábil
Apuração do resultado de um período (lucro ou prejuízo)	Demonstração do Resultado
Apresentação do patrimônio empresarial	Balanço Patrimonial
Evidenciação da movimentação financeira de um período	Fluxo de Caixa

Impacto nas demonstrações contábeis – exemplo 1

Vamos retomar as transações de compra e prestação de serviços que utilizamos em exemplificações anteriores para mostrar o impacto nas demonstrações contábeis e, consequentemente, no conjunto das informações à disposição da administração para o controle patrimonial.

	Demonstração do Resultado	Fluxo de Caixa	Balanço Patrimonial	
			Valor	Conta
Regime de Caixa				
15/02/X1 – Compra a prazo R$300,00	-	-	-	
25/02/X1 – Venda a prazo R$700,00	-	-	-	
15/03/X1 – Pagamento da compra	(300,00)	(300,00)	-	
05/04/X1 – Recebimento da venda	700,00	700,00	-	
Regime de Competência				
15/02/X1 – Compra a prazo R$300,00	(300,00)	-	300,00	Contas a Pagar
25/02/X1 – Venda a prazo R$700,00	700,00	-	700,00	Contas a Receber
15/03/X1 – Pagamento da compra	-	(300,00)	-	Contas a Pagar
05/04/X1 – Recebimento da venda	-	700,00	-	Contas a Receber

Esse exemplo demonstra uma transação de despesa e uma transação de receita. Verifique que no regime de caixa o efeito na demonstração do resultado é o mesmo do fluxo de caixa, uma vez que está sendo apurado o resultado pelo regime de caixa. Assim, claro a pouca importância da demonstração do resultado, uma vez que os dados aparecem da mesma forma no fluxo de caixa.

Mas o que é importante ressaltar é que, considerando esses tipos de transações apenas, não há reflexo ou impacto em mais nenhuma conta no balanço patrimonial, ficando apenas registradas as movimentações do caixa. Ou seja, o balanço patrimonial, como controle de direitos a receber e obrigações a pagar, torna-se, nesse caso, dispensável.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Já pelo regime de competência, além da apuração do resultado ser evidenciada no momento adequado, há também o controle de contas a pagar e contas a receber no balanço patrimonial. Assim, fica claro que o regime de competência, além de determinar o melhor momento para apuração do resultado de um período, também é o regime que permite o controle adequado das contas a receber e a pagar da empresa.

Impacto nas demonstrações contábeis – exemplo 2

Outro exemplo pode ajudar no entendimento da comparação entre os dois regimes. Vamos agora considerar um evento de compra de um bem para ser utilizado nas operações da empresa, de vida útil maior do que um ano, que é contabilizado como um ativo imobilizado.

Vamos considerar a compra de um equipamento por R$2.400,00, para pagamento em 3 parcelas de R$800,00. Nesse momento não vamos levar em conta a depreciação do valor do bem e assim não há impacto na demonstração de resultado decorrente do valor da compra.

	Fluxo de Caixa	Balanço Patrimonial - Saldos das contas	
	Movimento (R$)	Imobilizado (R$)	Contas a Pagar (R$)
Regime de Caixa			
30/11/X1- Compra de equipamento a prazo, R$2.400,00	-	-	-
31/12/X1 - Pagamento da 1.ª parcela	(800,00)	800,00	-
31/01/X2 - Pagamento da 2.ª parcela	(800,00)	1.600,00	-
28/02/X2 - Pagamento da 3.ª parcela	(800,00)	2.400,00	-
Regime de Competência 30/11/X1- Compra de equipamento			
a prazo, R$2.400,00	-	2.400,00	2.400,00
31/12/X1 - Pagamento da 1.ª parcela	(800,00)	2.400,00	1.600,00
31/01/X2 - Pagamento da 2.ª parcela	(800,00)	2.400,00	800,00
28/02/X2 - Pagamento da 3.ª parcela	(800,00)	2.400,00	0,00

Verifique que no regime de caixa, o valor do bem imobilizado só será conhecido por completo no ano seguinte ao de sua aquisição, quando terminar

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

o pagamento da terceira parcela. Já no regime de competência, além de o valor do equipamento ser registrado pelo seu valor total no ato da compra, há ainda a criação do controle da conta a pagar ao fornecedor do equipamento. Dessa maneira fica, mais uma vez, clara a superioridade conceitual do regime de competência sobre o regime de caixa, tanto para o processo de controle empresarial quanto para o processo de tomada de decisão.

Aplicação geral do regime de competência

O regime de competência deve ser aplicado em todas as receitas e despesas da empresa, tendo como referência o registro na apuração do resultado do período na ocorrência do momento econômico de cada transação.

O momento econômico é o momento de ocorrência ou o momento do fato gerador. A terminologia mais utilizada é que as despesas devem ser contabilizadas para apuração do resultado quando incorridas e as receitas quando realizadas.

Assim se expressa o regime de competência: as receitas devem ser contabilizadas quando realizadas e as despesas quando incorridas, para apuração do resultado do período, independente da data do recebimento ou pagamento.

Despesas operacionais

Todas as despesas da operação devem ser contabilizadas pelo regime de competência. Os exemplos e as situações mais comuns são:

- as mercadorias compradas pelas empresas comerciais para revenda devem ser contabilizadas na apuração do resultado apenas quando vendidas e não quando estocadas;
- as matérias-primas e componentes utilizados pelas empresas industriais para a produção de seus produtos devem ser contabilizadas como custo apenas quando consumidas ou requisitadas pela produção e não quando compradas para estoque;
- os materiais indiretos não consumidos imediatamente devem ser contabilizados quando consumidos e não quando comprados (salvo se forem de valores não relevantes);

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- os gastos com a folha de pagamento (salários e encargos sociais) devem ser contabilizados no mês de competência e não no mês do pagamento das verbas;
- os tributos (sobre vendas, sobre a folha de pagamento ou sobre o lucro) devem ser contabilizados no mês em que foram gerados, e não no mês do pagamento;
- as despesas gerais (energia elétrica, telefone, serviços prestados por terceiros, aluguéis etc.) devem ser contabilizados no mês de sua geração ou incorrência, e não no mês que forem pagas.

Receitas operacionais

Todas as receitas da operação devem ser contabilizadas quando forem realizadas[1] (regime de competência), e não quando recebidas. São exemplos:

- Receita da venda de mercadorias pelas empresas comerciais e de produtos das empresas industriais, quando da transferência da propriedade, e não quando do recebimento;
- Receita da venda de bens a longo prazo, mesmo parceladas, (imobiliárias etc.) quando do fechamento do contrato, e não quando do recebimento das parcelas[2];
- Receita da venda de serviços quando de sua entrega e não quando recebidas.

[1] Para a maior parte das empresas brasileiras, o momento de reconhecimento da receita para fins de apuração do resultado é a data da emissão da nota fiscal.

[2] As normas contábeis brasileiras exigem um ajuste do valor, trazendo os valores prefixados de longo prazo a valor presente para a contabilização inicial, tema este abordado em disciplina de Contabilidade Avançada.

Despesas de juros e encargos financeiros

Todas as despesas de juros de empréstimos, financiamentos, tributos parcelados etc., devem ser contabilizadas pelo regime de competência, independente de pagamento total ou parcial da dívida. O regime de competência para os juros e encargos financeiros é o *transcorrer do tempo*.

Assim, teoricamente, cada dia deveria haver a contabilização dos juros diários sobre empréstimos e financiamentos. Contudo, isso não é prático; dessa maneira, a prática contábil é a contabilização mensal *pro rata dia*[3] dos juros e encargos financeiros até o último dia da apuração do resultado do período.

[3] *Pro rata dia* – proporcional aos dias transcorridos.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Receitas financeiras

Da mesma forma que os juros de empréstimos e financiamentos, os juros de aplicações financeiras de renda fixa devem ser contabilizados pelo regime de competência. Assim, ao final de cada mês, devem ser contabilizados os juros de direito de aplicações financeiras, mesmo que a aplicação não seja resgatada.

Variações cambiais

Valores a receber em moeda estrangeira e valores a pagar em moeda estrangeira, enquanto não recebidos ou pagos, devem ser objeto de atualização monetária. O valor em reais, objeto da atualização monetária mensal é denominado de variação cambial, que pode ser uma despesa ou uma receita.

Assim, a variação cambial deve ser contabilizada pelo transcorrer do tempo e pela variação da taxa da moeda estrangeira e não quando o direito for recebido ou a dívida paga.

Encargos contratuais

Direitos contratuais e dívidas contratuais que não sejam empréstimos, aplicações financeiras ou em moeda estrangeira, se contiverem atualizações de juros ou por índices de inflação em cláusulas contratuais, devem ser atualizados mensalmente e os valores, oriundos dessas atualizações, considerados na apuração do resultado pelo regime de competência, mesmo que o contrato não tenha sido recebido ou pago.

Aplicações específicas do regime de competência

O regime de competência por si só é uma regra geral para as receitas e despesas. Contudo, algumas situações e eventos contábeis merecem uma atenção especial, porque decorrem da adoção de práticas e critérios contábeis ou são gastos não expressos imediatamente. Apresentamos a seguir os principais eventos que exigem também a aplicação do regime de competência para apuração do resultado de um período contábil.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Férias e décimo terceiro salário e seus encargos sociais

A legislação trabalhista brasileira determina que todo funcionário tem direito a 1/12 avos de férias e de décimo terceiro salário por mês de trabalho. Assim, esse valor já se caracteriza como uma despesa e obrigação da empresa, bem como um direito do trabalhador.

Dessa maneira, deve-se fazer a contabilização mensal na proporção do salário de cada trabalhador para esses encargos, mesmo que sejam pagos só no final do ano (no caso de décimo terceiro) ou em até dois anos (no caso de férias). Devem também ser contabilizados os encargos mensais sobre esses valores provisionados.

Despesas pagas antecipadamente

Algumas despesas, por sua característica comercial, podem ser pagas de maneira antecipada. Os exemplos mais comuns são os seguros de bens e veículos e as assinaturas de jornais e revistas. Só pode ser considerado como despesa no período o valor proporcional ao período transcorrido e não todo o valor pago por antecipação.

Receitas recebidas antecipadamente

São poucas as ocorrências desse tipo de receita, mas o princípio é o mesmo. Um exemplo pode ser o recebimento antecipado de aluguel de imóvel, dos próximos seis meses. A receita só deve ser considerada como tal mês a mês, à medida que o prédio for utilizado pelo locatário.

Juros pagos antecipadamente

É comum no desconto de duplicatas, em que o juro é cobrado no ato da operação, mas se refere a um ou mais períodos mensais futuros. Os juros devem ser contabilizados apenas com o transcorrer do tempo.

Depreciação e amortização de imobilizados e intangíveis

Os imobilizados e intangíveis são contabilizados como bens, porém, à medida que o uso e o tempo passam, tendem a perder valor econômico.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Essa perda é denominada de depreciação ou amortização e deve ser contabilizada com o transcorrer do tempo e o critério utilizado.

Provisões contingentes

Se a empresa detectar que um processo em juízo lhe trará uma perda provável, ela deve, no momento dessa identificação, reconhecer uma perda, mesmo que o julgamento ainda não tenha sido encerrado.

Provisões de perdas por desvalorização de ativos

Se a empresa detectar que um bem ou direito em seu ativo vale menos que o valor de mercado, deve reconhecer como despesa essa perda, quando isso for detectado, para obedecer o regime de competência.

Despesas associadas às receitas

Algumas despesas têm uma relação direta com as receitas contabilizadas, mesmo que pagas no futuro. Assim, essas despesas devem ser contabilizadas pelo regime de competência. São exemplos mais comuns a provisão para créditos incobráveis e a provisão para despesas com garantia de produtos.

Regimes contábeis, princípios e práticas contábeis e legislação tributária

O regime de competência é consagrado pela contabilidade desde os seus primórdios. Faz parte da ciência contábil, independente de regras estabelecidas ou normas legais.

No Brasil, as normas e procedimentos contábeis são atualmente de responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. O regime de competência está expresso em seu Pronunciamento Técnico (sem número): "Pronunciamento conceitual básico – estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis", nos itens 22, 95 e 96.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Confrontação das receitas com as despesas

As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado do período com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita. Esse processo é usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência) e envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos; por exemplo, os vários componentes de despesas que integram o custo das mercadorias vendidas devem ser reconhecidos na mesma data em que a receita derivada da venda das mercadorias é reconhecida (CPC, 2008).

Dessa maneira, quando se contabiliza uma receita num período, todas as despesas que deram origem a essa receita devem ser contabilizadas ao mesmo tempo.

O regime de caixa não é permitido pelas práticas contábeis brasileiras

Não há previsão nas normas, procedimentos e práticas contábeis brasileiras para adoção do regime de caixa para apuração do resultado de um período contábil. A única exceção é a contabilidade pública, que adota o regime misto por determinação legal.

Assim, prevalece para as empresas brasileiras o regime de competência, mesmo para empresas de pequeno porte e entidades sem fins lucrativos.

Regime de caixa e legislação tributária

A legislação tributária de apuração do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido admite que a base de cálculo, para as empresas sujeitas ao lucro presumido, seja elaborada com base no regime de caixa.

Isso não quer dizer que a contabilidade deve ser feita pelo regime de caixa. A contabilidade das empresas sujeitas ao lucro presumido deve ser feita pelo regime de competência, mesmo que a base para apuração do tributo (as receitas) possa ser apurada pelo regime de caixa.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Ampliando seus conhecimentos

(WARREN, 2009)

A legislação comercial e tributária brasileira optou pela adoção das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IFRS – International Financial Reporting Standards. A Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação 488/05, aprovou e tornou obrigatórias essas normas para as sociedades anônimas de capital aberto, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/06. Em 28/12/2007 esta opção foi consagrada pela Lei 11.638/07, alterando o Artigo 177 da Lei 6.404/76 no parágrafo 58:

> §5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o §3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

A Medida Provisória 449 de 03/12/2008, aprovada pela Lei 11.941/09 de 27/05/2009 estendeu a adoção das normas internacionais de contabilidade para as demais empresas, via pronunciamentos do CPC.

No Brasil, a partir de 2008, o órgão responsável pela normatização contábil é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC foi criado em 07/10/2005 pela Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade, (CFC) para ser o único órgão responsável pela emissão dos pronunciamentos contábeis no Brasil, em função das necessidades de:

- convergência internacional das normas contábeis;
- centralização na emissão de normas contábeis;
- representação das instituições nacionais interessadas em eventos internacionais.

Antes da criação do CPC, as normas, procedimentos técnicos, orientações e interpretações contábeis eram de responsabilidade basicamente:

- do Conselho Federal de Contabilidade, para todas as empresas no território nacional;
- da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as companhias abertas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Também eram agentes legalmente autorizados o IBRACON, para as auditorias independentes, o Banco Central, para as instituições financeiras, a SUSEP, para as instituições seguradoras e a Receita Federal, no âmbito tributário.

O CPC é composto por dois representantes das seguintes entidades:

- Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA);
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL);
- Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA);
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON);

O CPC sempre convidará representantes do:

- Banco Central do Brasil;
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Secretaria da Receita Federal;
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Enquanto o CPC não cobrir a regulamentação de todas as normas contábeis existentes e necessárias, já existentes, emitidas pelos diversos órgãos responsáveis ou mesmo pelo legislativo brasileiro, estas continuarão em vigor e deverão ser seguidas pelos contadores. Até janeiro de 2009 o CPC havia emitido 42 pronunciamentos, 3 orientações e 12 interpretações.

Atividades de aplicação

1. Discorra sobre quais são as principais deficiências decorrentes da utilização do regime de caixa para apuração do resultado de um período contábil.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

2. Uma fatura de conta de energia elétrica emitida em fevereiro, relativa ao consumo de energia do mês de fevereiro, para ser paga em abril, deve ser contabilizada:

a) em abril, pelo regime de competência.

b) em fevereiro, pelo regime de caixa.

c) em fevereiro, pelo regime de competência.

d) em março, pelo regime de caixa.

3. Considere uma mercadoria comprada à vista em 15/02/X1 por R$1.000,00 para estoque e vendida em 15/04/X1 para ser recebida em 02/06/X1 por R$2.300,00. Apure o resultado de cada mês envolvido.

a) Pelo regime de caixa.

b) Pelo regime de competência.

4. O décimo terceiro salário, pela legislação trabalhista, deve ser pago em duas parcelas, em novembro e dezembro de cada ano. Pelo regime de competência, como você lançaria essa despesa?

a) Metade do valor em novembro, metade em dezembro.

b) 1/12 avos por mês.

c) O valor total em novembro.

d) O valor total em dezembro.

5. Uma venda de mercadoria a prazo, com nota fiscal emitida em maio, para vencimento em três parcelas iguais em junho, julho e agosto, deve ser contabilizada, pelo regime de competência:

a) O valor total em maio.

b) 1/3 em cada mês do recebimento de cada parcela.

c) O valor total em agosto.

d) O valor total em junho.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

6. Uma compra de mercadoria feita em agosto de um ano, paga em setembro, no valor de R$300,00, foi vendida em agosto porR$700,00, para recebimento em outubro. O lucro de R$400,00, pelo regime de competência, é do mês de:

a) setembro.

b) outubro.

c) agosto.

d) novembro.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Estrutura contábil

A contabilidade é uma ciência porque tem teorias próprias, métodos científicos de trabalho e objeto de estudo específico. Ela se apresenta de forma conclusiva como informações, que servem para todo o processo decisório, para o planejamento, execução e controle das entidades contábeis. Dessa maneira, a contabilidade também se expressa dentro de um sistema de informação, denominado sistema de informação contábil.

Como todo sistema de informação, a contabilidade recebe os dados e informações, que se caracterizam como entradas do sistema, faz o processamento por meio de sua metodologia, meios e estrutura de registros, e produz, como saída, relatórios contábeis. O objetivo dos relatórios contábeis é o controle econômico e financeiro da entidade contábil.

Uma entidade contábil é qualquer pessoa física ou jurídica que tenha elementos patrimoniais que possam ser medidos em valor econômico. Assim, a contabilidade é aplicada para o controle do patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado, sejam entidades sem fins lucrativos ou empresas com fins lucrativos. Neste capítulo faremos sempre referência a empresas com fins lucrativos.

A contabilidade como sistema de informação pode ser representada conforme a Figura 1.

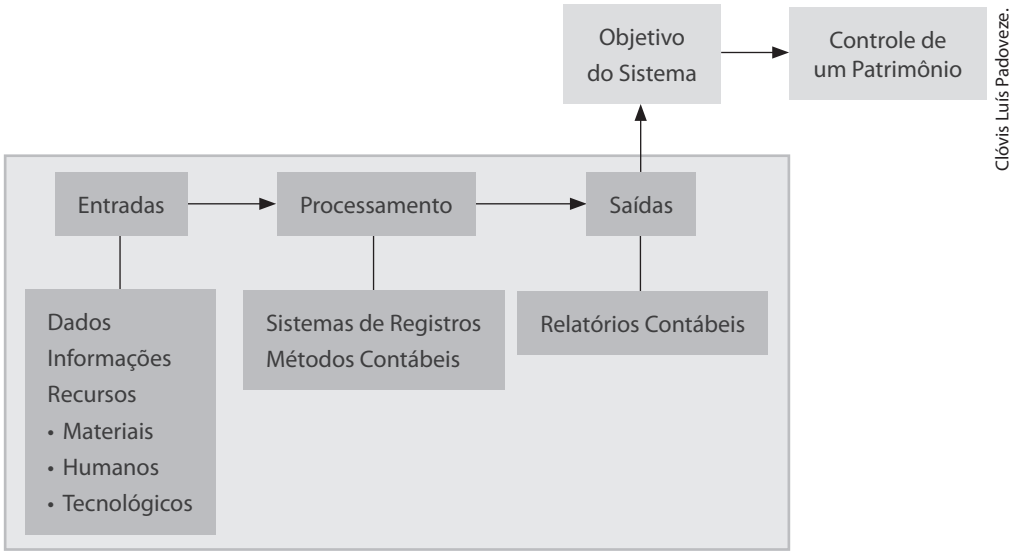


Figura 1 – A contabilidade como sistema de informação.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Assim, a estrutura contábil pode ser caracterizada como a expressão dos objetivos da ciência contábil dentro de um sistema de informação contábil.

Desde seus primórdios, a contabilidade evoluiu como qualquer ciência. Dessa maneira, quando se fala em sistema de informação contábil deve-se considerar o atual estágio da contabilidade, estágio este que compreende inúmeras especializações. Portanto, o sistema de informação contábil é segmentado em vários sistemas denominados subsistemas contábeis, que objetivam atender as diversas necessidades específicas das empresas.

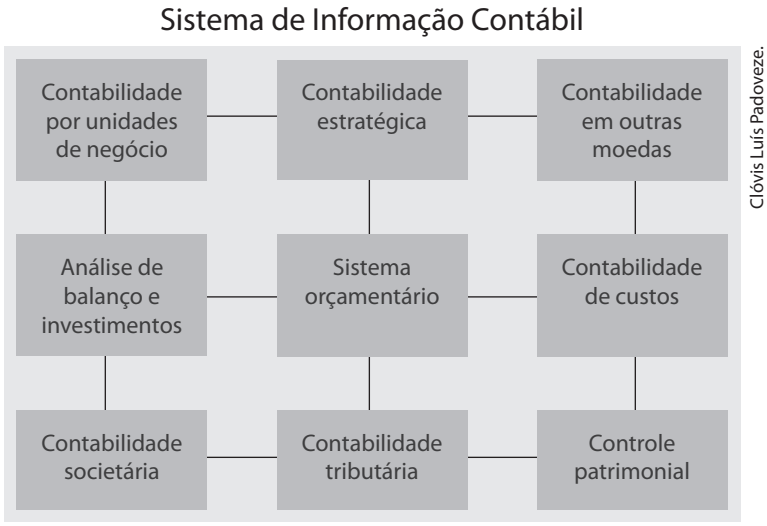


Figura 2 – Sistema contábil, especializações e subsistemas contábeis.

A figura 2 mostra um resumo das diversas e mais conhecidas especializações do sistema de informação contábil. A contabilidade evoluiu da contabilidade societária, que muitos denominam de contabilidade tradicional, para a contabilidade de controle patrimonial, para a contabilidade de custos e análise financeira de investimentos, para a contabilidade tributária, para a contabilidade para o controle prospectivo, denominada de contabilidade orçamentária, adicionando as necessidades de contabilidade por responsabilidade, denominada também de contabilidade por unidades de negócio, e contabilidade em outros padrões monetários. O estágio atual da contabilidade é a contabilidade estratégica, que caracteriza-se pela responsabilidade de sistemas de informações que abastecem o planejamento estratégico das empresas.

É importante ressaltar que todos os subsistemas contábeis devem trabalhar de forma inter-relacionada, pois um atributo intrínseco de um sistema é a interligação de suas partes, os subsistemas, que devem ser interdependentes entre si.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A contabilidade como ciência

A contabilidade enquadra-se como uma ciência social porque também estuda os efeitos sociais das ações dos seres humanos que possam ser medidas economicamente, ou seja, ações que se traduzem em efeitos monetários. As transações entre as empresas e as pessoas são transações sociais e parte delas pode ser medida, tanto em termos de quantidade física quanto em termos de quantidade de moeda, atributo fundamental para a ciência contábil.

O objeto da contabilidade

O objeto de estudo da contabilidade é o *patrimônio* das entidades. O conceito original de patrimônio é o conjunto de riquezas de uma entidade, seja de uma pessoa física ou de uma pessoa jurídica, ou mesmo de uma entidade governamental.

Nos primórdios da civilização, a contabilidade foi aplicada inicialmente para o controle das riquezas dos governos, como o controle dos estoques de cereais, manadas de animais para alimentação, carga e transporte, extração e estoque de metais preciosos, quantidade de escravos etc.

Sua expansão natural foi para o controle das riquezas dos homens de posse, para, em seguida, aplicar o mesmo conceito de controle para os empreendimentos comerciais dessas épocas, como as caravanas terrestres e empreendimentos marítimos de exploração de riquezas de outras regiões.

Portanto, o foco da contabilidade é o controle das riquezas de alguém, de uma empresa ou qualquer outro tipo de entidade, cujo conjunto é denominado genericamente de patrimônio.

Definição de contabilidade

Podemos definir contabilidade como a ciência do controle econômico do patrimônio de uma entidade. Como esse controle é caracterizado pela geração de informações quantitativas, a contabilidade é objetivamente um sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade.

Fundamentalmente, a escola italiana é a que trata a contabilidade como ciência em seu sentido mais amplo, como a Ciência do Controle Patrimonial,

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

enquanto a escola norte-americana é mais objetiva e enfoca, principalmente, o conceito de informação útil para os diversos usuários. Esses aspectos podem ser verificados nas definições de contabilidade apresentadas a seguir.

Francisco D'Áuria, um dos maiores expoentes da contabilidade brasileira, representante da escola italiana, diz que a "Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativos aos atos e fatos da administração econômica"(PADOVEZE, 2006).

Eldon S. Hendriksen, conceituado cientista contábil norte-americano, diz que a "Contabilidade é um processo de comunicação de informação econômica para propósitos de tomada de decisão tanto pela administração como por aqueles que necessitam fiar-se nos relatórios externos" (PADOVEZE, 2006).

Dessas definições ficam claras duas vertentes básicas: a escola italiana entende que a contabilidade é a ciência do *controle patrimonial*, enquanto a escola americana enfoca o conceito de *transmissão de informação* econômica.

A escola americana preocupa-se mais com a questão da transmissão da informação contábil e também com a contabilidade para usuários externos. Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são decorrentes da escola norte-americana. A escola italiana busca uma visão mais abrangente, colocando a ciência contábil como a ciência do controle do patrimônio, não se atendo basicamente a definir regras ou princípios a serem seguidos.

Elementos patrimoniais de uma entidade contábil

Os primeiros elementos patrimoniais que deram origem à necessidade de controle contábil foram os *bens*, os primeiros elementos caracterizados como riquezas, por serem úteis, raros, desejáveis e fungíveis (passíveis de troca). Com a evolução da civilização e das formas de concretizar as transações que envolviam bens, surgiram as transações liquidadas a prazo, gerando créditos futuros para o fornecedor de bens, e débitos futuros para o recebedor dos mesmos bens.

Assim, a partir do momento em que numa transação as duas partes concordaram com a sua liquidação no futuro, surgiram os *direitos* e as *obrigações*. Esses dois elementos patrimoniais nasceram no mesmo momento, não se sabe em que momento da história da civilização.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Com a invenção da *moeda* como instrumento geral de mensuração das trocas[1], as transações dos bens passaram a ser mensuradas pelo padrão monetário, em outras palavras, em dinheiro, único padrão hoje adotado pela contabilidade em todo o mundo.

[1] Considera-se que a moeda, da forma como a conhecemos, surgiu no século VI antes de Cristo, na Lídia, atual Turquia.

Com isso, os direitos e obrigações, juntamente com os bens, também puderam ter a sua mensuração da mesma maneira, pelo padrão monetário. Concluindo, os elementos patrimoniais são os *bens,* os *direitos* e as *obrigações*.

Definição de patrimônio e patrimônio líquido

O patrimônio, objeto de estudo e controle da contabilidade, é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

Tendo em vista que os direitos são elementos desejáveis e as obrigações são elementos contrários aos direitos, as pessoas querem ter bens e direitos e *não* querem ter obrigações.

Assim, surgiu a figura do patrimônio líquido quando se atribui sinais aritméticos aos três elementos patrimoniais. Atribuiu-se o sinal mais (+) aos bens e direitos e o sinal menos (–) às obrigações. À resultante aritmética dos três elementos patrimoniais denominou-se patrimônio líquido.

Portanto, define-se *patrimônio líquido* como a diferença aritmética entre a soma dos bens e direitos, menos as obrigações. Todos esses elementos devem estar mensurados numa única unidade de medida, a moeda corrente do país (em nosso país, em reais), para que se possa obter o valor econômico do patrimônio líquido.

Outros nomes para o patrimônio líquido são sobra líquida, situação líquida e patrimônio residual.

Exemplo numérico

Tomemos como exemplo um patrimônio em formação de uma pessoa física, chamada de João José. Vamos supor que ela tenha (de sua propriedade) um carro. A contabilidade, nos seus primórdios, contabilizava os bens apenas em quantidades físicas, da seguinte forma:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Patrimônio de João José

1 Carro

Vamos supor logo em seguida que, após o recebimento de seu salário mensal e após fazer todas as suas despesas, João José tenha em sua carteira R$200,00 em dinheiro. Para continuar a contabilidade de João José vamos ter que atribuir valor também ao carro, para que os dois tipos de bens sejam controlados de uma única maneira, em reais. Verificamos que João José pagou no carro (que está totalmente quitado) R$20.000,00. Podemos agora montar o novo patrimônio de João José, incluindo a mensuração em padrão monetário do país.

Patrimônio de João José	R$
1 Carro	20.000,00
Dinheiro disponível	200,00
Total em reais	20.200,00

Esta forma de contabilização é a maneira moderna que a contabilidade controla um patrimônio. Além das quantidades e da classificação por tipo de bem, a contabilidade também registra o valor de cada tipo de bem.

Dando continuidade ao nosso exemplo, vamos imaginar que João José, após vários meses de trabalho, conseguiu economizar R$10.000,00 e colocou na poupança. Com o recibo do depósito e confirmação pelo extrato bancário, vamos registrar mais um patrimônio de João José, agora um direito. Qualquer dinheiro depositado em banco, ou numa aplicação financeira, seja em renda fixa ou poupança, enquanto em poder do banco é um direito, não é um bem. O patrimônio de João José ficaria assim representado pela contabilidade.

Patrimônio de João José	R$	Tipo de Patrimônio
1 Carro	20.000,00	Bem
Dinheiro disponível	200,00	Bem
Depósito em poupança	10.000,00	Direito
Total em reais	30.200,00	

A próxima ação de João José foi identificar uma casa no valor de R$50.000,00, pagar R$8.000,00, sacando dinheiro da poupança, e financiar o resto pelo sis-

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

tema financeiro de habitação (SFH), obtendo um empréstimo de longo prazo de R$42.000,00. O patrimônio de João José teria a seguinte configuração:

Patrimônio de João José	R$	Tipo de Patrimônio
1 Carro	20.000,00	Bem
Dinheiro disponível	200,00	Bem
Depósito em poupança	2.000,00	Direito
1 Casa	50.000,00	Bem
Total em reais	72.200,00	Bens e direitos
Empréstimo SFH	42.000,00	Obrigação

Para se saber o valor do patrimônio líquido, deve-se subtrair do total dos bens e direitos o valor das obrigações. Em nosso exemplo, apesar de João José ter um total de bens e direitos de R$72.200,00, seu patrimônio líquido, a sua riqueza líquida, é de apenas R$30.200,00, conforme o cálculo apresentado abaixo:

Patrimônio Líquido de João José	R$
Total dos bens e direitos	72.200,00
(–) Total das obrigações	(42.000,00)
Valor do patrimônio líquido de João José	30.200,00

O patrimônio líquido é a figura mais importante da contabilidade, porque representa a riqueza líquida da entidade contábil, seja pessoa física ou pessoa jurídica.

Patrimônio líquido como medida de riqueza

Para a contabilidade uma pessoa é mais rica que outra se o valor do seu patrimônio líquido é maior que o da outra. Em outras palavras, para a contabilidade é mais rico quem tiver o maior valor de patrimônio líquido. Portanto, o valor do patrimônio líquido é a medida comparativa de riqueza para a contabilidade.

Vamos imaginar uma outra pessoa física, o Richard Herbert, que tem o seguinte conjunto patrimonial, na mesma data que João José.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Patrimônio de Richard Herbert	R$	Tipo de Patrimônio
1 Carro	150.000,00	Bem
Dinheiro disponível	500,00	Bem
Depósito em poupança	200,00	Direito
1 Casa	400.000,00	Bem
Total em reais	550.700,00	Bens e direitos
Empréstimo SFH	385.000,00	Obrigação
Financiamento do carro	144.000,00	Obrigação
Total em reais	529.000,00	Obrigações

Nota-se que o valor total dos bens e direitos de Richard Herbert é muito maior do que o de João José. Outrossim, fica claro também que Richard Herbert tem um total de obrigações muito maior do que João José. Para se saber quem é mais rico, na ótica da contabilidade, deve-se apurar o valor do patrimônio líquido de Richard. Vejamos como fica.

Patrimônio Líquido de Richard Herbert	R$
Total dos bens e direitos	550.700,00
(–) Total das obrigações	(529.000,00)
Valor do patrimônio líquido de Richard Herbert	21.700,00

Comparando o valor do patrimônio líquido de cada um temos:

Valor do patrimônio líquido	R$
João José	30.200,00
Richard Herbert	21.700,00

Neste momento temos que considerar que João José é mais rico do que Richard Herbert. A medida de riqueza pelo valor do patrimônio líquido é uma medida estática, num determinado momento. A contabilidade financeira ou tradicional tem por objetivo medir o patrimônio numa determinada data.

O mais comum é medir o valor do patrimônio, dos bens e direitos e das obrigações, bem como o valor do patrimônio líquido ao final do exercício civil, em 31 de dezembro. Para fins gerenciais, mede-se todo final de mês.

Não é objetivo deste segmento da contabilidade medir o patrimônio líquido do futuro das pessoas e das empresas. Para este objetivo, utilizam-se os conceitos de planejamento orçamentário, outro segmento da contabilidade.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Assim, é possível que, no futuro, Richard Herbert tenha condições e ganhos maiores do que João José, e lá na frente tenha um patrimônio líquido de valor superior ao de João José, objetivo este que não é possível de ser atingido com os dados de agora.

Situações em que se pode encontrar um patrimônio

Tendo como referência o valor do patrimônio líquido de um patrimônio, num determinado momento, podemos identificar cinco tipos de situações patrimoniais:

- solvência absoluta;
- solvência relativa;
- situação nula;
- insolvência relativa;
- insolvência absoluta

Solvência absoluta	
Bens e direitos	10.000,00
Obrigações	0
Patrimônio líquido	**10.000,00**

A solvência absoluta caracteriza-se quando a empresa tem bens e direitos e nenhuma obrigação. A solvência relativa, que é a situação mais comum, caracteriza-se quando a empresa tem bens, direitos e obrigações, mas tem patrimônio líquido. A solvência relativa pode ser extremada, desde que exista ainda um valor positivo de patrimônio líquido, como no segundo exemplo que tem apenas R$1,00 de valor de patrimônio líquido.

Solvência relativa	
Bens e direitos	10.000,00
Obrigações	1.000,00
Patrimônio líquido	**9.000,00**

Solvência relativa	
Bens e direitos	10.000,00
Obrigações	9.999,00
Patrimônio líquido	**1,00**

A situação nula, que é muito improvável em razão da dinâmica dos valores, caracteriza-se quando o total dos bens e direitos é igual ao total das obrigações, resultando num valor de patrimônio líquido igual a zero.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Situação Nula	
Bens e direitos	10.000,00
Obrigações	10.000,00
Patrimônio líquido	**0,00**

As duas outras situações, consideradas negativas, são as situações de insolvência, quando o patrimônio líquido é negativo ou não existe, que são a insolvência relativa e a insolvência absoluta. Significa que, se houver necessidade de liquidação da empresa, em processo de concordata ou falência, o total dos bens e direitos não conseguirá cobrir o total das obrigações e alguns credores perderão dinheiro.

Insolvência relativa	
Bens e direitos	10.000,00
Obrigações	12.000,00
Patrimônio líquido	**(2.000,00)**

Insolvência absoluta	
Bens e direitos	0,00
Obrigações	12.000,00
Patrimônio líquido	**(12.000,00)**

A situação de insolvência absoluta, também incomum, resulta de que a entidade ainda tem que administrar uma dívida e, no momento, não tem nenhum valor de direito ou obrigação, situação absolutamente negativa e indesejável.

Fundamentos da contabilidade

A identificação dos elementos patrimoniais e a criação da figura do patrimônio líquido foram os fatores chaves para o desenvolvimento da ciência contábil moderna. A partir dessas constatações e descobertas, a contabilidade pode se estruturar como ciência social e contribuir significativamente com o desenvolvimento da civilização como a conhecemos e o processo de criação de riqueza e bem estar social (BERNSTEIN, 1997).

Equação fundamental da contabilidade

Denominamos de equação fundamental da contabilidade a associação dos sinais aritméticos aos bens, direitos e obrigações, para obter a resultante aritmética denominada de patrimônio líquido. Assim, a equação fundamental de contabilidade é:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Equação fundamental da contabilidade

Bens + Direitos – Obrigações = Patrimônio Líquido

Fazendo as abreviações, para fins de simplificação do aprendizado, temos:

Equação fundamental da contabilidade

B + D – O = PL

A partir desta equação, toda a estrutura contábil foi desenvolvida.

Equação de equilíbrio patrimonial e o conceito de origens e aplicações de recursos

Em princípio, as principais obrigações de uma empresa decorrem do financiamento de suas atividades. Nos exemplos que demos do patrimônio de João José e Richard Herbert as obrigações eram decorrentes de empréstimos para compra de casa e de carro.

Assim, as obrigações caracterizam-se financeiramente como fontes ou origens de recursos para serem aplicados nos bens e direitos (carro, imóveis etc.). O valor do patrimônio líquido representa o dinheiro do dono no negócio, pois é fruto de sua poupança anterior aplicada numa entidade.

Dessa maneira, as obrigações e o patrimônio líquido assemelham-se quando aplicado o conceito de fundos[2] (fontes ou origens de recursos). Em razão disso, a contabilidade optou por apresentar de um lado as obrigações e o valor do patrimônio líquido, e de outro lado os bens e direitos, que representam as aplicações dos recursos (os investimentos).

[2] Fundos é um termo utilizado para significar onde o dinheiro foi captado para fazer um investimento. Decorre do inglês *funding*.

A equação de equilíbrio patrimonial foi então construída e se apresenta da seguinte forma:

Equação de equilíbrio patrimonial

Bens + Direitos = Obrigações + Patrimônio Líquido

B + D = O + PL

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O Balanço Patrimonial como representação do patrimônio da entidade

A apresentação de todo o conjunto patrimonial, onde o total das fontes de recursos é igual ao total das aplicações dos recursos, foi nominada de Balanço Patrimonial. Vamos ver a apresentação do Balanço Patrimonial de João José e Richard Herbert.

Balanço Patrimonial de João José			
Bens		**Obrigações**	
1 Carro	20.000,00	SFH	42.000,00
Dinheiro	200,00	Financiamento do carro	0,00
1 Casa	50.000,00		
Direitos		**Patrimônio líquido**	30.200,00
Depósito em poupança	2.000,00		
Total	72.200,00	**Total**	72.200,00

Define-se *Balanço Patrimonial* como a representação estática de um patrimônio. Em outras palavras, é a evidenciação de um patrimônio, com a classificação de seus elementos formadores e os valores atribuídos a todos eles, levantado numa determinada data.

Balanço Patrimonial de Richard Herbert			
Bens		**Obrigações**	
1 Carro	150.000,00	SFH	385.000,00
Dinheiro	500,00	Financiamento do carro	144.000,00
1 Casa	400.000,00		
Direitos		**Patrimônio líquido**	21.700,00
Depósito em poupança	200,00		
Total	550.700,00	**Total**	550.700,00

O Balanço Patrimonial apresenta sempre uma situação de equilíbrio, pois a soma do total dos bens e direitos, de um lado, deverá ser sempre igual a soma das obrigações e do patrimônio líquido, do outro lado.

Os conceitos de ativo e passivo

Convencionou-se denominar de *ativo* o conjunto dos bens e direitos e de *passivo* o conjunto de obrigações e patrimônio líquido. A apresentação mais

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

comum é o ativo no lado esquerdo e o passivo no lado direito, porém em alguns países apresenta-se o ativo em cima e o passivo embaixo.

Mais recentemente (no Brasil a partir de 2008), optou-se por atribuir o nome de *passivo* apenas às obrigações. Assim, o lado direito do Balanço Patrimonial tem sido denominado de *passivo mais patrimônio líquido*, denominação esta que adotaremos nas próximas seções deste livro.

Tomando como referência o Balanço Patrimonial de João José, apresentamos a seguir seu patrimônio incorporando o conceito de ativo e passivo.

Balanço Patrimonial de João José			
Ativo		**Passivo**	
Bens e direitos		**Obrigações**	
1 Carro	20.000,00	SFH	42.000,00
Dinheiro	200,00		
1 Casa	50.000,00	**Patrimônio líquido**	30.200,00
Depósito em poupança	2.000,00		
Total	72.200,00	**Total**	72.200,00

Balanço Patrimonial de empresas e da pessoa física

Não há nenhuma diferença conceitual na elaboração de um Balanço Patrimonial de uma pessoa física ou de uma pessoa jurídica. O que muda são as nomenclaturas. Na declaração de renda da pessoa física, o ativo é denominado de bens e direitos patrimoniais, e o passivo, dívidas e ônus contratuais.

A metodologia contábil

A metodologia contábil pode ser resumida nos seguintes aspectos principais:

- a identificação das transações que alteram o patrimônio da entidade;
- a adoção de um método de registro (escrituração) das transações;
- a adoção do conceito de conta contábil para os procedimentos de escrituração;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- a mensuração do valor monetário de cada transação nas contas contábeis por meio do método contábil;
- a aplicação de critérios de valorização de cada transação;
- a classificação das contas contábeis para apresentação dos relatórios contábeis;
- a estruturação de cada relatório contábil para atender os principais objetivos dos usuários da informação contábil.

Vamos discutir em seguida os principais fundamentos apresentados.

A conta contábil – o meio de controle patrimonial

A conta contábil é utilizada para o registro das transações de aumento e diminuição de cada elemento patrimonial que ela representa. É como se, num caderno específico para isso, abrisse uma folha para controlar cada elemento patrimonial e nesta folha fossem transcritas todas as alterações do elemento patrimonial.

Normalmente os contadores atribuem os nomes mais comuns utilizados nos negócios para as contas contábeis, procurando generalizar para que todas as empresas utilizem o máximo possível dos mesmos nomes para que sejam entendidos por todos. Vejamos o patrimônio de João José como seria representado por contas contábeis.

Contas contábeis

Balanço Patrimonial de João José			
Ativo		**Passivo**	
Bens e direitos		**Obrigações**	
Veículos	20.000,00	Financiamentos	42.000,00
Caixa	200,00		
Imóveis	50.000,00	**Patrimônio líquido**	30.200,00
Aplicações financeiras	2.000,00		
Total	72.200,00	**Total**	72.200,00

Contas contábeis

O carro de João José foi registrado numa conta contábil denominada de *Veículos*; o dinheiro que tinha na carteira foi representado numa conta contábil denominada de *Caixa*; a casa está representada na conta contábil *Imóveis*; o dinheiro na poupança foi representado pela conta contábil *Aplicações Financeiras*; a dívida com o SFH foi representada pela conta contábil *Financiamentos* e sua riqueza líquida foi representada pela conta *Patrimônio Líquido*.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A atribuição do valor – a metodologia de controle econômico

O modelo de controle econômico adotado pela contabilidade em todo o mundo é atribuir valor a todas as transações que afetam o patrimônio empresarial. Dessa maneira, qualquer aumento ou diminuição de um elemento patrimonial e seus reflexos no patrimônio líquido devem ser medidos em termos de moeda, em termos monetários.

As transações mais comuns têm seu valor facilmente identificável. Por exemplo, numa compra de mercadoria que foi pago o valor de R$500,00, o valor a ser atribuído será o valor de R$500,00. Uma venda de mercadoria por R$1.200,00 terá seu valor atribuído de R$1.200,00[3]. A aquisição de um terreno por R$25.000,00 será registrada na contabilidade por R$25.000,00 e assim por diante.

[3] São exemplos introdutórios, onde estamos desconsiderando as questões tributárias.

Um exemplo menos comum é uma doação. Supondo que um hospital receba em doação um equipamento médico de uma entidade sem fins lucrativos que queira ajudar o hospital da cidade. Neste caso o contador deverá identificar o valor que deve ser atribuído ao equipamento para registrar na contabilidade. Provavelmente deverá ser o valor que a entidade que doou o equipamento pagou por ele antes da doação. Se for um equipamento usado, este deverá buscar informações sobre qual é o valor no estado para proceder ao registro contábil.

O método das partidas dobradas– a metodologia de estruturação do sistema de informação contábil

O procedimento mais importante para o registro contábil, além da mensuração em valor, é o *método de registro*, que é denominado de *método das partidas dobradas*. A contabilidade moderna foi assim caracterizada a partir do momento em que introduziu este método, em substituição ao método das partidas simples[4].

No método das partidas simples não havia a preocupação em identificar a causa da variação patrimonial. Limita-se ao inventário dos bens e direitos, por meio de contagens, registrando os efeitos sem indagar as causas.

[4] Considera-se o ano de 1494 o marco para a contabilidade moderna com a publicação do "*Tractatus de Computis et Scripturis*" na obra *Summa de Arithmetica, Geometria et Proporcionalitá,* do frei Luca Paccioli, mas há evidências históricas do uso deste método antes da publicação desta obra.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

No método da partida dobrada, cada transação deve ser escriturada pelo menos duas vezes, em duas ou mais contas, de tal forma que a equação de igualdade do Balanço Patrimonial (ativo = passivo) seja mantida.

Dessa maneira, se foi feito um pagamento em dinheiro de R$1.000,00 de uma duplicata de um fornecedor que estava para ser paga, o valor de R$1.000,00 deverá ser registrado a primeira vez reduzindo o saldo de caixa, e o mesmo valor de R$1.000,00 deverá ser registrado uma segunda vez, de forma a diminuir o saldo devido ao fornecedor.

Como entender os conceitos de débito e crédito nas contas contábeis

A equação de equilíbrio patrimonial, base para todo o processo de registro por meio das partidas dobradas, é:

ATIVO = PASSIVO

O ativo representa os investimentos (bens e direitos) e o passivo representa as fontes de financiamento (obrigações e patrimônio líquido).

O patrimônio líquido representa a *riqueza* dos proprietários. A riqueza dos proprietários é aumentada por ganhos (receitas) e diminuída por perdas (despesas).

Convencionou-se, ao longo dos séculos, que o nome do saldo das contas do ativo é *devedor* e o nome dos saldos das contas do passivo é *credor*.

A convenção das nomenclaturas decorre da natureza dupla das transações comerciais. Assim, se temos um direito, dizemos que alguém nos deve, portanto, um direito tem saldo devedor; se temos uma obrigação, dizemos que alguém é nosso credor, portanto, um passivo tem saldo credor.

Os conceitos de devedor e credor são adotados aritmeticamente porque farão nascer e variar os saldos das contas. Assim, devedor e credor tem sinais aritméticos opostos. Como consequência, os conceitos de débito e crédito foram adotados para designar aumentos ou diminuições nos saldos das contas. Débitos aumentam saldos devedores e diminuem saldos credores. Créditos aumentam saldos credores e diminuem saldos devedores.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

As contas, o método das partidas dobradas e os livros contábeis

O registro contábil por meio da metodologia do método das partidas dobradas nos livros contábeis é denominado de *escrituração contábil*. Cada registro contábil escriturado é chamado também de *lançamento contábil*.

A prática contábil desenvolveu a escrituração contábil em dois livros básicos: o livro diário e o livro razão. No livro diário, os lançamentos são escriturados em ordem cronológica diária rígida, à medida que as transações vão acontecendo. No livro razão, os lançamentos contábeis são por conta contábil e, dentro de cada conta contábil, também em ordem de data.

O estudo das contas

As contas contábeis representam a estrutura básica do sistema de informação contábil, onde são registradas todas as transações contábeis de uma entidade.

Definição de conta contábil

Podemos definir *conta contábil* como a representação contábil de elementos patrimoniais iguais ou semelhantes. Assim, para representar todos os carros e caminhões de propriedade de uma empresa, cria-se a conta contábil *Veículos*. Nesta conta contábil serão registradas todas as compras e alienações de veículos de propriedade da empresa.

Para representar todos os gastos com consumo de energia elétrica de uma empresa, cria-se a conta *Despesas de Energia Elétrica*, onde serão registrados todos os valores gastos com as contas de energia elétrica da empresa, e assim sucessivamente.

Definição de plano de contas

Define-se *plano de contas* como o conjunto de contas contábeis necessário para atender o registro, acumulação e classificação dos lançamentos

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

contábeis e todas as necessidades futuras de informações por meio das demonstrações e relatórios contábeis, fiscais, societários e gerenciais, de forma a permitir o controle econômico da entidade.

Aspectos legais e gerenciais das contas

As contas contábeis devem ser criadas para atender todas as necessidades de informação do Sistema Empresa, sejam elas de natureza legal ou gerencial. O objetivo é permitir o controle do patrimônio de uma entidade e todas as necessidades de informações dos diversos usuários da informação contábil da entidade.

Contas sintéticas e analíticas

São *contas analíticas* as contas que representam o maior detalhamento do conjunto patrimonial da entidade, e as únicas que recebem a escrituração por meio dos lançamentos contábeis, obtendo-se os saldos a cada dia ou final de período, pela resultante dos débitos e créditos de cada conta.

As *contas sintéticas* são contas que *não* recebem lançamentos contábeis e são utilizadas para sumarizar, por soma, o saldo de diversas contas de natureza semelhante. Por exemplo, uma empresa com três clientes tem os respectivos saldos, numa determinada data, apresentados abaixo.

	Conta contábil		
	Código	Nome	Saldo - R$
Contas analíticas	121	Cliente João da Silva	250,00
	122	Cliente José de Sousa	320,00
	123	Cliente João José	451,00
Conta sintética	12	**Clientes**	1.021,00

As contas individuais de cada cliente, que recebem os lançamentos de cada um, são contas analíticas. A conta Clientes (código 12) é uma conta sintética, cujo saldo só pode ser obtido pela soma do saldo das contas analíticas correlacionadas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Contas transitórias e permanentes

Denominam-se *transitórias* aquelas contas que servem para apurar o saldo de um determinado período, ou data, e tem seu saldo zerado quando se inicia o próximo período. Basicamente são dois tipos de contas:

- as contas de despesas e receitas, que são abertas com saldo zero no início do ano e têm seu saldo zerado ao final do último dia do ano, após feita a apuração do lucro ou prejuízo do período;
- as contas de resultado, que são abertas numa determinada data e encerradas também na mesma data, com o intuito de fazer a transferência de valores para outras contas contábeis. O principal exemplo é a conta de Lucros e Perdas, utilizada para apuração do resultado no final do período, e a conta de Lucros Acumulados, utilizada para o fechamento do Balanço Patrimonial do exercício e registro da destinação do resultado do exercício encerrado.

Denominam-se *permanentes* as contas contábeis que representam elementos patrimoniais que sempre apresentam um saldo em qualquer período contábil. São as contas de ativo e passivo que têm seus saldos aumentados e diminuídos, mas sempre têm um saldo (saldo se o elemento patrimonial que representam não existir mais na entidade).

Requisitos para estruturação de um plano de contas

O princípio que deve nortear a estruturação de um plano de contas é o de que o plano deve propiciar a maior facilidade e objetividade para o entendimento de um patrimônio e permitir o melhor controle contábil deste patrimônio. Os principais aspectos a serem observados são os seguintes:

- a sua abordagem básica deve ser as necessidades gerenciais da empresa e as necessidades de informações dos principais usuários internos, com o objetivo de tomada de decisão. Para tanto, o contador deve procurar conhecer profundamente os negócios e a estrutura hierárquica da organização;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- deve partir do geral para o particular, ou seja, partindo das necessidades de informações aglutinadas (sintéticas) para as informações detalhadas (analíticas), criando-se uma ordenação racional e lógica, que permita facilidade de classificações;
- deve ser estruturado com grau de flexibilidade suficiente para permitir alterações de exclusão e inclusão de contas, para atender as novas necessidades gerenciais e legais;
- deve ser analítico o suficiente para atender as necessidades do sistema de planejamento orçamentário;
- deve ser analítico o suficiente para atender as necessidades tributárias;
- seu conteúdo analítico não pode prejudicar a ordenação lógica e não pode permitir dispersão das contas analíticas;
- deve ser codificado.

Contas contábeis e centros de acumulação por setor

As atuais necessidades de informações contábeis gerenciais exigem uma segunda classificação das transações contábeis por setor de responsabilidade das despesas e receitas. Assim, desenvolveu-se o conceito de *departamentalização*, onde todos os lançamentos de despesas e receitas devem também ser contabilizados por departamento ou setor. Normalmente este conceito tem sido denominado de contabilização por centro de custo ou centro de receita.

Desta maneira, o plano de contas contábeis deve ser estruturado minimamente para receber os lançamentos contábeis por:

- conta contábil;
- centro de custo ou centro de receita.

A maioria dos *softwares* de contabilidade já vem preparada para essas duas classificações mínimas e indispensáveis. Os centros de custo e de receita normalmente são estruturados dentro do conceito de tabelas, aplicáveis à todas as contas contábeis de despesas e receitas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Codificação do plano de contas

A maioria dos *softwares* exige uma codificação numérica para o processo de internação, acumulação e classificação nos bancos de dados computadorizados. *Softwares* de maior complexidade admitem normalmente a utilização alfanumérica, permitindo maior flexibilidade de codificação. Mas, o mais comum tem sido a utilização de códigos numéricos, tanto para facilitar e automatizar os lançamentos como para facilitar o pessoal envolvido no registro das transações.

A codificação deve partir do geral para o particular, partindo das contas mais sintéticas chegando até as contas analíticas. O modelo de codificação mais utilizado é:

- Iniciar com código 1 todas as contas de ativo.
- Iniciar com código 2 todas as contas de passivo.
- Iniciar com código 3 todas as contas de receitas.
- Iniciar com código 4 todas as contas de despesas.

Fazendo um exemplo parcial com contas de ativo teríamos:

Código da conta	Nome da conta	Tipo da conta
1	Ativo Total	Sintética
11	Ativo Circulante	Sintética
111	Disponibilidades	Sintética
111.01	Caixa	Sintética
111.01.01	Caixa Matriz	Analítica
111.01.02	Caixa Filial	Analítica
111.02	Bancos	Sintética
111.02.01	Banco do Brasil	Analítica
111.02.02	Banco do Estado	Analítica
...		
...		
12	Ativo Não Circulante	Sintética
...		

As contas analíticas é que recebem os lançamentos, sendo seu saldo apurado pelos lançamentos de débito e crédito em cada conta. As contas sintéticas têm seu saldo obtido por sumarização das contas analíticas correlacionadas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Estruturação das informações contábeis

O lançamento contábil representa a informação mais analítica no sistema de informação contábil. Ele deve ser feito tendo um conjunto mínimo de informações e escriturado nas contas contábeis, contas estas organizadas num plano de contas.

O plano de contas, com os saldos das contas sintéticas e analíticas, permite a confecção dos relatórios contábeis para fins operacionais, legais e gerenciais.

Introdução ao lançamento contábil

O lançamento contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas, que deve compreender, em termos formais, a data da transação, as contas onde serão registrados os valores das transações (os valores a débito e a crédito), um histórico para o entendimento da transação e o valor ou valores da transação.

A base para efetuar o lançamento é um documento hábil. Este pode ser de origem externa (preferencialmente) ou de origem interna. Documentação de origem externa são notas fiscais, boletos, faturas, contratos, comprovantes de depósito, cópias de cheques etc. Documentação de origem interna são relatórios de despesas de viagem, requisições de materiais dos estoques etc.

Lançamento contábil por balanços sucessivos

Esse método de lançamento é utilizado para o processo de aprendizagem pela sua facilidade de entendimento. Faz as alterações diretamente numa estrutura de Balanço Patrimonial, levantando um novo balanço após cada lançamento contábil. Vejamos alguns exemplos, partindo das seguintes transações:

Número	Transações	R$
1	Entrada de capital social, em dinheiro	50.000,00
2	Abertura de conta bancária com depósito, em dinheiro	48.000,00
3	Aquisição de um imóvel para as operações, em cheque	30.000,00
4	Aquisição de móveis para as operações, em cheque	15.000,00
5	Pagamento de despesas de cartório, em dinheiro	1.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Número	Transações	R$
6	Compra de materiais de expediente, a prazo para estoque	5.000,00
7	Receita de prestação de serviços, a prazo, emitindo NF	6.000,00
8	Consumo de materiais de expediente	2.200,00
9	Recebimento de parte da NF emitida, crédito bancário	3.500,00
10	Pagamento de parte da NF do fornecedor, em cheque	2.740,00

O primeiro evento trata da abertura de capital de uma empresa. O dinheiro dado pelos sócios entra no caixa da empresa e é representado no Balanço Patrimonial da empresa como Capital Social. Como o caixa é um bem, deve ficar no Ativo. O Capital Social, por ser uma fonte de recurso, deve ficar no Passivo.

Lançamento número 1

Entrada de capital social em dinheiro R$50.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	50.000,00	Capital Social	50.000,00

O segundo evento é a abertura de uma conta bancária, tirando o dinheiro do caixa e entrando no banco. Saldo bancário é um direito, porque o dinheiro está em posse do banco, mesmo sendo direito da empresa. O novo Balanço Patrimonial reflete o resultado acumulado das duas transações realizadas, nas contas contábeis representativas de cada elemento patrimonial.

Lançamento número 2

Abertura de conta bancária com depósito, em dinheiro R$48.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	2.000,00		
Saldo bancário	48.000,00	Capital Social	50.000,00
Total	50.000,00	**Total**	50.000,00

Os lançamentos 3 e 4 são lançamentos de aquisição de bens patrimoniais para a operação da empresa e devem ser representados no Balanço Patrimonial para refletir cada classe específica de bem.

Lançamento número 3

Aquisição de um imóvel para as operações, em cheque R$30.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	2.000,00		
Saldo bancário	18.000,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Total	50.000,00	**Total**	50.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Lançamento número 4

Aquisição de móveis para as operações, em cheque R$15.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	2.000,00		
Saldo bancário	3.000,00		
Imóveis	30.000,00		
Móveis	15.000,00	Capital Social	50.000,00
Total	50.000,00	**Total**	50.000,00

O lançamento número 5 é um lançamento diferente dos anteriores, porque representa uma saída de dinheiro para um gasto consumido imediatamente, no nosso exemplo, uma despesa de cartório. O valor pago é pela prestação de um serviço e não há um bem ou direito recebido em troca.

Todo gasto consumido imediatamente é denominado de despesa e reduz a riqueza dos proprietários. Assim, cria-se uma conta no passivo, denominada de Resultado do Período (que pode ser Lucro ou Prejuízo), para ir refletindo as perdas e ganhos decorrentes das operações. Esta despesa representa um prejuízo temporário.

Lançamento número 5

Pagamento de despesas de cartório, em dinheiro R$1.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00		
Saldo bancário	3.000,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	(1.000,00)
Total	49.000,00	**Total**	49.000,00

O lançamento número 6 é uma compra a prazo de materiais para estoque. Os materiais são representados numa conta de ativo, porque são bens que serão consumidos no futuro. A contrapartida, por ser a prazo, é abrir uma conta para controlar a dívida com fornecedores. Todas as obrigações são controladas no passivo.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Lançamento número 6

Compra de materiais de expediente, a prazo para estoque R$5.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	5.000,00
Saldo bancário	3.000,00		
Estoque mat. exped.	5.000,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	(1.000,00)
Total	54.000	**Total**	54.000,00

O lançamento número 7 representa a principal fonte de ganhos e lucros da empresa. Neste caso, estamos imaginando uma empresa prestadora de serviços que prestou um serviço e emitiu NF para comprar e fazer a cobrança. Por ser a prazo, registra-se a receita como Resultado do Período e cria-se uma conta de direito no ativo, denominada de Clientes.

É importante ressaltar que agora o saldo da conta Resultado do Período apresenta-se positivo, de R$5.000,00, que é a receita de R$6.000,00 menos a despesa lançada anteriormente de R$1.000,00.

Lançamento número 7

Receita de prestação de serviços, a prazo, emitindo NF R$6.000,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	5.000,00
Saldo bancário	3.000,00		
Clientes	6.000,00		
Estoque mat. exped.	5.000,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	5.000,00
Total	60.000,00	**Total**	60.000,00

O lançamento 8 representa um consumo de materiais requisitados ao estoque. Assim, sai o material do estoque e este tem seu valor diminuído no ativo. Como é uma despesa, diminui o resultado do período.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Lançamento número 8

Consumo de materiais de expediente R$2.200,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	5.000,00
Saldo bancário	3.000,00		
Clientes	6.000,00		
Estoque mat. exped.	2.800,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	2.800,00
Total	57.800,00	**Total**	57.800,00

Os lançamentos 9 e 10 representam, respectivamente, recebimento de direito de clientes e pagamento de obrigações a fornecedores. Os valores entram em banco (recebimento do direito) e saem do banco (pagamento ao fornecedor), ao mesmo tempo que diminui o direito a receber de clientes e diminui a obrigação a pagar ao fornecedor.

Lançamento número 9

Recebimento de parte da NF emitida, crédito bancário R$3.500,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	5.000,00
Saldo bancário	6.500,00		
Clientes	2.500,00		
Estoque mat. exped.	2.800,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	2.800,00
Total	57.800,00	**Total**	57.800,00

Lançamento número 10

Pagamento de parte da NF do fornecedor, em cheque R$2.740,00

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	2.260,00
Saldo bancário	3.760,00		
Clientes	2.500,00		
Estoque mat. exped.	2.800,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	2.800,00
Total	55.060,00	**Total**	55.060,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Verifica-se que o total do ativo sempre é igual ao do passivo, comprovando a equação de equilíbrio patrimonial e deixando claro que o Balanço Patrimonial é a representação de um patrimônio num determinado momento.

Lançamento contábil por débito e crédito

A metodologia de lançamento contábil por balanços sucessivos, apesar de ser clara e facilmente inteligível, não é prática, uma vez que as empresas fazem milhares de lançamentos por dia ou mês. Também este tipo de metodologia não permite contemplar um dos elementos fundamentais de um lançamento, que é o histórico da transação.

Além disso, muitos tipos de lançamentos são repetitivos, modificando apenas algumas características e mantendo sua essência, como os lançamentos de compras e vendas. Assim, todas essas movimentações devem ser escrituradas nas contas contábeis por meio da metodologia do débito e crédito.

Para identificar se é débito ou crédito em cada conta, o procedimento deve ser o seguinte:

- identificar os elementos patrimoniais alterados pela transação;
- identificar se a transação aumenta ou diminui o saldo de cada conta contábil que representa os elementos patrimoniais alterados;
- identificar a natureza intrínseca do saldo da conta, se é de saldo devedor ou saldo credor;
- se a conta é de saldo devedor, esta será debitada se a transação aumentar o seu saldo e será creditada se a transação diminuir seu saldo;
- se a conta é de saldo credor, esta será creditada se a transação aumentar o seu saldo e será debitada se a transação diminuir seu saldo.

Vamos exemplificar com o lançamento número 2:

Lançamento número 2
Abertura de conta bancária com depósito, em dinheiro R$48.000,00

I - Identificar os elementos patrimoniais alterados pela transação.

São dois:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- Caixa;
- Saldo bancário.

II – Identificar se a transação aumenta ou diminui o saldo de cada conta.

- Caixa: tem seu saldo diminuído.
- Saldo bancário: tem seu saldo aumentado.

III – Identificar que tipo de saldo é de cada conta.

- Caixa: é um bem → é um ativo → todo ativo tem saldo devedor.
- Saldo bancário: é um direito → é um ativo → todo ativo tem saldo devedor.

IV – Débito e Crédito.

- Caixa: saldo devedor → a transação diminui o saldo → lançamento a crédito.
- Saldo bancário: saldo devedor → a transação aumenta o saldo → lançamento a débito.

Vamos fazer mais um exemplo com o lançamento número 10:

Lançamento número 10

Pagamento de parte da NF do fornecedor, em cheque R$2.740,00

I - Identificar os elementos patrimoniais alterados pela transação.

São dois:

- Saldo bancário;
- Fornecedores.

II – Identificar se a transação aumenta ou diminui o saldo de cada conta.

- Saldo bancário: tem seu saldo diminuído.
- Fornecedores: tem seu saldo diminuído.

III – Identificar que tipo de saldo é de cada conta.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- Saldo Bancário: é um direito → é um ativo → todo ativo tem saldo devedor.
- Fornecedores: é uma obrigação → é um passivo → todo passivo tem saldo credor.

IV – Débito e Crédito.

- Saldo Bancário: saldo devedor → a transação diminui o saldo → lançamento a crédito.
- Fornecedores: saldo credor → a transação diminui o saldo → lançamento a débito.

Contas de despesas e receitas

No modelo teórico apresentado como *balanços sucessivos* os efeitos das despesas e receitas foram sendo sintetizados numa conta denominada de *Resultado do Período*. Fica evidenciado assim que o Balanço Patrimonial, que é a principal peça contábil, além do controle do patrimônio, consegue também evidenciar o ganho ou perda com as operações, o lucro ou prejuízo.

Contudo, tão importante quanto saber *o valor do lucro ou prejuízo*, é saber a *composição do lucro ou prejuízo.* Esta necessidade informacional não consegue ser evidenciada no Balanço Patrimonial, pois a conta Resultado do Período vai diminuindo ou aumentando seu saldo, sem identificar porque diminuiu ou aumentou. Em razão disso é que a contabilidade criou o conjunto de *contas de despesas e receitas*.

O objetivo das contas de despesas e receitas (contas temporárias) é acumular os dados de cada tipo de despesa e cada tipo de receita ao longo de um período. Assim que terminar o período e se elaborar um relatório denominado Demonstração do Resultado do Período, essas contas voltam com valor zero e o Balanço Patrimonial é encerrado.

As contas de despesas e receitas, em teoria, são subgrupos do Patrimônio Líquido, mas devem ser apresentadas destacadamente enquanto o período não for encerrado. Tomemos como exemplo o Balanço Patrimonial após o lançamento número 10 do nosso exemplo anterior.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

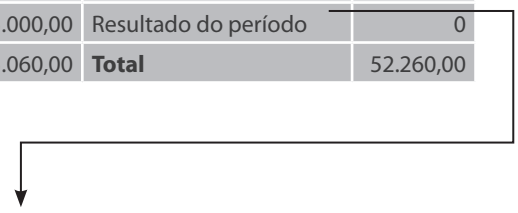
Balanço Patrimonial após o lançamento número 10

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	2.260,00
Saldo bancário	3.760,00		
Clientes	2.500,00		
Estoque mat. exped.	2.800,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	2.800,00
Total	55.060,00	**Total**	55.060,00

Vamos fazer uma demonstração nova, criando contas de despesas e receitas e as evidenciando embaixo do ativo e passivo. Como as despesas são redutoras do patrimônio líquido (saldo credor), todas elas têm saldo devedor e serão apresentadas ao lado do ativo; como as receitas são aumentativas do patrimônio líquido, elas serão apresentadas ao lado do passivo por que tem saldo credor.

Demonstração contábil separando as receitas e despesas

Ativo	R$	Passivo	R$
Caixa	1.000,00	Fornecedores	2.260,00
Saldo bancário	3.760,00		
Clientes	2.500,00		
Estoque mat. exped.	2.800,00		
Imóveis	30.000,00	Capital Social	50.000,00
Móveis	15.000,00	Resultado do período	0
Total	55.060,00	**Total**	52.260,00



Despesas	R$	Receitas	R$
Despesas de cartório	1.000,00	Receita de serviços	6.000,00
Consumo materiais expediente	2.200,00		
Total	3.200,00	Total	6.000,00
Total Geral	**58.260,00**	**Total Geral**	**58.260,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Esta demonstração contábil reflete mais apropriadamente o trabalho diário da contabilidade registrando todas as transações com os ativos e passivos e ao mesmo tempo separa e classifica as despesas e receitas do período.

Ao final do período as despesas e receitas têm seu saldo zerado, e o valor resultante volta a ser apresentado no Balanço Patrimonial na conta Resultado do Período, como já estava na demonstração após o lançamento número 10 feito pela sistemática anterior.

Relatórios contábeis básicos

Os relatórios contábeis básicos são:

- Balancete de Verificação;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Período.

O Balancete de Verificação é o primeiro relatório contábil extraído do plano de contas contábil e é considerado um relatório de trabalho interno do contador. Ele apenas lista as contas contábeis e seus saldos. Não é uma demonstração contábil acabada e não é preparada para usuários externos. A partir do Balancete de Verificação é que se elaboram as demonstrações contábeis para usuários externos.

Um exemplo é apresentado abaixo, utilizando os resultados até o lançamento 10 do exemplo desenvolvido para este tópico.

Balancete de Verificação em...

Conta contábil	Saldo	
	Devedor (R$)	Credor (R$)
ATIVO		
Caixa	1.000,00	
Saldo bancário	3.760,00	
Clientes	2.500,00	
Estoque mat. exp.	2.800,00	
Imóveis	30.000,00	
Móveis	15.000,00	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Conta contábil	Saldo	
	Devedor (R$)	Credor (R$)
Subtotal	55.060,00	
PASSIVO		
Fornecedores		2.260,00
Capital Social		50.000,00
Resultado do período		0,00
Subtotal		52.260,00
RECEITAS		
Prestação serviços		6.000,00
Subtotal		6.000,00
DESPESAS		
Com cartório	1.000,00	
Mat. expediente	2.200,00	
Subtotal	3.200,00	
Total Geral	58.260,00	58.260,00

A apuração do resultado do período

A apuração do resultado do período (lucro ou prejuízo) será feita com as contas de despesas e receitas constantes no Balancete de Verificação. No nosso exemplo temos:

Apuração do resultado do período	R$
Total das receitas	6.000,00
(–) Total das despesas	(3.200,00)
Resultado do período (lucro)	2.800,00

Do Balancete de Verificação ao Balanço Patrimonial

As contas de ativo e passivo do Balancete de Verificação farão parte do Balanço Patrimonial. As contas de despesas e receitas serão utilizadas para apurar o lucro ou prejuízo do período, como vimos no tópico anterior.

Após apurado o lucro do período, o resultado será incorporado novamente no Balanço Patrimonial, junto com a conta Capital Social, formando

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

o conjunto do patrimônio líquido. Assim, o Balanço Patrimonial é apresentado, incluindo os saldos na data do encerramento e o resultado do período. Vamos supor que o balanço refere-se ao exercício encerrado em 31/12/X1.

Balanço Patrimonial em 31/12/X1			
Ativo	**R$**	**Passivo**	**R$**
Bens e direitos		**Obrigações**	
Caixa	1.000,00	Fornecedores	2.260,00
Saldo bancário	3.760,00		
Clientes	2.500,00	**Patrimônio líquido**	
Estoque mat. exped.	2.800,00	Capital Social	50.000,00
Imóveis	30.000,00	Resultado do período	2.800,00
Móveis	15.000,00	Total do PL	52.800,00
Total	55.060,00	**Total**	55.060,00

A Demonstração do Resultado do Período

A Demonstração do Resultado do Período deve apresentar as receitas e despesas dentro de uma ordenação que permita uma boa visualização do resultado das operações da empresa. No nosso exemplo, houve apenas duas despesas e uma única receita.

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/X1	
Receitas operacionais	
Prestação de serviços	6.000,00
(–) Custos e despesas	
Com cartório	(1.000,00)
Com materiais de expediente	(2.200,00)
	(3.200,00)
(=) Lucro do exercício	**2.800,00**

Objetivo da Demonstração do Resultado do Período

O objetivo da demonstração do resultado é evidenciar como foi a geração do lucro ou prejuízo da empresa. Por isso, ela deve demonstrar os resultados operacionais separados dos resultados financeiros e separados dos demais resultados, se houver.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Tem como referência básica avaliar o desempenho da empresa em termos do retorno do investimento. Como o retorno do investimento é uma avaliação de rentabilidade do capital investido num período de tempo (normalmente o anual), confronta-se o lucro (ou prejuízo) do período com o investimento feito (normalmente pelos proprietários).

No nosso exemplo, o investimento do proprietário é evidenciado pelo valor do Capital Social. Confrontando o lucro líquido com o valor do capital social temos a análise do retorno do investimento. Com nossos dados, seria:

$$\textbf{Retorno do Investimento (ROI)} = \frac{\textbf{Lucro Líquido}}{\textbf{Investimento (Patrimônio Líquido antes do Lucro)}}$$

$$\textbf{ROI} = \frac{\textbf{R\$2.800,00}}{\textbf{R\$50.000,00}} = \textbf{5,6\%}$$

Não vamos fazer a avaliação do percentual obtido porque os números do nosso exemplo são aleatórios. Mas uma rentabilidade é considerada normal ao redor de 12% ao ano.

Ampliando seus conhecimentos

Contabilidade pessoal

(PADOVEZE, 2006)

O modelo de controle contábil é totalmente aplicável ao controle econômico do patrimônio de cada pessoa, que podemos chamar de contabilidade pessoal. Mesmo que cada indivíduo não queira estruturar voluntariamente seu patrimônio no modelo contábil, o governo federal obriga-o a fazer, uma vez que a Declaração de Rendimentos do Imposto de Renda da Pessoa Física é uma prestação de contas obrigatória das rendas e bens e direitos do cidadão[1].

Olhando com atenção para a estrutura da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física fica evidente que ela é a adequação do método contábil, dos conceitos e da estrutura das demonstrações contábeis aplicados ao patrimônio de cada indivíduo.

[1] Há muitos séculos os governos perceberam a importância do modelo contábil de controle e o adotaram para o controle de suas contas e dos cidadãos.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

As tabelas que apresentaremos a seguir, com números aleatórios, procuram representar com a maior fidedignidade possível o modelo e a estrutura dos principais quadros da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física. O objetivo é evidenciar que a declaração de renda das pessoas é a sua contabilidade pessoal, que representa um ano de rendimentos e a posição patrimonial e financeira ao final deste ano.

A tabela 1.1 resume a declaração dos tipos de rendimentos mais comuns a todas as pessoas. Simulamos rendimentos de um empregado de empresa privada, que também tem um imóvel que recebe aluguel, e rendimentos de aplicação em poupança.

Tabela 1.1 – Rendimentos

Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoas Jurídicas					
	CNPJ	**Rendimentos**	**Previdência**	**IRRF**	**13.º Salário**
Empresa Industrial		50.000	2.000	6.000	4.050
Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoas Físicas					
	CNPJ	**Rendimentos**	**Previdência**	**IRRF**	**13.º Salário**
Aluguel de apartamento		6.000	0	0	0
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis					
	CNPJ	**Rendimentos**	**Previdência**	**IRRF**	**13.º Salário**
Rendimentos de Caderneta de Poupança		400			
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte		CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica			

Se somarmos todos os rendimentos e tirarmos as deduções, teremos a renda bruta menos os descontos.

	R$
Rendimentos Empresa Industrial	50.000,00
(–) Descontos de Previdência	(2.000,00)
(–) Descontos IRRF	(6.000,00)
(+) 13.º Salário	4.050,00
Aluguel de apartamento	6.000,00
Rendimentos de poupança	400,00
Soma	**52.450,00**

Esta pessoa conseguiu uma renda líquida no ano X1 de R$52.450,00. A Receita Federal permite uma série de descontos da renda líquida, que são declarados numa tabela denominada de Pagamentos e Doações Efetuados. A Tabela 1.2 a seguir apresenta um exemplo de como esses dados vão para a declaração de renda do contribuinte.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Tabela 1.2 – Pagamentos e doações efetuados

Nome do beneficiário	Código	CPF/CNPJ	Valor	Parcela não dedutível
Livraria e Papelaria Saber	1		2.200,00	0
Unimédicos	5		9.600,00	0
João Doutor	4		2.000,00	0
José Dentista	4		1.400,00	0
Hospital Clinica Médica	5		4.000,00	0
Faculdade Universal	2		6.500,00	0
Instituto de Inglês	2		2.300,00	0
Total			**28.000,00**	0
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas				

É sabido que os critérios adotados pela Receita Federal para tributação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas não permitem a utilização como abatimento da receita de todos os gastos das pessoas e de seus dependentes. Para fins de exemplificação, vamos admitir que, além dos R$28.000,00 dos gastos listados na Tabela 1.2, que serão considerados todos dedutíveis, este indivíduo gastou em despesas, ao longo do ano, para seu consumo, mais R$16.450,00. Desta maneira, o total dos gastos para consumo deste indivíduo foi de R$44.450,00.

	R$
Gastos autorizados pela Receita Federal	28.000,00
Gastos não declarados	16.450,00
Total dos gastos consumidos no ano X1	44.450,00

O formulário da Receita Federal também exige um quadro para a declaração dos bens e direitos do indivíduo, de forma comparativa com o ano anterior, conforme apresentado na tabela 1.3.

Tabela 1.3 – Declaração de bens e direitos

Discriminação	Código	Situação em	
		31/12/X0	31/12/X1
Casa de 150m² terreno de 300m²	12	90.000,00	90.000,00
Apartamento 40m² Grande Praia	11	40.000,00	40.000,00
Carro Um ano X000	21	0,00	8.000,00
Carro Ox ano X003	21	18.000,00	18.000,00
Saldo Banco do Estado	41	500,00	600,00
Saldo Banco do Brasil	41	400,00	450,00
Poupança Caixa do Brasil	49	4.000,00	4.400,00
Total		**152.900,00**	**161.450,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O objetivo básico da Receita Federal com esta declaração de bens e direitos é ter um arquivo em que possa verificar ganhos (ou perdas) futuros, com as vendas desses bens e direitos. Assim, a Receita Federal mune-se de dados para eventual fiscalização de eventos futuros.

Além disso, essa declaração é importante para o órgão governamental, para aferir se a renda líquida obtida no ano é suficiente para justificar os valores do aumento do valor dos bens e direitos, com o intuito de detectar se alguma renda não foi declarada.

Outrossim, para fazer justiça, a Receita Federal permite a declaração das dívidas, uma vez que parte dos investimentos em bens e direitos possam ter sido pagos, total ou parcialmente, com dinheiro emprestado. A Tabela 1.4 evidencia essas possíveis obrigações financeiras.

Tabela 1.4 – Dívida e ônus reais

Discriminação	Código	Situação em	
		31/12/X0	31/12/X1
Cartão de Crédito Vis	11	2.000,00	1.800,00
Cartão de Crédito Card	11	800,00	1.400,00
Banco do Município – Cheque Especial	11	100,00	250,00
Total		**2.900,00**	**3.450,00**

O quadro que faz o fechamento da declaração do Imposto de Renda é o quadro da evolução patrimonial. A diferença do valor dos bens e direitos do ano para o anterior, diminuída da variação do valor das dívidas existentes no mesmo período, determina o valor da variação patrimonial, ou seja, a variação da riqueza do indivíduo. Se for positiva, a variação representa um aumento da riqueza patrimonial. Se for negativa, representa uma redução da riqueza patrimonial do indivíduo.

Tabela 1.5 – Evolução patrimonial

	R$
Bens e direitos em 31/12/X0	152.900,00
Bens e direitos em 31/12/X1	161.450,00
Variação (a)	8.550,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/X0	2.900,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/X1	3.450,00
Variação (b)	550,00
Variação líquida (a – b)	8.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Nosso exemplo foi estruturado para que a diferença entre a receita líquida do indivíduo e seus gastos de consumo, que significa a sobra disponível para investimentos, seja igual ao valor da sua variação patrimonial. Para tanto, consideramos que o Imposto de Renda Retido na Fonte é suficiente para atender a legislação e que não haverá impostos a pagar ou a restituir.

Balanço Patrimonial para a Pessoa Física

A declaração de rendimentos das pessoas físicas pode ser evidenciada pelo modelo contábil, por meio dos seus dois principais demonstrativos que são o *Balanço Patrimonial* e a *Demonstração de Resultados do Período.*

O Balanço Patrimonial mostra o que a entidade (empresa ou pessoa) tem numa determinada data e a demonstração de resultados mostra o quanto a entidade auferiu, gastou e teve de sobra (ou falta) num determinado período.

O mais comum é:

- levantar o Balanço Patrimonial no início do exercício (ou ao final do exercício anterior);
- apurar o resultado, ganhos e despesas de um ano;
- levantar o balanço patrimonial ao final do exercício, após a apuração dos ganhos.

Dessa maneira, o resultado espelha o componente mais importante da variação patrimonial da entidade. O balanço patrimonial representa os valores e os tipos de bens e direitos e o valor do aumento da riqueza da entidade, pelo aumento do patrimônio líquido (caso tenha aumento pois, se a riqueza diminuiu, será uma redução do patrimônio líquido).

Utilizando as tabelas do nosso exemplo da declaração do Imposto de Renda, podemos elaborar esses demonstrativos contábeis para o indivíduo. Será considerado como Balanço Patrimonial inicial o conjunto dos bens e direitos e as dívidas e ônus reais da situação em 31/12/X0. O formato do balanço patrimonial coloca os bens e direitos à esquerda, cujo conjunto representa o *ativo*, e as dívidas à direita, que representam o *passivo exigível*.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Tabela 1.6 – Balanço Patrimonial inicial da pessoa física – situação em 31/12/X0

Ativo (bens e direitos)	R$	Passivo (dívidas e ônus reais)	R$
Casa de 150m² terreno de 300m²	90.000,00	Cartão de Crédito Vis	2.000,00
Apartamento 40m² Grande Praia	40.000,00	Cartão de Crédito Card	800,00
Carro Ox ano X003	18.000,00	Banco do Município – Cheque Especial	100,00
Saldo Banco do Estado	500,00		
Saldo Banco do Brasil	400,00		
Poupança Caixa do Brasil	4.000,00		
Total	**152.900,00**	**Total**	**2.900,00**

Este balanço está desbalanceado, já que a ideia de um balanço é de igualdade nas duas balanças. O equilíbrio do balanço dá-se pela introdução da figura do *patrimônio líquido*, que é a resultante da somatória dos bens e direitos, diminuída da somatória das obrigações. O patrimônio líquido representa a riqueza efetiva da entidade e, neste caso, da pessoa física. Significa que, caso o indivíduo consiga vender todo o seu patrimônio e quitar todas as suas dívidas, sobrará uma importância em dinheiro que é totalmente sua, a sua riqueza, o seu patrimônio líquido.

Neste exemplo, para 31/12/X0, temos:

	R$
Valor dos bens e direitos	152.900,00
(–) Valor das dívidas e ônus reais	(2.900,00)
= Patrimônio líquido (valor da riqueza do indivíduo)	150.000,00

Em nosso país e na maior parte dos países o patrimônio líquido é apresentado do lado direito do balanço, para dar a noção de igualdade de ativo = passivo. Fica claro, porém, que o patrimônio líquido não é uma exigibilidade, no sentido de que deve ser efetuado um pagamento para saldar uma obrigação, enquanto que as dívidas e ônus reais caracterizam-se seguramente como passivos exigíveis de pagamento financeiro. Dessa maneira, a palavra *passivo* assume uma conotação ambígua, mostrando, em termos contábeis, tanto as dívidas exigíveis quanto o valor da riqueza das pessoas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Podemos então refazer a Tabela 1.6, introduzindo a figura do patrimônio líquido dentro de um quadro de balanço equilibrado.

Tabela 1.7 – Balanço patrimonial inicial → situação em 31/12/X0, introduzindo o patrimônio líquido

Ativo	R$	Passivo (obrigações e patr. líquido)	R$
Bens e Direitos		**Passivo exigível**	
Casa de 150m² terreno de 300m²	90.000,00	Cartão de Crédito Vis	2.000,00
Apartamento 40m² Grande Praia	40.000,00	Cartão de Crédito Card	800,00
Carro Ox ano X003	18.000,00	Banco do Município – Cheque Especial	100,00
Saldo Banco do Estado	500,00		2.900,00
Saldo Banco do Brasil	400,00	Patrimônio Líquido	150.000,00
Poupança Caixa do Brasil	4.000,00		
Total	**152.900,00**	**Total**	**152.900,00**

Atividades de aplicação

1. João José da Silva, que não tinha nenhum patrimônio, ganha na loteria R$300.000,00. Imediatamente abre uma conta num banco de confiança, depositando o dinheiro. Logo em seguida, adquire dois imóveis, sendo uma casa por R$100.000,00 e um pequeno sítio por R$60.000,00. Faça as movimentações das transações num modelo de Balanço Patrimonial para o João José da Silva.

2. Logo em seguida, João José da Silva adquire dois veículos, um carro no valor de R$40.000,00 e uma caminhonete por R$20.000,00. Todas as aquisições foram pagas em cheque. O banco ofereceu um financiamento para o carro no valor de R$15.000,00, que foi aceito por João José, e foi depositado em sua conta. Partindo do saldo obtido no exercício 1, faça as novas movimentações de João José da Silva.

3. Em seguida, aceitou a sugestão do gerente do banco e fez uma aplicação num fundo de investimento de R$90.000,00. Depois disso, sacou do banco em dinheiro R$3.500,00 e, para festejar este alegre acontecimento, deu uma festa para seus amigos e familiares e gastou

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

R$2.500,00, pagando as despesas em dinheiro, ficando com o resto em suas mãos. Considerando os saldos do exercício 2, faça toda a movimentação dessas novas transações de João José em contas, apurando o saldo de cada uma delas; levante o Balanço Patrimonial de João José e apure o valor da riqueza de João José ao final dessas transações.

4. Coloque entre parênteses as classificações adequadas. Na primeira coluna, utilize B se for Bem, D se for Direito, O se for Obrigação e P se for Patrimônio líquido, despesa ou receita. Na segunda coluna, D se for saldo devedor e C se for saldo credor.

	Primeira coluna	Segunda coluna
Salários a pagar		
Saldo bancário		
Despesas de viagens		
Receita de prestação de serviços		
Capital Social		
Estoque de mercadorias		
Imóveis		
Aluguéis recebidos		
Duplicatas a pagar		
Duplicatas a receber		

5. Considerando as mesmas contas do exercício anterior, indique na segunda coluna se o movimento da conta constante na primeira coluna é um débito ou um crédito.

	Primeira coluna	Segunda coluna
Salários a pagar	Aumento	
Saldo bancário	Diminuição	
Despesas de viagens	Aumento	
Receita de prestação de serviços	Aumento	
Capital Social	Aumento	
Estoque de mercadorias	Aumento	
Imóveis	Diminuição	
Aluguéis recebidos	Aumento	
Duplicatas a pagar	Diminuição	
Duplicatas a receber	Diminuição	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

6. Uma empresa tem um patrimônio líquido de R$50.000,00, representado pelo seu Capital Social, e uma única conta, também no valor de R$50.000,00, representada pelo caixa. Considere que a empresa comprou R$15.000,00 de mercadorias para estoque, metade à vista e metade a prazo, das quais R$6.800,00 foram vendidas no mesmo mês por R$18.000,00, vendas essas que foram R$5.000,00 à vista e o restante a prazo. Apure o lucro do mês e como ficou o Balanço Patrimonial após esses fatos.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Escrituração contábil, a teoria contábil e a legislação em vigor

A *escrituração contábil* é o meio pelo qual a Ciência Contábil se efetiva como a ciência do controle econômico da entidade. A escrituração contábil tem como fundamento as teorias, os princípios, os conceitos, a metodologia e as práticas contábeis.

O controle econômico de uma entidade compreende basicamente a evidenciação do conjunto patrimonial da entidade nas datas necessárias ou exigidas por lei, bem como a avaliação do resultado das operações da entidade, medidas em termos de lucro ou prejuízo, superávit ou *deficit*, sobra ou insuficiência patrimonial, de cada período analisado ou determinado.

Tendo em vista o alcance mundial da necessidade da informação contábil e a consistência absoluta do arcabouço teórico da ciência contábil, sua estrutura foi adotada por todos os países para o controle das atividades das organizações governamentais, para o controle das contas dos cidadãos e das empresas.

Dessa maneira, a maioria dos países insere dentro de diversas legislações (comerciais, civis, tributárias) a obrigatoriedade da escrituração contábil e da disponibilização dos arquivos e relatórios contábeis para determinados usuários e determinados objetivos.

Fundamentos da escrituração contábil

A escrituração contábil consiste no registro em livros contábeis dos fatos que alteram economicamente o patrimônio de uma entidade, utilizando o método contábil das partidas dobradas. Dá-se o nome de *lançamento contábil* a cada registro das transações econômicas (fatos contábeis) nos livros contábeis.

Para tanto, é necessário identificar todos os *elementos patrimoniais* que formam o patrimônio de uma entidade, classificando-os em bens, direitos, obrigações e o Capital Social entregue às empresas pelos sócios ou acionistas, nas empresas que têm esta configuração.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Os elementos patrimoniais identificados são controlados por meio de *contas contábeis*. Uma *conta contábil* é a representação de elementos patrimoniais iguais ou semelhantes, que merece procedimentos e controles específicos.

Denomina-se *plano de contas* o conjunto das contas que representa o patrimônio de uma entidade e permite também a apuração dos resultados das suas operações a cada período de tempo. Assim, o plano de contas deve classificar os elementos patrimoniais em quatro grandes grupos:

- Segmento do Plano de Contas para os elementos do Ativo;
- Segmento do Plano de Contas para os elementos do Passivo;
- Segmento do Plano de Contas para os elementos de Receitas;
- Segmento do Plano de Contas para os elementos de Despesas.

O lançamento contábil

O lançamento contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas. O método das partidas dobradas determina que o lançamento contábil deve ser feito em pelo menos duas contas, sendo denominado *partida* o lançamento na primeira conta e *contrapartida* o lançamento na segunda conta.

O que configura a característica de partida dobrada é o *valor* do lançamento. Assim, o valor da partida tem que ser igual ao valor da contrapartida. O valor lançado em duplicidade é para manter inalterada a equação fundamental da contabilidade, denominada de equação de equilíbrio patrimonial, que determina que o total do ativo tem que ser igual ao total do passivo.

ATIVO = PASSIVO

O ativo é composto de bens e direitos e o passivo é composto das obrigações e do patrimônio líquido[1].

BENS + DIREITOS = OBRIGAÇÕES + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é a figura central da contabilidade, pois representa o valor do Capital Social que os donos da empresa investiram no negócio,

[1] Atualmente a denominação do lado direito da equação de equilíbrio patrimonial tem sido passivo e patrimônio líquido.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

mais os lucros obtidos que foram retidos na sociedade. Para entidades sem fins lucrativos, o patrimônio líquido representa a *sobra residual* da entidade, ou seja, a diferença da soma dos bens e direitos menos as obrigações. Em termos de administração financeira, o patrimônio líquido representa o Capital Próprio da entidade, enquanto que as obrigações representam o Capital de Terceiros.

Despesas e receitas

Exceto nas alterações do Capital Social, o patrimônio líquido é aumentado pelas receitas e diminuído pelas despesas, elementos esses que permitem a apuração do resultado (lucro ou prejuízo, superávit ou *deficit*) da entidade. Como as despesas são negativas ao patrimônio líquido, elas têm sinal inverso ao próprio grupo. Assim, a equação de equilíbrio patrimonial foi transformada, para fins de lançamentos contábeis, numa equação de trabalho, transferindo os elementos de despesas para o conjunto do ativo e mantendo os elementos de receitas junto ao grupo do passivo, ficando esta equação assim representada:

BENS + DIREITOS + DESPESAS = OBRIGAÇÕES + PATRIMÔNIO LÍQUIDO + RECEITAS

No encerramento das contas de um período contábil, as contas de despesas e receitas serão utilizadas para apurar o resultado do período e as contas de ativo e passivo serão utilizadas para elaborar o Balanço Patrimonial ao final do período.

Estrutura do lançamento contábil

Pode ser que um lançamento exija mais de duas contas. Assim, a partida pode ser em uma conta e a contrapartida em duas ou mais contas. Também pode acontecer que a partida seja em mais de uma conta. O que é necessário é que o valor total da partida seja igual ao valor total da contrapartida.

Desde os primórdios da contabilidade, convencionou-se dar o nome de *débito* para a partida e *crédito* para a contrapartida.

Desta maneira, podemos apresentar a estrutura obrigatória para o lançamento contábil:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- data do lançamento;
- conta(s) que recebe(m) o débito;
- conta(s) que recebe(m) o crédito;
- histórico;
- valor.

A data do lançamento e o histórico são os elementos necessários para dar a cronologia dos acontecimentos, bem como para descrever minimamente o que motivou a ocorrência patrimonial.

Todo o lançamento deve ser alicerçado por uma documentação que o habilite. Esta documentação deve ser preferencialmente com documentos externos (notas fiscais, faturas, contratos, boletos, comprovantes de pagamento e recebimento, notas de débito e de crédito etc.), sendo admitidos documentos internos nas ocorrências de transações internas (requisições de estoques de materiais e insumos, relatórios de despesas de viagens etc.).

Método das partidas dobradas – débitos e créditos

O método das partidas dobradas obriga o registro de uma transação em pelo menos duas contas, de tal forma que seja mantido o equilíbrio patrimonial (em valor) da equação contábil ativo = passivo.

Desta maneira, por exemplo, ao registrar uma compra de mercadorias à vista de R$500,00, a contabilidade tem que registrar o valor de R$500,00 numa conta e o mesmo valor de R$500,00 em outra conta, de tal forma que a igualdade ativo = passivo seja mantida. Dessa maneira, a máxima que representa o método das partidas dobradas é "a cada débito corresponde crédito(s) de igual valor" e vice-versa.

As palavras débito e crédito vêm dos costumes seculares dos negócios, onde *débito* procura representar despesas, acréscimos de investimento e valores a dever, e *crédito* procura representar receitas, aumentos de obrigações e valores a receber.

Convencionou-se, ao longo dos séculos, que o nome do saldo das contas do ativo é *devedor* e o nome dos saldos das contas do passivo é *credor*.

Assim, podemos fazer as seguintes afirmativas com suas consequências aritméticas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Devedor é o inverso de credor.

Devedor é igual a débito.

Credor é igual a crédito.

Débito é o inverso de crédito.

Dessas constatações, podemos concluir então que:

Um lançamento a débito aumenta um saldo devedor.

Um lançamento a crédito aumenta um saldo credor.

Um lançamento a débito diminui um saldo credor.

Um lançamento a crédito diminui um saldo devedor.

Assim, os saldos das contas de ativos, passivos, despesas e receitas têm a seguinte evolução pelos débitos e créditos:

O saldo de uma conta de ativo é aumentado por débitos e diminuído por créditos.

O saldo de uma conta de passivo é aumentado por créditos e diminuído por débitos.

O saldo de uma conta de despesa é aumentado por débitos.

O saldo de uma conta de receita é aumentado por créditos.

Portanto:

Toda conta de ativo deve ter saldo devedor.

Toda conta de passivo deve ter saldo credor.

Toda conta de despesa deve ter saldo devedor.

Toda conta de receita deve ter saldo credor.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

As contas de despesas só devem ter lançamentos a créditos para estornos ou correção de erros, bem como as contas de receitas só devem ter lançamentos a débitos para as mesmas coisas.

Os livros contábeis obrigatórios

Os livros contábeis obrigatórios são:

- livro diário;
- livro razão.

O objetivo da escrituração no livro diário é apresentar os lançamentos contábeis em ordem cronológica. Nesse livro todos os fatos contábeis (as transações dos eventos econômicos que afetam o patrimônio empresarial) são escriturados *rigidamente* em *ordem de data*.

O segundo objetivo, além da própria escrituração, é assegurar a confiabilidade dos lançamentos contábeis dentro da ordem em que estão acontecendo, para impedir possibilidades de manipulação da ordem dos eventos, com a inserção de lançamentos *a posteriori* com datas retroativas.

A escrituração em ordem de data no livro diário caracteriza-se por ser uma listagem dos lançamentos. Contudo, pelo fato de ser apenas uma listagem, não é possível fazer o controle dos valores de cada conta, com os eventos específicos de cada uma delas.

Dessa maneira, houve a necessidade de um livro que sistematizasse todos os lançamentos específicos de cada conta, o que deu origem ao livro razão. A palavra razão vem do latim *rationum*, que por sua vez vem de *ratio*, que significa conta ou cálculo. Assim, para se ter o razão de cada conta, há que se fazer cálculos ou contas com os valores dos lançamentos. Em termos práticos, é o livro contábil por excelência, o mais importante, uma vez que por intermédio dele é que se apura o saldo de cada conta após cada lançamento, bem como o saldo final de qualquer período que se queira analisar e que seja objeto de elaboração dos relatórios contábeis.

Em resumo temos:

- o livro razão recebe os lançamentos por ordem de data, sem nenhuma sistematização;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- o livro diário é separado em contas (no passado, cada folha do livro era para uma conta), onde cada conta representa um elemento patrimonial, que recebe unicamente os lançamentos (as partidas) específicos de cada conta.

No passado, com a escrituração manual, havia dois momentos de escrituração. Primeiramente fazia-se a escrituração no livro diário; em seguida, transcrevia-se cada lançamento para o livro razão. Hoje os livros razão e diário são processados eletronicamente e não há mais necessidade de transcrição manual. O livro razão evoluiu de um livro propriamente dito para *fichas*, onde cada ficha do razão representa uma conta contábil. Hoje as fichas são disponibilizadas em telas de computador.

Escrituração do livro diário

Para o processo de escrituração contábil é necessário identificar as contas alteradas por cada fato e as partidas de débitos e créditos. Vamos tomar como referência dez transações que podem representar a abertura de uma nova empresa e seus eventos mais significativos para exemplificar o processo de escrituração contábil. As transações a serem escrituradas são as seguintes:

Número	Transações	R$
1	Entrada de capital social em dinheiro	50.000,00
2	Abertura de conta bancária com depósito, em dinheiro	48.000,00
3	Aquisição de um imóvel para as operações, em cheque	30.000,00
4	Aquisição de móveis para as operações, em cheque	15.000,00
5	Pagamento de despesas de cartório, em dinheiro	1.000,00
6	Compra de materiais de expediente, a prazo, para estoque	5.000,00
7	Receita de prestação de serviços, a prazo, emitindo NF	6.000,00
8	Consumo de materiais de expediente	2.200,00
9	Recebimento de parte da NF emitida, crédito bancário	3.500,00
10	Pagamento de parte da NF do fornecedor, em cheque	2.740,00

Primeiramente vamos identificar as contas contábeis, sua classificação nos elementos patrimoniais e os débitos e créditos em cada conta identificada.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Identificação das contas contábeis e das partidas de débito e crédito						
Número	Conta contábil	Elemento patrimonial	Natureza do saldo	Alteração no saldo	Lançamento	Valor (R$)
1	Caixa	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	50.000,00
	Capital Social	Passivo	Credor	Aumento	Crédito	50.000,00
2	Saldo bancário (1)	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	48.000,00
	Caixa	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	48.000,00
3	Imóveis	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	30.000,00
	Saldo bancário	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	30.000,00
4	Móveis	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	15.000,00
	Saldo bancário	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	15.000,00
5	Despesas de cartório	Despesa	Devedor	Aumento	Débito	1.000,00
	Caixa	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	1.000,00
6	Estoque de mat. expediente	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	5.000,00
	Fornecedores	Passivo	Credor	Aumento	Crédito	5.000,00
7	Clientes	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	6.000,00
	Receita de prest. de serviços	Receita	Credor	Aumento	Crédito	6.000,00
8	Consumo de materiais exped.	Despesa	Devedor	Aumento	Débito	2.200,00
	Estoque de mat. expediente	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	2.200,00
9	Saldo bancário	Ativo	Devedor	Aumento	Débito	3.500,00
	Clientes	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	3.500,00
10	Fornecedores	Passivo	Credor	Diminuição	Débito	2.740,00
	Saldo bancário	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito	2.740,00
(1) Também denominada Bancos conta Movimento (deve ser aberta uma conta analítica para cada conta bancária, com o nome do banco)						

Havia um costume de se colocar a palavra *"a"* antes da conta que recebia a contrapartida, normalmente um crédito, na escrituração do livro diário, prática esta não incorporada nos livros contábeis eletrônicos. O valor, ao final da última conta, era válido para as duas contas. O lançamento abaixo representa esse tipo antigo de escrituração.

Data	Conceição do Oeste, 1 de janeiro de 20X1 Contas contábeis e histórico do lançamento	Valor (R$)
01/01/X1	Caixa	
	a Capital Social	
	Integralização de xxx cotas do capital social da Sociedade Contábil, pelos sócios João da Silva e José de Souza em partes iguais	50.000,00
01/01/X1	...	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Atualmente não se utiliza mais a palavra "a" na escrituração do livro diário, e um modelo muito utilizado está apresentado a seguir, com os dez lançamentos do nosso exemplo.

Conceição do Oeste, 1 de janeiro de 20X1				
	Contas contábeis e histórico do lançamento		Valor (R$)	
Data	Código	Nome	Débito	Crédito
01/01/X1	111 01	Caixa	50.000,00	
	231 01	Capital Social		50.000,00
		Integralização de xxx cotas do capital social da Sociedade Contábil, pelos sócios João da Silva e José de Souza, em partes iguais		
02/01/X1	112 01	Banco Nacional	48.000,00	
	111 01	Caixa		48.000,00
		Abertura de conta bancária, depósito em dinheiro		
03/01/X1	161 01	Imóveis	30.000,00	
	112 01	Banco Nacional		30.000,00
		Compra do imóvel na Rua xxx, conforme escritura de compra e venda, de João Senhor etc.		
04/01/X1	163 01	Móveis e utensílios	15.000,00	
	112 01	Banco Nacional		15.000,00
		Compra de móveis conf. NF... de...		
05/01/X1	411 02	Despesas de cartório	1.000,00	
	111 01	Caixa		1.000,00
		Pago Cartório de Registro conf. Recibo		
06/01/X1	131 01	Estoque de materiais de expediente	5.000,00	
	211 01	Fornecedores		5.000,00
		Compra conforme NF...de...		
07/01/X1	121 01	Clientes	6.000,00	
	311 01	Receitas de prestação de serviços		6.000,00
		Venda de Serviços conf. NF...de...		
08/01/X1	411 01	Consumo de materiais de expediente	2.200,00	
	131 01	Estoque de materiais de expediente		2.200,00
		Consumo de materiais no período		
09/01/X1	112 01	Banco Nacional	3.500,00	
	121 01	Clientes		3.500,00
		Recebimento parcial da NF...		
10/01/X1	211 01	Fornecedores	2.740,00	
	112 01	Banco Nacional		2.740,00
		Pagamento da NF...		

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Escrituração do livro razão e em conta Tê

O livro razão se caracteriza pela abertura de um controle para cada conta contábil do plano de contas. Assim, todos os lançamentos do livro diário são transcritos para todas as contas que foram envolvidas nos lançamentos, alocando em cada conta a partida do lançamento que é específica de cada uma delas. Com o razão apura-se o saldo de cada conta após cada lançamento.

Tendo como referência os dez lançamentos já escriturados no tópico anterior, vamos abrir uma conta contábil para cada elemento patrimonial identificado nesses lançamentos e fazer a transcrição dos lançamentos. O modelo adotado é um modelo muito comum nos sistemas contábeis eletrônicos. A letra D ou C ao lado do saldo da conta significa *saldo devedor* ou *saldo credor*.

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Caixa	111 01	Débito	Crédito	Saldo	
01/01/X1	Entrada de Capital Social em dinheiro		50.000,00		50.000,00	D
02/01/X1	Depósito em dinheiro no Banco Nacional			48.000,00	2.000,00	D
05/01/X1	Pago despesas de cartório cf. recibo			1.000,00	1.000,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Capital Social	231 01	Débito	Crédito	Saldo	
01/01/X1	Integralização de Capital Social em dinheiro pelos sócios...			50.000,00	50.000,00	C

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Banco Nacional	112 01	Débito	Crédito	Saldo	
02/01/X1	Depósito em dinheiro		48.000,00		48.000,00	D
03/01/X1	Aquisição de um imóvel...			30.000,00	18.000,00	D
04/01/X1	Aquisição de móveis...			15.000,00	3.000,00	D
09/01/X1	Recebimento de cliente...		3.500,00		6.500,00	D
10/01/X1	Pagamento ao fornecedor...			2.740,00	3.760,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Imóveis	161 01	Débito	Crédito	Saldo	
03/01/X1	Aquisição de imóvel conf. escritura...		30.000,00		30.000,00	D

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Móveis e utensílios	163 01	Débito	Crédito	Saldo	
03/01/X1	Aquisição de móveis conf. NF		15.000,00		15.000,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Despesas de cartório	411 02	Débito	Crédito	Saldo	
05/01/X1	Pago despesas em dinheiro		1.000,00		1.000,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Estoque de mat. expediente	131 01	Débito	Crédito	Saldo	
06/01/X1	Compra de materiais para estoque NF...		5.000,00		5.000,00	D
08/01/X1	Consumo de materiais expediente no período			2.200,00	2.800,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Fornecedores	211 01	Débito	Crédito	Saldo	
06/01/X1	Compra de materiais para estoque NF...			5.000,00	5.000,00	C
10/01/X1	Pagamento de NF ...		2.740,00		2.260,00	C

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Receita de prest. de serviços	311 01	Débito	Crédito	Saldo	
07/01/X1	Prestação de serviços conf. NF...			6.000,00	6.000,00	C

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Clientes	121 01	Débito	Crédito	Saldo	
07/01/X1	NF ... De venda de serviços		6.000,00		6.000,00	D
09/01/X1	Recebimento de NF....			3.500,00	2.500,00	D

	Conta contábil	Código	Valor (R$)			
Data	Consumo material de expediente	411 01	Débito	Crédito	Saldo	
08/01/X1	Consumo de materiais no período		2.200,00		2.200,00	D

Para fins didáticos, e para estudo de lançamentos, utiliza-se o *razonete* ou razão em *conta Tê*, utilizando a figura da letra T. Nele só constam as colunas de débito e crédito. Sobre a linha horizontal coloca-se o nome da conta. À esquerda ficam os valores de débito e o saldo devedor; à direita ficam os valores de crédito e o saldo credor. Ao lado dos valores colocam-se números

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

para identificar os lançamentos. Vejamos os mesmos lançamentos nesse formato simplificado, não oficial, do razão. Quando há apenas um lançamento, não há necessidade de puxar o saldo.

Caixa

(1)	50.000,00			
		48.000,00	(2)	
		1.000,00	(5)	
	1.000,00			

Capital Social

			50.000,00	(1)

Banco Nacional

(2)	48.000,00			
		30.000,00	(3)	
		15.000,00	(4)	
(9)	3.500,00			
		2.740,00	(10)	
	3.760,00			

Imóveis

(3)	30.000,00			

Móveis e utensílios

(4)	15.000,00			

Desp. cartório

(5)	1.000,00			

Estoque mat. expediente

(6)	5.000,00			
		2.200,00	(8)	
	2.800,00			

Fornecedores

			5.000,00	(6)
(10)	2.740,00			
			2.260,00	

Clientes

(7)	6.000,00			
		3.500,00	(9)	
	2.500,00			

Receita de serviços

			6.000,00	(7)

Consumo mat. expediente

(8)	2.200,00			

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Para uma primeira confirmação dos trabalhos de escrituração, levanta-se um balancete de verificação para listar os saldos e confirmar a igualdade entre os saldos devedores e credores das contas, conforme abaixo.

Balancete de Verificação em 10/01/X1

Conta contábil		Saldo (R$)	
Código	Nome	Devedor	Credor
Ativo			
111 01	Caixa	1.000,00	
112 01	Banco Nacional	3.760,00	
121 01	Clientes	2.500,00	
131 01	Estoque de materiais de expediente	2.800,00	
161 01	Imóveis	30.000,00	
163 01	Móveis e utensílios	15.000,00	
Passivo			
211 01	Fornecedores		2.260,00
231 01	Capital Social		50.000,00
Receitas			
311 01	Receita de prest. de serviços		6.000,00
Despesas			
411 01	Consumo de materiais de expediente	2.200,00	
411 02	Despesas de cartório	1.000,00	
Total		58.260,00	58.260,00

Livros auxiliares

Algumas contas contábeis apresentam movimentação muito grande. Assim, algumas empresas optam por fazer livros contábeis específicos para essas contas, denominados livros auxiliares, mas que devem ser considerados livros obrigatórios. Os livros auxiliares mais utilizados são:

- livro caixa;
- livro de contas correntes para clientes e fornecedores;
- livro de controle patrimonial.

A legislação sobre a escrituração contábil

O marco moderno da legislação sobre escrituração contábil é o Decreto Lei 486 de 03/03/1969. Outras alterações legais posteriores foram redirecio-

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

nando as exigências, que estão consolidadas no Regulamento do Imposto de Renda (RIR), Decreto 3.000 de 26/03/1999, no Capítulo II. Os livros comerciais obrigatórios são:

- livro diário;
- livro razão;
- livro de inventário;
- livro de entradas (compras);
- livro de apuração do lucro real (Lalur).

Guarda e apresentação dos livros contábeis

A partir do ano base 2008, com entrega para 2009, as empresas estarão obrigadas a gerar e transmitir eletronicamente para o governo federal, para o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)[2], os livros contábeis, o livro de apuração do lucro real (Lalur) e a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ)[3].

Os livros abrangidos são:

- diário e razão;
- balancetes diários e balanços;
- diário com escrituração resumida;
- diário auxiliar;
- razão auxiliar.

O SPED contábil é idêntico ao SPED Fiscal, ou seja, os arquivos gerados serão transmitidos para o SPED, desobrigando as empresas da guarda em papel. O prazo para guarda será de *5 anos mais o ano corrente*. Assim a DIPJ exigirá um número menor de informações e futuramente poderá deixar de existir. As empresas que entregarem os arquivos "SPED" devem ser desobrigadas da obrigatoriedade da IN 86, naquelas informações que o SPED venha suprir[4].

[2] De maneira bastante simplificada, podemos definir o Sped Contábil como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais. A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB n.º 787/07 (disponível no menu Legislação). Devido às peculiaridades das diversas legislações que tratam da matéria, este arquivo pode ser tratado pelos sinônimos: Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital – ECD, ou Escrituração Contábil em forma eletrônica.

[3] A DIJP é o nome da antiga Declaração do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas. Anualmente as empresas são obrigadas a enviar à Receita Federal do Brasil um resumo de suas demonstrações contábeis dentro do formato exigido pela DIJP, bem como apresentar a formação do lucro tributável para fins de apuração do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

[4] A IN 86 obrigava as empresas a manter arquivos magnéticos à disposição da Secretaria da Receita Federal de todos os arquivos relacionados às transações da empresa. Compreendia basicamente todos os arquivos e transações da folha de pagamento, dos estoques, da contabilidade, das compras e vendas, da escrituração fiscal etc.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A teoria contábil

A sustentação da teoria contábil consiste no conjunto de conhecimentos necessários para que ela atinja seu objetivo principal, que é o controle de uma entidade. O fundamento do controle é a estruturação de um sistema de informação, elaborado dentro de metodologia científica, que permita a todos os usuários da informação contábil o conhecimento do valor de seu patrimônio e a mensuração dos resultados obtidos com a operacionalização dos elementos patrimoniais à disposição das entidades.

O objetivo da contabilidade

Conforme Hendriksen (1977, p. 100), "Contabilidade é um processo de comunicação de informação econômica para propósitos de tomada de decisão tanto pela administração como por aqueles que necessitam utilizar-se dos relatórios externos".

Portanto, o objetivo do controle patrimonial transforma-se naturalmente num objetivo de comunicação de informação econômica, tanto para os usuários internos (os administradores em todos os seus níveis) como para os usuários externos.

Em função da caracterização da existência de dois grupos básicos de usuários, os usuários internos e os usuários externos, a contabilidade tem sido apresentada em duas grandes áreas denominadas de contabilidade financeira e contabilidade gerencial. Esses dois ramos da contabilidade não são apartados, mas devem ser sempre trabalhados em conjunto para o atendimento do objetivo geral da contabilidade.

A contabilidade financeira e gerencial

A contabilidade financeira é a contabilidade mais conhecida, tradicional, que é a contabilidade determinada pela lei comercial e fiscal. Portanto, seu foco é o usuário externo, seja o acionista ou sócio, o governo e o atendimento às obrigações legais. Em função de sua utilização generalizada é estruturada sobre regras firmes e conhecidas por todos e determinadas legalmente, que são denominadas de *Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA)* ou Práticas Contábeis.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Outras características fundamentais da contabilidade financeira são: a) as transações, por meio dos lançamentos, são escrituradas pelos dados históricos, por valores reais; b) a apresentação para os usuários externos é feita por meio de relatórios padronizados para que todos os usuários externos possam fazer comparações das demonstrações contábeis de qualquer empresa; c) o valor dos elementos patrimoniais, do ativo, passivo e do próprio lucro ou prejuízo, reflete eventos já acontecidos, ou seja, registram eventos já transcorridos.

A contabilidade gerencial é todo o conjunto de conhecimentos necessários e complementares para o processo decisório de uma entidade. Ela é mais analítica, tem como foco os usuários internos e pode utilizar qualquer regra econômica que tenha utilidade para o tomador de decisão. A contabilidade gerencial abrange todo o conjunto de conhecimentos conhecidos como contabilidade estratégica, custos, orçamentos, análise de investimentos, análise financeira, contabilidade por unidades de negócios etc.

Talvez a característica mais importante da contabilidade gerencial seja a sua visão de futuro. A contabilidade gerencial foca a tomada de decisão e, consequentemente, o efeito futuro das ações da administração. Para tanto, ela não se prende a nenhum conceito específico, nem a formato específico de relatório. Ela busca saber o que vai acontecer, qual será o próximo lucro e patrimônio da empresa e qual pode ser o valor da empresa numa possível negociação.

O quadro a seguir apresenta os fatores que diferenciam a contabilidade financeira da contabilidade gerencial, mas que devem ser trabalhados conjuntamente dentro da entidade.

Quadro 1 – Comparação entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial

Fatores	Contabilidade financeira	Contabilidade gerencial
Usuários	Externos e internos	Internos
Estrutura dos relatórios	Formatados	Não formatados
Relatórios principais	Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa	Quaisquer relatórios necessários para tomada de decisão
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos)

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Fatores	Contabilidade financeira	Contabilidade gerencial
Restrição nas informações	Princípios contábeis geralmente aceitos	Nenhuma restrição
Característica da informação	Objetiva e verificável	Oportuna e relevante
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica	Orientação para o futuro

As raízes da teoria contábil

Essencialmente a teoria contábil decorre da abordagem gerencial da contabilidade. Nela o objetivo fundamental é o processo de tomada de decisão para controle do patrimônio. Portanto, as raízes da teoria contábil são as teorias da decisão, da mensuração e da informação.

A teoria da decisão

A teoria da decisão trabalha com a construção de modelos decisórios que permitam ao usuário tomar a melhor decisão para alcançar os objetivos das entidades e empresas, que são a continuidade, o resultado positivo para sustentar as operações e o retorno do investimento.

Os principais relatórios contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa) são modelos decisórios de grande abrangência com números de forma agregada. Outros modelos de decisão mais analíticos são necessários, como modelos para análises de custos, formação de preços de venda, análise de investimentos etc.

A tomada de decisões racionais depende de informações e dados. Portanto recorre à teoria da mensuração e da informação.

A teoria da mensuração

A teoria da mensuração trabalha com a atribuição de medidas para as variáveis do modelo decisório. A maior especialização (e o ponto forte) da contabilidade é a mensuração econômica, qual seja, atribuir valor monetário a todas as variáveis contábeis.

A mensuração econômica é muito complexa, pois envolve valores passados, futuros, valores brutos, líquidos, valores ajustados a valor presente,

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

valores à vista, a prazo, valores em outras moedas, conceitos de custo de oportunidade etc. Para cada modelo decisório vários tipos de valores podem ser necessários, além da mensuração física dos elementos e variáveis envolvidos em cada modelo.

A teoria da informação

A teoria da informação tem como referência o usuário que utiliza o modelo para tomada de decisão. O objetivo é eliminar a maior parte da incerteza na tomada de decisão. Deve levar sempre em conta a relação custo-benefício da construção dos sistemas de informação e modelos de informação.

A teoria da informação tem como referência o conceito da comunicação eficaz. Assim, preocupa-se com a qualidade da fonte (a origem da informação), a mensagem (o conteúdo da informação), o canal (o meio que transporta a informação) e o destinatário (a pessoa que recebe a informação). A contabilidade caracteriza-se como um sistema de informação. Assim, faz parte das preocupações do contador conseguir a eficácia de sua informação, ou seja, ela tem que ser entendida por quem a usa e deve ser útil para o processo de tomada de decisão.

A estrutura da contabilidade brasileira

A contabilidade financeira (para os usuários externos) é regulamentada no Brasil por leis e instituições que definem suas normas e suas aplicações.

A Legislação das Sociedades por Ações e a contabilidade

O diploma mais importante é a Lei 6.404/76, a lei das sociedades anônimas, que determinou o novo formato da contabilidade brasileira. Ela foi estendida para as demais sociedades pelo Decreto Lei 1.598/78, que também adotou a nova estrutura para fins de legislação tributária.

A Lei 11.638/07, complementada pelos artigos 36 a 38 da Lei 11.941/09, fez diversas modificações importantes na estrutura da Lei 6.404/76, determinando também a adoção das práticas internacionais de contabilidade.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O Código Civil e a contabilidade

O novo Código Civil instituído pela Lei 10.406/02 determina a obrigatoriedade da escrituração contábil por contabilista responsável, os livros e demonstrações contábeis obrigatórios, sem entrar no mérito das práticas contábeis a serem adotadas nem da estrutura dos relatórios contábeis. Portanto, toda a formatação e as práticas contábeis brasileiras a serem adotadas constam na Lei 6.404/76 e nas alterações da Lei 11.638/07 e 11.941/09.

O Conselho Federal de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem por objetivo o controle e a fiscalização dos atos da classe contábil, bem como a aplicação das normas de contabilidade. A partir de 2005, a responsabilidade pela emissão das normas e procedimentos contábeis ficou a cargo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também tem atribuições e pode normatizar sobre procedimentos contábeis complementares para as sociedades anônimas de capital aberto e para empresas de grande porte[5].

[5] São consideradas empresas de grande porte, pela Lei 11.638/07, qualquer empresa que tenha receita bruta anual superior a R$300.000.000,00 ou ativo total superior a R$240.000.000,00.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é a instituição mais importante para a contabilidade brasileira e foi criado em 07/10/2005, pela Resolução 1.055/05 do CFC, para ser o único órgão responsável pela emissão dos pronunciamentos contábeis no Brasil, em função das necessidades de:

- convergência internacional das normas contábeis;
- centralização na emissão de normas contábeis;
- representação das instituições nacionais interessadas em eventos internacionais.

Antes da criação do CPC, as normas, procedimentos técnicos, orientações e interpretações contábeis eram de responsabilidade basicamente:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- do Conselho Federal de Contabilidade, para todas as empresas no território nacional;
- da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as companhias abertas.

Também eram agentes legalmente autorizados o IBRACON, para as auditorias independentes, o Banco Central, para as instituições financeiras, a SUSEP, para as instituições seguradoras, e a Receita Federal, no âmbito tributário.

O CPC é composto por dois representantes das seguintes entidades:

- Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA);
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL);
- Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA);
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

O CPC sempre convidará representantes do:

- Banco Central do Brasil;
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Secretaria da Receita Federal;
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Enquanto o CPC não cobrir a regulamentação de todas as normas contábeis existentes e necessárias, já existentes, emitidas pelos diversos órgãos responsáveis ou mesmo pelo legislativo brasileiro, estas continuarão em vigor e deverão ser seguidas pelos contadores.

As práticas internacionais de contabilidade e a estrutura contábil brasileira

A adoção das práticas internacionais de contabilidade tornou-se obrigatória a partir da Lei 11.638/07. Como o Conselho Federal de Contabilidade

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a estrutura contábil brasileira hoje converge para adotar os Pronunciamentos Técnicos do CPC.

Introdução aos princípios e práticas contábeis

Os princípios de contabilidade, denominados mundialmente de princípios contábeis geralmente aceitos (PCGA) e no Brasil, princípios fundamentais de contabilidade, são as regras em que se assenta a contabilidade financeira (não a contabilidade gerencial) para atender as demandas legais e tributárias e dos usuários externos.

O segundo objetivo principal é o processo de harmonização. Com todos os contadores trabalhando sob as mesmas regras, todas as demonstrações contábeis estarão sendo elaboradas dentro do mesmo arcabouço teórico e regulatório e poderão ser entendidas por todos os usuários, independente da empresa que apresente suas demonstrações contábeis.

Princípios contábeis geralmente aceitos– conceituação

Os princípios contábeis foram sendo desenvolvidos ao longo da história da contabilidade a partir da escolha da melhor opção dos critérios de avaliação de ativos e passivos que conduzissem ao objetivo da contabilidade de apuração do resultado, lucro ou prejuízo, de um período. O objetivo condutor foi o retorno do investimento baseado na confrontação do valor das receitas realizadas com as despesas realmente incorridas, tendo como base de mensuração do retorno o investimento a valor histórico.

Os princípios podem ser classificados, partindo de uma ordem de importância, em postulados, princípios e convenções.

Postulados contábeis

Os postulados referem-se ao alicerce dos princípios. Representam as condições primordiais em que deve se presumir o objeto de controle da entidade. São eles os postulados da continuidade e da entidade.

Princípios contábeis

Os princípios contábeis representam o segundo estágio na importância das regras contábeis e representam os conceitos escolhidos para a mensuração dos elementos patrimoniais e para apuração do resultado do período.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A aplicação dos princípios contábeis deve ser feita:

- com um *denominador comum monetário* para todos os lançamentos, isto é, o valor dos lançamentos deve ser feito somente na moeda brasileira;
- tendo como referência o conceito da *essência sobre a forma*, ou seja, o que deve prevalecer na avaliação do fato contábil é a sua natureza intrínseca e não a forma documental em que está apresentado.

Convenções contábeis

As convenções representam as práticas contábeis recomendadas que direcionam a aplicação dos princípios contábeis e constrangem a atuação do responsável pela escrituração contábil. São elas:

- *Convenção da objetividade*: o lançamento contábil deve ser baseado em fatos e não em avaliação subjetiva, tendo um documento hábil que permita a verificação posterior do lançamento realizado.
- *Convenção da materialidade*: tem como base a relação custo-benefício da informação. A exatidão numérica objetiva às vezes pode custar muito caro e pode ser substituída por uma avaliação acurada, desde que não prejudique o controle patrimonial.
- *Convenção da consistência ou uniformidade*: adotado um critério (dentre os aceitos pelos princípios contábeis), este deve ser adotado uniformemente no futuro. Eventual mudança do critério deve ser objeto de notas explicativas.
- *Convenção do conservadorismo*: ligado mais à postura do contador, com o objetivo básico de apuração justa do resultado do período. A regra mais conhecida é: na dúvida, lance a despesa; na dúvida, *não* lance a receita.
- *Convenção da oportunidade*: os lançamentos devem ser feitos imediatamente à ocorrência da transação e no valor correto. No caso de lançamentos por estimativa, os valores devem estar baseados em dados quantitativos, que permitam o cálculo da provisão, e serem contabilizados no momento adequado.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Princípios contábeis

Sob este título, analisaremos os postulados e os princípios propriamente ditos.

O princípio da entidade

O postulado ou princípio da entidade tem como objetivo delimitar com exatidão o patrimônio que será objeto da escrituração contábil. Para cada entidade contábil deverá haver uma única escrituração, que não pode se misturar com entidades que se relaciona, não podendo caber numa escrituração duas entidades diferentes.

O exemplo mais objetivo da aplicação deste princípio é que a contabilidade dos bens pessoais dos sócios não pode ser confundida e misturada com a contabilidade da empresa de que eles são donos. Da mesma forma, a contabilidade de diversas empresas de um grupo empresarial não deve ser misturada, devendo cada empresa ter sua contabilidade distinta das demais.

O princípio da continuidade

O postulado ou princípio da continuidade parte do conceito de que uma entidade não tem uma data final de encerramento (exceto nos casos específicos que isso deve acontecer) e que, portanto, seus ativos e passivos não devem ser avaliados no pressuposto de que serão vendidos ou liquidados nas datas de encerramento de balanço.

O princípio da continuidade diz que os ativos e passivos devem ser avaliados no pressuposto de que as operações da empresa continuarão nos próximos anos e devem ser mensurados (avaliados) para obter-se o resultado do período e avaliação do retorno do investimento.

Esse princípio é a base para o conceito de custo como base de valor, já que os elementos devem ser primariamente avaliados pelo custo e não pelos seus valores de realização ou de venda.

O princípio do custo como base de valor

O princípio do custo como base de valor também é chamado de princípio do registro pelo valor original. Pode ser considerado o princípio mais impor-

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

tante em termos de aplicação dos conceitos de contabilidade. Esse princípio diz que todos os ativos e passivos devem ser avaliados (mensurados) pelo custo histórico ou de aquisição, e mantidos com essa avaliação até serem realizados ou vendidos.

Esse princípio é que dá a referência para a apuração do lucro. Assim, a apuração do lucro (ou prejuízo) de cada transação e de todas as transações de um período só se dá no momento da venda, e não antes dela.

Uma restrição importante a esse princípio é adotar o preço de venda ou de mercado apenas quando este preço for *inferior* ao custo, expresso normalmente como "custo ou mercado, dos dois o menor".

O princípio da competência de exercícios

Este princípio é a base para a apuração do resultado de um período e *exclui* definitivamente a adoção do *regime de caixa*. As despesas devem ser contabilizadas quando ocorrem, independente de seu pagamento, e as receitas devem ser contabilizadas também quando ocorrem, independente de seu recebimento.

O princípio da confrontação das despesas com as receitas

Este princípio deixa claro o momento da apuração do resultado de cada transação. As despesas devem ser lançadas apenas quando as receitas são realizadas. Em outras palavras, só é possível lançar as receitas, e as despesas que a geraram, quando a receita for realizada (tiver ocorrido) e todas as despesas que geram essa receita também já tiverem sido incorridas.

Não se pode lançar uma receita sem que os gastos de todos os esforços para obtê-la não tenham sido realizados ou ocorridos. Esse princípio é muito importante para não se contabilizar receitas antes do momento devido.

Práticas contábeis

Podemos definir práticas contábeis como a aplicação de todo o conjunto de princípios, convenções, conceitos, teorias e procedimentos contábeis aceitos e regulamentados.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Os conceitos de valor

A contabilidade elegeu como conceito de mensuração o valor de aquisição. Porém, no mundo dos negócios, outros conceitos de valor são importantes e também devem ser conhecidos e utilizados na tomada de decisão.

Valor contábil

O valor contábil é o valor dos ativos e passivos, tendo como referência o custo histórico ou de aquisição. O valor de mercado só é utilizado quando este for inferior ao valor contábil[6].

O valor contábil é o valor dos elementos patrimoniais constantes dos livros contábeis. Assim, o valor contábil é o valor decorrente da aplicação das práticas e princípios contábeis geralmente aceitos. É comumente chamado no mundo dos negócios de *valor dos livros*.

[6] As práticas internacionais de contabilidade têm aceitado a mensuração a valor de mercado ou valor justo de instrumentos financeiros destinados à venda ou disponíveis para negociação. Ver textos de contabilidade avançada.

Valor de mercado

Podemos dizer que o valor de mercado é preço pelo qual foi ou será vendido um ativo ou foi ou será liquidada uma obrigação. É o valor que imediatamente vem à mente do empresário comum. Ele é diferente do valor de custo e, consequentemente, do valor contábil. Por exemplo, um terreno que foi adquirido por R$30.000,00 pode valer hoje no mercado R$40.000,00. Enquanto não for vendido, a contabilidade continuará registrando por R$30.000,00.

Valor econômico

Valor econômico é um preço que dá base para negociação hoje tendo como referência o fluxo futuro de benefícios do ativo. O método mais utilizado para se determinar o valor econômico de um bem ou direito é o *fluxo de caixa descontado*, onde se traz, a valor presente, os fluxos de caixa a serem gerados no futuro, por meio de uma taxa de juros que represente o custo de capital.

Na falta de um de valor de mercado objetivo, utiliza-se o valor econômico.

Introdução aos ajustes do custo ao valor de mercado

Em algumas situações é necessária a utilização de valores de mercado para ajustar os valores contábeis, quando os valores contábeis históricos

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

ou de aquisição estão superiores aos valores de mercados. As novas práticas contábeis dão o nome a esse ajuste de redução ao valor recuperável de ativos. A redução é considerada uma perda de valor, contabilizada como gasto operacional. O nome internacional é *impairment*.

O conceito de perda de valor (*impairment*)

Impairment significa literalmente dano, prejuízo, deterioração, depreciação. Em termos contábeis podemos definir *impairment* como declínio no valor de um ativo ou dano econômico. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em seu Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 14/09/2007, definiu valor recuperável como "o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso".

O conceito de *impairment* deverá ser aplicado a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados a todas as atividades da empresa, inclusive as financeiras. Esse procedimento deverá ser feito regularmente, pelo menos no encerramento do exercício contábil.

O conceito de valor justo (*fair value*)

A mensuração do valor recuperável deve ser feita por dois critérios:

- pelo preço líquido de venda;
- pelo seu valor em uso.

Para fins de aplicação do *impairment* deve-se utilizar o maior valor entre os dois critérios. Stickney e Weil (2001) explicam que os dois critérios são considerados como "o valor justo" de um ativo. Podemos definir, então, valor justo como o preço negociado entre um comprador e um vendedor que agem racionalmente, defendendo seu próprio interesse (uma transação *arm's-length*) ou, na ausência desse valor objetivo, o valor presente do fluxo de caixa esperado pelo ativo.

Dessa maneira, o valor justo incorpora-se ao conjunto de conceitos, para ajustar o valor contábil de um ativo quando o valor de mercado é inferior a este, e liga-se ao conceito de *impairment*. O CPC indica os seguintes critérios para se apurar o valor recuperável, o valor justo:

- preço líquido de venda do ativo a partir de um contrato de venda formalizado;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- preço líquido de venda a partir de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda;
- preço líquido de venda baseado na melhor informação disponível para alienação do ativo;
- fluxos de caixa futuros descontados para valor presente, derivados do uso contínuo dos ativos relacionados.

Ampliando seus conhecimentos

Princípios contábeis geralmente aceitos

(WARREN *et al*., 2009)

Se os administradores de uma empresa pudessem registrar e informar dados financeiros da forma que julgassem mais adequada, seria difícil, ou mesmo impossível, fazer comparações entre empresas. Portanto, os contadores financeiros seguem *princípios contábeis geralmente aceitos* (PCGA ou GAAP– *Generally Accepted Accounting Principles*) na preparação de seus relatórios. Esses relatórios permitem que os investidores e outras partes interessadas comparem duas empresas entre si. Para ilustrar a importância dos princípios contábeis geralmente aceitos, suponha que diferentes federações esportivas usassem regras diferentes para a contagem de pontos. Digamos, por exemplo, que uma federação estadual de futebol contasse o empate como dois pontos e outra não atribuísse pontos ao empate. Seria difícil avaliar os times submetidos a esses sistemas diferentes de pontuação. Um conjunto comum de regras e um sistema de pontuação padronizado ajudam os torcedores a comparar times entre diferentes federações. Da mesma maneira, um conjunto padronizado de princípios contábeis geralmente aceitos permite comparar o desempenho e a situação financeira de diferentes empresas.

Os princípios e conceitos contábeis foram desenvolvidos com base em pesquisas, práticas contábeis aceitas e pareceres de órgãos competentes. Nos Estados Unidos, a Comissão Regulatória da Contabilidade Financeira (FASB– *Financial Accounting Standards Board*) é o principal órgão normativo responsável pelo desenvolvimento dos princípios contábeis. A FASB publica as *Declarações de Normas Contábeis Financeiras*, bem como *interpretações* dessas normas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Como os princípios contábeis geralmente aceitos afetam o conteúdo e a forma dos relatórios das empresas, a definição desses princípios é algo que diz respeito a todas as partes interessadas. Portanto, as normas são estabelecidas por meio de um processo que solicita e leva em consideração as opiniões de todas as partes afetadas. As atividades normativas da FASB são publicadas e disponibilizadas em <www.fasb.org>.

Integridade, objetividade e ética na empresa

Reforma Contábil

As irregularidades na contabilidade financeira e nos relatórios da Enron, WorldCom, Tyco, Xerox e outras chocaram o público investidor. A divulgação do fato de que algumas das maiores e mais conhecidas empresas norte-americanas haviam superestimado seus lucros e enganado os investidores levou à seguinte pergunta: onde estavam os CPAs[1]?

Em resposta, o Congresso promulgou a Lei de Proteção dos Investidores, Reforma de Auditoria e Transparência de 2002, conhecida como Lei Sarbanes-Oxley. A lei estabelece uma Comissão de Fiscalização de Auditoria Contábil para regular o segmento da profissão contábil que tem empresas de capital aberto como clientes. Além disso, a lei proíbe que os auditores (CPAs) prestem aos seus clientes certos tipos de serviços alheios à área de auditoria, como serviços jurídicos ou relacionados a bancos de investimentos, proíbe a contratação dos auditores pelo cliente pelo período de um ano após a última auditoria desse cliente e aumenta as punições aplicáveis à divulgação de informes financeiros fraudados.

Conceito de entidade contábil

A unidade comercial individual é a entidade contábil para a qual são necessários dados econômicos. Essa entidade pode ser uma revenda de automóveis, uma loja de departamentos ou uma mercearia. A entidade contábil deve ser identificada para que o contador possa determinar quais dados econômicos deverão ser analisados, registrados e resumidos nas demonstrações.

[1] CPA é a abreviação de *Certified Public Accountant*, que representa o auditor independente certificado pelos órgãos governamentais norte-americanos para fazer a auditoria externa de contabilidade das entidades.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O *conceito de entidade contábil* é importante porque limita os dados econômicos do sistema contábil àqueles que estão diretamente relacionados às atividades da empresa. Em outras palavras, a empresa é vista como uma entidade separada de seus proprietários, credores ou outras partes interessadas. Por exemplo, o contador de uma empresa com apenas um proprietário (uma firma individual) registraria somente as atividades da empresa, não as atividades, propriedades ou débitos pessoais do proprietário.

O conceito de custo

Se um edifício for comprado por US$150.000, esse é o valor que deverá ser lançado nos registros contábeis do comprador. Talvez o vendedor estivesse pedindo US$170.000 pelo edifício até o momento da venda. Talvez o comprador tenha feito uma oferta inicial de US$130.000 pelo edifício. O edifício pode ter sido avaliado por US$125.000 para fins de tributação imobiliária. O comprador pode ter recebido uma oferta de US$175.000 pelo edifício no dia seguinte à compra. Nenhuma dessas outras quantias tem qualquer efeito sobre os registros contábeis, porque não resultaram em uma troca de propriedade do edifício entre o vendedor e o comprador. O conceito de custo é a base para o lançamento do *preço* — ou *custo* — *de transação de US$150.000* nos registros contábeis relativos ao edifício.

Continuando esse exemplo, a oferta de US$175.000 recebida pelo comprador no dia seguinte à compra do edifício indica que o preço de compra de US$150.000 foi uma pechincha. O uso de US$175.000 nos registros contábeis, porém, corresponderia a registrar um lucro ilusório ou não realizado. Se, depois de comprar o edifício, o comprador aceitasse a oferta e o vendesse por US$175.000, um lucro de US$25.000 seria realizado e devidamente registrado. O novo proprietário registraria US$175.000 como o custo do edifício.

O uso do conceito de custo envolve outros dois conceitos importantes de contabilidade – objetividade e unidade de medida. O *conceito de objetividade* exige que os registros e relatórios contábeis sejam baseados em evidências objetivas. Nas transações envolvendo um comprador e um vendedor, ambos tentam obter o melhor preço. Somente o valor final estabelecido de comum acordo é suficientemente objetivo para fins contábeis. Se o valor pelo qual as propriedades são registradas fosse revisto continuamente para cima e para baixo com base em ofertas, avaliações e opiniões, os relatórios contábeis logo se tornariam instáveis e pouco confiáveis.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O conceito de *unidade de medida* ou o *princípio do denominador comum monetário* exige que os dados econômicos sejam registrados em uma moeda comum. O dinheiro é uma unidade comum de medida para a produção de relatórios e dados financeiros uniformes.

Atividades de aplicação

1. Discorra sobre os fundamentos do método das partidas dobradas e seu efeito no livro razão.

2. Por que a contabilidade financeira deve ser assentada sobre princípios contábeis geralmente aceitos em todos os lugares e não há necessidade do mesmo padrão para a contabilidade gerencial? Quais as diferenças mais importantes entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira?

3. Identifique e explique o relacionamento entre os princípios da continuidade, custo como base de valor e confrontação das receitas e despesas.

4. Considerando os seguintes fatos contábeis apresentados a seguir, faça o que se pede.

   a) Identifique as contas alteradas pelos fatos.

   b) Identifique se é ativo, passivo, despesa ou receita.

   c) Identifique se o fato aumenta ou diminui o saldo de cada conta alterada.

   d) Identifique se haverá um débito ou crédito em cada conta.

Fatos:

- Constituição da empresa com entrada de capital em dinheiro de R$50.000,00.
- Abertura de saldo bancário com depósito em dinheiro de R$48.000,00.
- Aquisição de um imóvel em cheque no valor de R$22.000,00.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- Gasto com despesas de cartório, em dinheiro no valor de R$200,00.
- Emissão de nota fiscal de prestação de serviços de R$1.000,00, sendo R$300,00 recebidos à vista, em dinheiro, e o restante a receber em 30 dias.
- Aquisição de um veículo para uso da empresa no valor de R$20.000,00, em cheque.

5. Com os mesmos fatos do exercício anterior, faça os lançamentos no razão em conta Tê.

6. Uma empresa tem as seguintes contas contábeis já abertas, com os seguintes saldos:

Saldo bancário	R$20.000,00
Dupls. a receber	R$30.000,00
Estoque de mercadorias	R$40.000,00
Dupls. a pagar	R$25.000,00
Empréstimo	R$15.000,00
Capital Social	R$50.000,00

Faça os lançamentos em conta Tê dos fatos apresentados a seguir e apure os novos saldos das contas, listando-as novamente e separando-as por contas de ativo, despesas e receitas.

Fatos:

- Recebimento de duplicata com depósito bancário de R$5.400,00.
- Pagamento de duplicata em cheque no valor de R$11.000,00;
- Venda de mercadoria do estoque no valor de R$7.000,00 por R$15.000,00, a prazo.
- Pagamento de uma prestação do empréstimo no valor de R$2.000,00, em cheque.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Noções gerais dos relatórios contábeis

Objetivo e visão geral dos relatórios contábeis

A base da estruturação das informações necessárias para a condução de um modelo de gestão empresarial está contida nas duas demonstrações contábeis básicas: o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados.

O objetivo final da gestão econômica de criação de valor para o acionista é medido pela análise de rentabilidade. A Demonstração de Resultados é o modelo de mensuração e informação do lucro, enquanto que o Balanço Patrimonial é o modelo de mensuração e informação do investimento. Portanto, a análise conjunta das informações desses dois modelos decisórios é que deflagra todo o processo de gestão econômica. Assim, a base para a análise financeira é o entendimento dessas duas peças contábeis.

Essas demonstrações básicas são complementadas por outras demonstrações, objetivando alargar a visão sobre o empreendimento, enfocando diversos outros aspectos sobre o desempenho da empresa. As demonstrações complementares mais conhecidas são a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Lucros Acumulados e Balanços Consolidados.

Essas demonstrações são importantes tanto para os gestores internos como para usuários externos interessados no desempenho da empresa. Para os usuários externos, incluindo a comunidade em geral, outras demonstrações podem ser elaboradas, tais como a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social. Todas as demonstrações são complementadas por Notas Explicativas e Relatórios da Administração.

Usuários dos relatórios contábeis

As demonstrações contábeis publicadas têm como foco básico os usuários externos e o objetivo é avaliar a posição patrimonial, financeira e o retorno do investimento pelos interessados. Além disso, as demonstrações contábeis

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

publicadas atendem as necessidades governamentais. Os principais usuários externos são:

- os investidores, sócios ou acionistas, bolsas de valores e outros órgãos reguladores e de análise de investimentos;
- as instituições financeiras que concedem créditos às empresas;
- os órgãos governamentais, principalmente a Receita Federal do Brasil;
- os fornecedores e clientes diretamente interessados nas operações da empresa;
- os funcionários e os sindicatos patronais e dos trabalhadores;
- a comunidade e as organizações que atuam como fiscalizadores da responsabilidade social da empresa.

Os usuários internos são os responsáveis pela gestão das empresas, para os quais as demonstrações contábeis são imprescindíveis para o processo de tomada de decisão.

Obrigatoriedade de apresentação segundo a legislação brasileira

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados são demonstrações obrigatórias para todas as empresas, mesmo que, para fins tributários de Imposto de Renda, algumas empresas estejam dispensadas de sua apresentação à Receita Federal (por exemplo, empresas do Simples Nacional e do Lucro Presumido).

O quadro apresentado a seguir mostra as obrigatoriedades das empresas em relação às demonstrações contábeis (denominadas de demonstrações financeiras na Lei 6.404/76).

Quadro 1 – Obrigatoriedade de elaboração, apresentação, auditoria e publicação das demonstrações contábeis

Demonstração contábil	Tipo de empresa
Balanço Patrimonial	Todas as empresas
Demonstração do Resultado	Todas as empresas

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Demonstração contábil	Tipo de empresa
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	Todas as empresas
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Sociedades Anônimas de Capital Aberto* e Empresas de Grande Porte**
Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos	Não é mais exigida a partir de 01/01/2008
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Companhias fechadas com patrimônio líquido superior a R$2.000.000,00
Demonstração do Valor Adicionado	Sociedades Anônimas de Capital Aberto
Notas Explicativas	Sociedades Anônimas e Empresas de Grande Porte (demais empresas quando necessário)
Relatório da Administração	Sociedades Anônimas e Empresas de Grande Porte
Auditoria Externa	Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Empresas de Grande Porte
Publicação das Demonstrações Financeiras	Sociedades Anônimas

* Sociedades Anônimas com ações cotadas nas bolsas de valores.

** Empresas que têm ativo total superior a R$240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R$300.000.000,00.

Balanço Patrimonial

A peça contábil por excelência, e a mais importante, é o Balanço Patrimonial. Sua função básica é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigações e o valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo.

O ativo evidencia os elementos patrimoniais positivos, enquanto que o passivo evidencia dois elementos até antagônicos: mostra em primeiro lugar as dívidas da empresa, consideradas como elementos patrimoniais negativos, e, em segundo lugar, complementando a equação contábil, o valor da riqueza dos acionistas, evidenciado na figura do patrimônio líquido.

Portanto, a figura central do Balanço Patrimonial e, obviamente, da gestão econômica, é o *Patrimônio Líquido*. O patrimônio líquido é formado basicamente por duas grandes origens de recursos:

- o valor inicial do numerário que os donos ou acionistas investiram na empresa (e seus subsequentes aumentos ou retiradas de capital), denominado de Capital Social;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- o valor dos lucros (ou prejuízos), obtidos nas operações da companhia, ainda não retirados da empresa, denominados de Lucros Acumulados ou Lucros Retidos.

Quadro 2 – Estrutura básica do balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO[1]
CIRCULANTE	**CIRCULANTE**
Disponibilidades, Contas a Receber de Clientes, Estoques e outros valores a receber e a realizar, dentro do prazo de um ano.	Duplicatas e Contas a Pagar, Impostos a Recolher, Empréstimos e Financiamentos, e outras obrigações vencíveis dentro do prazo de um ano.
NÃO CIRCULANTE	**NÃO CIRCULANTE**
Realizável a Longo Prazo	**Exigível a Longo Prazo**
Bens e direitos a receber ou a realizar com prazo superior a um ano, com intenção de negociação ou realização.	Empréstimos e Financiamentos, Tributos parcelados e outras obrigações com vencimento superior a um ano, e receitas diferidas.
Investimentos, Imobilizado e Intangível	**Patrimônio Líquido**
Bens e direitos, adquiridos ou construídos com intenção de não venda, para utilização nas atividades operacionais da companhia, com os valores líquidos das depreciações, amortizações e exaustões (antigo Ativo Permanente).	Valor das entradas de capital, mais as reservas originadas de doações, os ajustes de avaliação patrimonial ainda não contabilizados em resultado, mais os lucros retidos nas Reservas de Lucros, menos Prejuízos Acumulados.

[1] Com a adoção das práticas internacionais de contabilidade introduzidas pela Lei 11.638/07, muitas empresas passaram a denominar o lado direito do Balanço Patrimonial de *passivo e patrimônio líquido*. Em todo o nosso trabalho, manteremos a denominação de *passivo* para o lado direito do Balanço Patrimonial.

Estrutura de apresentação

Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	**CIRCULANTE**
Caixa e Bancos	Títulos a Pagar a Fornecedores
Aplicações Financeiras	Impostos a Recolher sobre Mercadorias
Títulos a Receber de Clientes	Impostos a Recolher sobre Lucros
(–) Títulos Descontados	Salários e Encargos a Pagar
(–) Créditos de Liquidação Duvidosa	Contas a Pagar
Estoques	Adiantamentos de Clientes
(Mercadorias, Materiais, Produtos em Elaboração, Produtos Acabados)	Empréstimos e Financiamentos
	Participações a pagar
Adiantamentos a Fornecedores	Dividendos e Lucros a Distribuir
Outros Créditos	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

ATIVO	PASSIVO
(Impostos a Recuperar, Outros valores a receber ou realizar)	
Despesas do Exercício Seguinte	
NÃO CIRCULANTE	**NÃO CIRCULANTE**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**
Títulos a Receber	Empréstimos e Financiamentos
Créditos com Empresas Ligadas	Impostos Refinanciados
Títulos Mobiliários	Mútuos de Coligadas e Controladas
Investimentos Temporários	
	RECEITAS DIFERIDAS
INVESTIMENTOS	Receitas (–) Despesas
Em Empresas Ligadas	
Em outras empresas	
IMOBILIZADO	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Imóveis	Capital Social
Máquinas	(–) Ações em Tesouraria
Equipamentos	Reservas de Capital
Veículos	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Móveis	Reservas de Lucros
(–) Depreciação e Exaustão Acumulada	Prejuízos Acumulados
INTANGÍVEL	
Gastos com geração de marcas, patentes, licenças, *softwares*, etc., passíveis de revenda	
Goodwill decorrente de aquisições	
TOTAL DO ATIVO	**TOTAL DO PASSIVO**

Conceitos de circulante, curto prazo e longo prazo

Objetivando classificar os bens e direitos realizáveis dentro de um perfil mínimo de vencimento, convencionou-se mundialmente considerar que os *ativos circulantes* são os bens e direitos realizáveis até 1 ano após a data do encerramento do balanço. Todos os bens e direitos não permanentes, cujo vencimento ou expectativa de realização seja superior a 1 ano da data do encerramento do balanço, são considerados como de longo prazo.

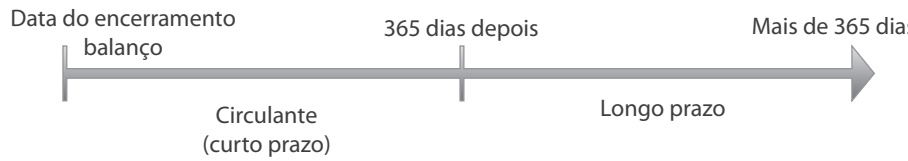
O mesmo conceito é aplicado ao passivo. Obrigações vencíveis dentro de 1 ano após a da data do encerramento do balanço são classificadas como *passivo circulante*. Todas as obrigações de vencimento ou expectativa de pagamento após 1 ano da data do encerramento do balanço são classificadas como Exigível a Longo Prazo.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

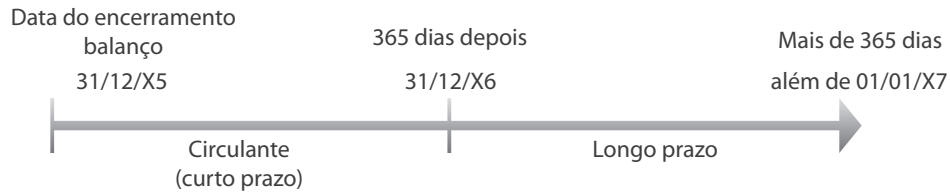
Por conseguinte, todos os ativos que serão realizados ou recebidos após 365 dias e as dívidas com vencimento que serão pagas além desse prazo são considerados ativos ou passivos de Longo Prazo e serão classificados, se ativos, no Realizável a Longo Prazo e, se passivos, no Exigível a Longo Prazo. É importante salientar que o ponto de referência para se classificar no circulante (curto prazo) ou longo prazo é a data do encerramento do Balanço Patrimonial.

Exemplificando, tomemos como base um balanço encerrado em 31/12/X5. Todas as duplicatas a receber com vencimento de 01/01/X6 a 31/12/X6 serão consideradas de curto prazo ou circulante. Todas as duplicatas a receber com vencimento a partir de 01/01/X7 serão classificadas no Realizável a Longo Prazo. No caso de passivos, exemplificando com Empréstimos, temos o seguinte: os financiamentos ou parcelas de empréstimos que vencem de 01/01/X6 a 31/12/X6 serão classificados como passivo circulante. Os empréstimos, financiamentos ou parcelas de tais dívidas, que vencem a partir de 01/01/X7, serão classificados no Exigível a Longo Prazo.

Esquematizando num gráfico, teremos:



No nosso exemplo anterior, as datas seriam essas:



Quando se levanta balanços em períodos menores que um ano (um exercício social), o conceito de curto e longo prazo permanece o mesmo. Considera-se curto prazo os valores a receber, a realizar ou a pagar, com vencimento até 365 dias da data de cada balanço levantado. Por exemplo, num balanço apurado em 31/05/X6, todos os valores a receber e a pagar até 31/05/X7 serão considerados de curto prazo. Os valores a receber e a pagar com vencimento a partir de 01/06/X7 serão classificados como de longo prazo.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Conceito de não circulante

O não circulante engloba os demais grupos do ativo e passivo, não classificados no circulante, mesmo considerando suas características distintas. O objetivo é isolar elementos realizáveis no curto prazo dos elementos realizáveis após esse período.

Os itens do Realizável a Longo Prazo tem natureza similar aos ativos circulantes, ou seja, são bens e direitos cuja intenção é a realização em dinheiro. Já os elementos classificados como investimentos, imobilizados e intangíveis, têm como conceito básico a intenção de sua manutenção como ativo da empresa, sem a intenção de revenda ou realização, razão pela qual eram denominados de *ativos permanentes* ou *ativos fixos*.

No passivo não circulante, o Exigível a Longo Prazo representa as obrigações com vencimentos superiores a um ano da data do balanço. Parte-se da premissa que as obrigações de longo prazo constituem um modo de financiamento do negócio, sem vínculo com as obrigações circulantes, que tem características de obrigações ligadas ao dia a dia das operações.

O patrimônio líquido, por se constituir dos direitos dos sócios e acionistas, é, por sua natureza intrínseca, de longo prazo, uma vez que, em continuidade, espera-se que os valores do capital social e lucros retidos permaneçam na empresa indefinidamente.

A definição de classificar no ativo não circulante é feita no momento de sua aquisição ou construção. Se a empresa entende que o bem ou direito não será objeto de revenda, que não há essa intenção preliminar e básica, o elemento patrimonial será classificado como não circulante. Tomemos como referência uma revendedora de veículos. Na aquisição de um utilitário, a empresa deve decidir qual o uso que será feito deste. Caso a empresa o utilize para uso nas suas operações, será classificado como não circulante. Caso a empresa objetive revender o utilitário, será classificado como ativo circulante, no grupo de estoque de mercadorias para revenda.

Critérios gerais de avaliação do ativo e do passivo

O quadro 4 apresenta um resumo dos critérios gerais de avaliação dos principais elementos do Balanço Patrimonial.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 4 – Descrição das contas e critérios básicos de avaliação

Balanço Patrimonial	Conteúdo da conta	Critério básico de avaliação
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa/Bancos	Numerário em caixa e saldos bancários	Valor nominal dos saldos
Aplicações financeiras	Aplicações de renda fixa ou variável, derivativos	Valor aplicado mais juros e atualização monetária até a data do balanço
Contas a receber de clientes	Duplicatas a receber de clientes por vendas a prazo	Valor nominal das duplicatas
	Saques/faturas a receber de vendas a prazo ao exterior	Valor em moeda estrangeira atualizado pelo câmbio até a data do balanço
(–) Provisão para devedores duvidosos	Estima das prováveis perdas com contas existentes (créditos incobráveis)	Percentual médio histórico de perdas e/ou critério fiscal para fins de Imposto de Renda
(–) Títulos descontados	Duplicatas ou saques negociados e recebidos antecipadamente	Valor nominal das duplicatas ou saques
(–) Ajuste a valor presente	Valor dos juros embutidos nas duplicatas a receber	Valor do desconto do título por uma taxa de juros, se relevante
Estoques		
a) De materiais (bruto)	Estoques de materiais direitos (matérias-primas, componentes, embalagens) e materiais de consumo (manutenção, escritório)	Custo de aquisição menos impostos recuperáveis. Critério do preço médio ponderado ou Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS)
(–) Provisão para perdas no estoque	Provável perda de valor, estoques sem utilização	Diferença entre o preço de mercado menor que o custo; valor dos estoques inúteis
b) Em processo	Estoques em elaboração, semiacabados	Custo real de fabricação (materiais + custo de transformação) no estágio
c) Acabados	Estoques de produtos prontos para venda	Custo real de fabricação (materiais + custo de transformação) no estágio
Adiantamentos a fornecedores	Antecipação de pagamento a fornecedores	Valor nominal dos adiantamentos
Tributos a recuperar	Saldos credores ou a recuperar de impostos e contribuições	Valor dos tributos corrigidos até a data do balanço, se for o caso
Despesas antecipadas (ou despesas do exercício seguinte)	Despesas de competência de resultados futuros pagas antecipadamente (seguros, juros, anualidades antecipadas)	Valor da despesa a ser lançada na competência seguinte

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A., mais informações www.iesde.com.br

Balanço Patrimonial	Conteúdo da conta	Critério básico de avaliação
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos judiciais	Depósitos espontâneos ou compulsórios para contenciosos	Valor dos depósitos corrigidos até a data do balanço, se for o caso
Tributos diferidos	IR e CSLL sobre diferenças tributárias dedutíveis no futuro	Valor nominal do tributo a ser aproveitado
	IR e CSLL sobre prejuízos fiscais	Valor nominal do tributo a ser aproveitado
Valores mobiliários	Instrumentos financeiros para negociação ou venda	Valor do título mais rendimentos mais ou menos o valor justo de mercado
Investimentos	Ações de outras empresas (controladas, coligadas e outras)	Valor de custo ou valor patrimonial equivalente na data do balanço (coligadas/controladas)
Imobilizado	Bens e direitos adquiridos em caráter de permanência	Custo de aquisição sem impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31/12/1995
Imóveis, máquinas, equipamentos	Bens permanentes ligados às atividades operacionais	Custo de aquisição sem impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31/12/1995
Outros imobilizados	Outros bens permanentes	Custo de aquisição sem impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31/12/1995
Reavaliações[1]	Valor complementar de bens permanentes reavaliados	Custo de aquisição sem impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31/12/1995
(–) Depreciações acumuladas	Perda estimada do valor dos bens por desgaste e obsolescência	Aplicação das taxas de depreciação anuais sobre o valor dos bens menos seu valor residual
(–) Perdas por desvalorização	Perda do valor recuperável dos ativos (*impairment*)	Valor justo (valor de mercado ou valor em uso) inferior ao valor contábil
Intangível	Direitos sobre bens incorpóreos negociáveis	Custo de aquisição ou construção
Marcas, patentes, *softwares*, franquias etc., negociáveis	Intangíveis que produzem valor econômico para a empresa	Custo de aquisição ou construção
(–) Amortizações acumuladas	Perda estimada do valor dos direitos em função da vida útil	Aplicação das taxas de amortização anuais sobre o valor dos intangíveis
(–) Perdas por desvalorização	Perda do valor recuperável dos ativos (*impairment*)	Valor justo (valor de mercado ou valor em uso) inferior ao valor contábil

[1] A legislação brasileira não admite mais reavaliações a partir de 01/01/2008.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A., mais informações www.iesde.com.br

Balanço Patrimonial	Conteúdo da conta	Critério básico de avaliação
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	Duplicatas a pagar por compras a prazo	Valor nominal das duplicatas
	Faturas a pagar a fornecedores do exterior por compras a prazo	Valor em moeda estrangeira, atualizado pelo câmbio até a data do balanço
(–) Ajuste a valor presente	Valor dos juros embutidos nas duplicatas a pagar	Valor do desconto do título por uma taxa de juros, se relevante
Salários e encargos a pagar	Remuneração dos empregados ainda não pagas	Valor nominal das remunerações
	Encargos legais a recolher (FGTS, INSS)	Valor nominal dos encargos a recolher
	Provisão de férias e décimo terceiro a pagar	Valor dos duodécimos calculados até a data do balanço
Contas a pagar	Faturas e duplicatas a pagar de contas diversas	Valor nominal das faturas e contas
Tributos a recolher	Tributos a recolher sobre mercadorias	Valor das guias mais multas e juros, se em atraso
	Tributos a recolher sobre lucros	Valor das guias mais multas e juros, se em atraso
Adiantamentos de clientes	Valor recebido antecipadamente de clientes por conta de pedidos de venda	Valor nominal dos adiantamentos
Empréstimos	Empréstimos e financiamentos bancários	Valor do saldo a pagar atualizado pelo indexador contratual mais juros até a data do balanço
Dividendos ou lucros a pagar	Valor já destinado à distribuição aos sócios ou acionistas	Valor nominal (ou corrigido, se tiver esta condição)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos	Empréstimos e financiamentos bancários	Valor do saldo a pagar atualizado pelo indexador contratual mais juros até a data do balanço
Tributos refinanciados	Tributos objeto de parcelamento	Valor das parcelas devidas na data do balanço
Tributos diferidos	IR e CSLL sobre diferenças tributárias tributáveis no futuro	Valor nominal do tributo a ser pago

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A., mais informações www.iesde.com.br

Balanço Patrimonial	Conteúdo da conta	Critério básico de avaliação
Receitas diferidas	Receitas recebidas de competências de períodos futuros	Valor nominal da receita a ser apropriada
Patrimônio Líquido		
Capital Social	Entradas e aumentos de capital até a data do balanço	Valor das entradas e aumentos de capital corrigidos monetariamente até 31/12/1995
Reservas de capital	Doações e Subvenções governamentais; ágio na subscrição de capital	Valor corrigido monetariamente até 31/12/1995
Reservas de reavaliação[1]	Contrapartida das reavaliações contabilizadas no imobilizado	Valor corrigido monetariamente até 31/12/1995
Ajustes de avaliação patrimonial	Contrapartida de atualização a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda e variação cambial de investimentos no exterior	Valor justo (valor de mercado) menos o valor contábil
		Variações cambiais sobre o valor do investimento
Reservas de lucros	Lucros acumulados, não capitalizados ou distribuídos, retidos	Valor corrigido monetariamente até 31/12/1995
Lucros Acumulados[2]	Lucros acumulados à espera de destinação	Valor do lucro do período não distribuído
Prejuízos Acumulados	Prejuízos Acumulados ainda não absorvidos por reservas ou capital	Valor dos prejuízos acumulados

[1] A legislação brasileira não admite mais reavaliações a partir de 01.01.2008.

[2] As novas disposições legais não permitem mais a existência formal da conta Lucros Acumulados, devendo todos os lucros serem destinados seja para os sócios ou acionistas como lucros ou dividendos distribuídos, seja como manutenção em reserva de lucro.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A., mais informações www.iesde.com.br

Exemplo numérico

Apresentamos a seguir um exemplo numérico que servirá para todas as demonstrações contábeis apresentadas neste capítulo. Parte de um Balanço Patrimonial e um conjunto dos principais eventos de uma empresa comercial, com objetivo de evidenciar a estruturação e integração de todas as demonstrações contábeis.

Quadro 5 – Balanço Patrimonial (inicial e final)

ATIVO	Inicial (R$)	Final (R$)	PASSIVO	Inicial (R$)	Final (R$)
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa/Bancos/ Apl. Financeiras	800,00	1.440,00	Dupls. a Pagar – Fornecedores	570,00	1.070,00
Dupls. a Receber – Clientes	1.620,00	3.510,00	Salários e Encargos a Pagar	180,00	190,00
Estoque de Mercadorias	3.100,00	2.100,00	Contas a Pagar	120,00	80,00
Soma	5.520,00	7.050,00	Imp. a Recolher s/ Mercadorias	350,00	590,00
			Empréstimos	1.200,00	0,00
NÃO CIRCULANTE			**Soma**	2.420,00	1.930,00
Realizável a Longo Prazo	100,00	100,00	**NÃO CIRCULANTE**		
Investimentos			**Exigível a Longo Prazo**		
em Controladas	2.200,00	2.500,00	Financiamentos	4.800,00	5.600,00
Imobilizado			**Patrimônio Líquido**		
Valor Histórico (valor de aquisição ou de custo)	8.280,00	9.000,00	Capital Social	6.000,00	7.000,00
(–) Depreciações acumuladas	(2.500,00)	(3.400,00)	Reservas	380,00	720,00
Soma	5.780,00	5.600,00	Lucros/Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	**Soma**	6.380,00	7.720,00
Soma Não Circulante	8.080,00	8.200,00	**Soma Não Circulante**	11.180,00	13.320,00
ATIVO TOTAL	**13.600,00**	**15.250,00**	**PASSIVO TOTAL**	**13.600,00**	**15.250,00**

As alterações de valores do balanço inicial e final decorrem das transações dos eventos econômicos da empresa no período entre os dois balanços. As transações podem ser qualitativas, ou seja, só alteram dados do ativo

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

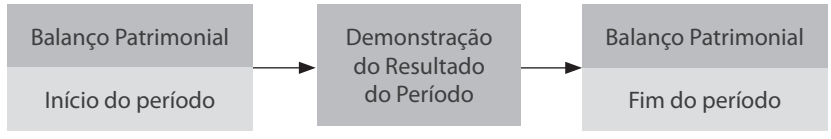
e passivo, como podem ser modificativas, assim denominadas as transações que afetam o valor do patrimônio líquido da empresa pelas receitas e despesas do período. No quadro 6 mostrado a seguir estão os eventos econômicos considerados que formaram o balanço final. Representam os principais eventos econômicos de uma empresa comercial.

Quadro 6 – Principais eventos econômicos de um período

	R$
1. Vendas a prazo, com impostos de 10%. Custo R$14.500,00	23.800,00
2. Recebimento das vendas	21.910,00
3. Compra de mercadorias a prazo, com impostos de 10%	15.000,00
4. Pagamento das compras	14.500,00
5. Salários e encargos sociais do período	2.800,00
6. Pagamento de salários e encargos sociais	2.790,00
7. Despesas gerais do período	1.400,00
8. Pagamento das despesas gerais	1.440,00
9. Aumento de capital social em dinheiro	1.000,00
10. Contratação de novo financiamento, a longo prazo	500,00
11. Pagamento de parcelas do empréstimo de curto prazo	1.200,00
12. Aquisição de novos imobilizados à vista	720,00
13. Juros dos empréstimos e financiamentos, no período	300,00
14. Receita de aplicações financeiras no período	20,00
15. Depreciações do período	900,00
16. Equivalência patrimonial do período	300,00
17. Recolhimento de impostos sobre mercadorias	640,00
18. Impostos sobre o lucro pagos no período	700,00
19. Dividendos distribuídos no período	800,00
20. Lucros acumulados transferidos para reservas	340,00

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

O objetivo desta demonstração é evidenciar o lucro ou prejuízo nas operações da empresa de um determinado período. Portanto, a demonstração do resultado insere-se entre dois balanços patrimoniais: o do início e o do fim do período.



Clóvis Luís Padoveze.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Os elementos da Demonstração de Resultados são as receitas e despesas. O impacto das receitas e despesas é refletido no Balanço Patrimonial. Portanto, as duas demonstrações são afetadas concomitantemente. Isso pode ser visto com um exemplo muito simplificado. Imaginemos um balanço inicial com apenas duas contas.

Balanço inicial do período			
Ativo		Passivo	
Estoque de mercadorias	R$20.000,00	Capital Social	R$20.000,00

Imaginemos em seguida apenas uma transação no período.

Evento do período

Venda de mercadorias do estoque no valor de R$12.000,00, por R$30.000,00 à vista.

Com esse evento, podemos apresentar o lucro do período, pois essa transação envolve uma receita de venda e uma despesa de baixa da mercadoria do estoque.

Demonstração do Resultado do Período	
Vendas	R$30.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(R$12.000,00)
= Lucro do período	R$18.000,00

O balanço final do período reflete o impacto desse evento no Balanço Patrimonial final:

- o aumento da conta Caixa com o valor da receita de venda de R$30.000,00;
- a diminuição da conta Estoque de mercadorias, com a baixa da mercadoria vendida de R$12.000,00;
- o lucro do período de R$18.000,00, que fica disponibilizado para os sócios para futura distribuição ou retenção na empresa.

Balanço final do período			
Ativo		Passivo	
Caixa	R$30.000,00	Capital Social	R$20.000,00
Estoque de Mercadorias	R$8.000,00	Lucro do período	R$18.000,00
Total	R$38.000,00	**Total**	R$38.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Estrutura de apresentação

Quadro 7 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício Período de 01/01 a 31/12
Receita Operacional Bruta
(–) Tributos Incidentes sobre Vendas
(–) Devoluções e abatimentos
(=) Receita Operacional Líquida
(–) Custo das Mercadorias Vendidas (se comércio)
Custo dos Produtos Vendidos (se indústria)
Custo dos Serviços Vendidos (se prestação de serviços)
(=) Lucro Bruto
(+) Outras Receitas Operacionais
(–) Despesas Operacionais
Administrativas
Com Vendas
Tributárias
Financeiras Líquidas
(Despesas Financeiras (–) Receitas Financeiras)
Outras Despesas Operacionais
Equivalência Patrimonial
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional
(+) Outras Receitas
(–) Outras Despesas
(=) Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda
(–) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro
(–) Participação dos Administradores
(–) Participação dos Empregados
(=) Lucro (Prejuízo) do Exercício

Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Operacional Bruta

Compreende as *vendas* de produtos e serviços da empresa pelo valor constante da Nota Fiscal. Isso significa que estão inclusos dentro do valor os impostos de ICMS, IPI, PIS, COFINS e ISS. A legislação não tem recomendado a inclusão do IPI como Receita Bruta, indicando apenas o ICMS, PIS, COFINS e o ISS. Porém, são critérios diferentes para impostos iguais, já que ambos são incidentes sobre vendas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A não inclusão do IPI como Receita Bruta parte de um costume comercial brasileiro, pois a maioria das empresas industriais faz suas listas de preços colocando o valor da venda, sem o IPI, inserindo a frase "preço de venda mais IPI", uma vez que as alíquotas de IPI são muito variadas, o que não ocorre basicamente com os demais tributos. Além disso, o IPI é apresentado de forma explícita numa Nota Fiscal de indústria para cada linha da nota, enquanto que o PIS e COFINS não aparecem na Nota Fiscal mesmo contidos nos preços de venda. O ICMS, por sua vez, também só é evidenciado no total.

A finalidade de se apresentar a Receita Operacional Bruta é para dar base a determinados índices financeiros, notadamente os que se relacionam com análise de duplicatas a receber de clientes.

Impostos Incidentes sobre Vendas

Tendo em vista que os impostos de IPI, ICMS, PIS e COFINS que incidem sobre a venda não são na verdade despesas para a empresa, já que o sistema tributário apenas se utiliza das entidades com a finalidade de arrecadação, deve-se excluir da Receita Operacional Bruta tais impostos.

O ISS, mesmo sendo de natureza de despesa tributária, também deve ser considerado como imposto sobre as vendas e adicionado aos demais Impostos Incidentes sobre Vendas.

Receita Operacional Líquida

Este item é que deve ser encarado como receita de vendas, já que os valores do custo das mercadorias, produtos ou serviços vendidos já estão sem os impostos incidentes sobre as compras.

Custo dos produtos e serviços vendidos

A avaliação do custo das vendas é exatamente a mesma avaliação do ativo de estoque de mercadorias ou produtos. Os mesmos elementos que formam tais ativos formam o custo das vendas, já que este representa o valor dos estoques retirados da empresa pelas vendas realizadas.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Custos dos produtos vendidos

Refere-se unicamente às empresas industriais, que recebem matéria-prima e componentes, adicionam insumos de produção e produzem um novo produto. Os componentes básicos do custo dos produtos vendidos são os seguintes:

Composição básica do custo dos produtos vendidos

- Matéria-prima e componentes
- Materiais auxiliares
- Mão de obra industrial direta
- Mão de obra industrial indireta
- Despesas gerais de fábrica
- Depreciação do parque industrial

A apuração do custo do produto é bastante complexa, tendo em vista que a apropriação de determinados insumos ao produto é de difícil mensuração. Para tanto, desenvolveu-se um ramo bastante especializado na contabilidade, que é a Contabilidade Industrial ou Contabilidade de Custos, especificamente para fazer a valorização dos estoques de produtos industriais e, consequentemente, do custo dos produtos vendidos.

Custo dos serviços vendidos

Basicamente são dois componentes: a mão de obra empregada e os materiais aplicados no serviço. Se forem serviços de natureza administrativa ou comerciais, não há estoque de serviços. Se forem serviços de natureza industrial (reforma de máquinas, usinagens etc.), poderá haver a formação de estoque de serviços em elaboração, antes da conclusão final do serviço.

Custo das mercadorias vendidas

Refere-se unicamente às empresas comerciais que revendem as mercadorias da mesma forma que recebem dos fornecedores, sem alteração de sua constituição. Portanto, nesse caso, o único componente desse custo é o valor de custo das mercadorias adquiridas, líquido dos impostos de IPI, ICMS, PIS e COFINS, se recuperáveis.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Despesas operacionais

São consideradas operacionais todas as outras despesas necessárias ao funcionamento das empresas além do custo das vendas. São gastos administrativos e de comercialização, tributos não incorporados aos custos e despesas, indispensáveis à colocação dos produtos no mercado. As despesas mais comuns, além dos salários e encargos com a mão de obra, são: energia elétrica, serviços de terceiros, viagens, despesas com veículos, comissões, manutenção dos prédios e equipamentos, materiais de expediente, despesas com comunicações, jornais, entidades de classe etc.

Despesas e receitas financeiras

A apresentação das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras como parte do resultado operacional da empresa, mesmo sendo obrigatória para fins externos, não é adequada do ponto de vista gerencial e financeiro. A operação básica de qualquer empresa compreende comprar, produzir e vender a sua administração. Os aspectos financeiros, para fins gerenciais, devem ser analisados separadamente dos elementos operacionais.

Outras receitas e despesas

Nessas rubricas devem ser classificadas as receitas e despesas eventuais. Essa nomenclatura foi recentemente adotada pela Lei 11.941/09, substituindo a rubrica anteriormente existente denominada de Receitas e Despesas Não Operacionais. O conceito de "não operacionais", consequentemente, deixou de existir. De qualquer forma, por serem apresentadas abaixo do Lucro Operacional devem representar elementos de despesas e receitas esporádicas, eventuais ou extraordinárias, que não fazem parte do dia a dia das operações da empresa. As receitas e despesas mais comuns a serem classificadas nesse grupo são os valores de venda e baixa dos ativos imobilizados e intangíveis.

Participações nos resultados

Referem-se unicamente às participações estatutárias. As participações dos administradores e empregados a título de remuneração variável devem ser contabilizadas como despesas operacionais.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Algumas empresas preveem nos seus estatutos sociais a possibilidade de distribuir parte dos lucros principalmente para os administradores, que só receberão a participação dentro das condições previstas nos estatutos, desde que a empresa tenha lucros. Já as participações nos lucros e resultados pagas aos empregados, determinadas pela Lei 10.101 de 20/12/2000 sobre a Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados (PLR) da empresa, devem ser classificadas como despesas operacionais.

Exemplo numérico

Quadro 8 – Demonstração do Resultado do Período

			R$
Receita Operacional Bruta			23.800,00
(–) Impostos sobre Vendas			(2.380,00)
Receita Operacional Líquida			**21.420,00**
(–) Custo das Mercadorias Vendidas			(14.500,00)
(=) Estoque Inicial		3.100,00	
(+) Compras brutas		15.000,00	
(–) Impostos sobre compras		(1.500,00)	
(–) Estoque Final		(2.100,00)	
Lucro Bruto			**6.920,00**
Despesas Operacionais			
(Administrativas e Comerciais)			
Salários e Encargos Sociais			(2.800,00)
Despesas Gerais			(1.400,00)
Depreciações			(900,00)
Lucro Operacional			**1.820,00**
Receitas Financeiras			20,00
Despesas Financeiras			(300,00)
Equivalência Patrimonial			300,00
Lucro antes dos Impostos			**1.840,00**
Impostos sobre o Lucro			(700,00)
Lucro Líquido após Impostos			**1.140,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

O objetivo desta demonstração é evidenciar a movimentação dos lucros dos vários períodos constantes do Balanço Patrimonial, identificação das diversas distribuições ocorridas e o valor ainda retido na empresa, se for o caso.

Os valores constantes do quadro 9 são os eventos econômicos números 19 e 20 constantes do quadro 6, que exemplificam as principais alterações da conta lucros acumulados.

Estrutura de apresentação

Quadro 9 – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo Inicial de Lucros Acumulados	0,00
(+) Lucro do período	1.140,00
(–) Transferência para reservas	(340,00)
(–) Distribuição de dividendos	(800,00)
Saldo Final de Lucros Acumulados	0,00

Destinação dos resultados

A partir da Lei 11.638/07, todos os lucros obtidos deverão ter uma destinação. Assim, a parcela dos lucros que não for destinada para os sócios ou acionistas deverá ser transferida para reservas de lucros, com uma documentação interna que justifique a retenção para futuros investimentos.

A conta de Lucros Acumulados como conta transitória

A conta Lucros Acumulados não existirá mais como conta contábil a ser apresentada no patrimônio líquido, porque todos os lucros deverão ser destinados, seja para os proprietários, seja como constituição de reservas ou para aumento de capital.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Dessa maneira, só haverá a conta de P*rejuízos Acumulados* até que o valor dessa conta seja absorvido posteriormente.

O valor da conta de Prejuízos Acumulados deverá ser absorvido pelos lucros obtidos futuramente. Uma outra possibilidade de absorção dos Prejuízos Acumulados é por meio da redução do valor do Capital Social.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

O objetivo desta demonstração é apresentar a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido, que são: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Lucros e Prejuízos Acumulados.

Essa demonstração é um prolongamento da demonstração da conta de lucros acumulados. Na realidade, ela engloba a Demonstração de Lucros Acumulados, adicionando a movimentação das demais contas do patrimônio líquido. O quadro 10 apresenta a movimentação do patrimônio líquido, com os dados do nosso exemplo.

Estrutura de apresentação

Quadro 10 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Movimentação	Capital Social (R$)	Reservas (R$)	Lucros Acumulados (R$)	Total (R$)
Saldo Inicial	**6.000,00**	**380,00**	**0,00**	**6.380,00**
Aumento de Capital em dinheiro	1.000,00	-	-	1.000,00
Lucro líquido do período	-	-	1.140,00	1.140,00
Distribuição de dividendos	-	-	(800,00)	(800,00)
Transferência para reservas		340,00	(340,00)	0,00
Saldo Final	**7.000,00**	**720,00**	**0,00**	**7.720,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Principais mutações

As principais mutações do patrimônio líquido são:

- Integralização (aumento) de Capital Social em dinheiro;
- Aumento de Capital Social com reservas;
- Redução do Capital Social por saída de sócios ou acionistas;
- Transferência de Lucros Acumulados para Reserva Legal;
- Transferência de Lucros Acumulados para reservas de lucros;
- Lucros distribuídos aos sócios ou acionistas;
- Aumento de reservas de capital por lucro decorrente de subvenções ou doações governamentais.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Esta demonstração parte do conceito de que o ativo representa os investimentos da empresa e o passivo representa onde os recursos foram obtidos (os financiamentos). Assim, trabalha com a movimentação do período das contas do ativo e passivo, para demonstrar onde os recursos obtidos (do passivo) foram aplicados (no ativo).

Em linhas gerais, a obtenção dos valores para essa demonstração consiste em obter a variação entre os saldos finais e iniciais do Balanço Patrimonial. As variações do passivo são as fontes e as variações do ativo são as aplicações. Contudo, nem sempre o valor das variações é suficiente para clarificar o entendimento da movimentação de capitais, sendo necessários alguns ajustes no critério básico de cálculo. Basicamente esses ajustes centram-se na substituição da variação da conta Lucros Acumulados pelo lucro líquido apresentado na Demonstração de Resultados, bem como na melhor identificação das variações dos ativos imobilizados e intangíveis, separando as variações oriundas de aquisição, das variações oriundas de ajustes econômicos (depreciações, equivalência patrimonial).

Como essa demonstração tem uma linha geral de apresentar a movimentação de capitais, ela tem um enfoque mais financeiro do que econômico.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Dessa maneira, movimentações que não representam (nem nesse período nem em qualquer outro período futuro ou passado) entrada ou saída de numerário são desconsideradas como variações e, portanto, são eliminadas do conjunto de valores que compõem o total das origens e aplicações. As principais variações com essas características são:

- Depreciações, amortizações e exaustões.
- Equivalência Patrimonial.
- Valor contábil da baixa de ativos imobilizados e intangíveis (valor original corrigido menos depreciações, amortizações ou exaustões).

Capital Circulante Líquido

Outro ponto de destaque desta demonstração é considerar os investimentos no capital de giro líquido das obrigações que estão a ela relacionados. Além disso, o relatório, em sua forma legal, não exige o detalhamento das variações do capital de giro líquido, tratando a variação do capital de giro em único valor.

O modelo legal considera como capital em giro todos os itens do circulante, ativos e passivos. Contudo, dois elementos do circulante não tem relação direta com o giro da empresa: as disponibilidades financeiras e os empréstimos de curto prazo. Nesse sentido o relatório, na sua formatação tradicional, perde um pouco de qualidade informativa.

Estrutura de apresentação até 2007

Quadro 11 – Demonstração das origens e aplicações de recursos

Origens dos Recursos	
Lucro Líquido do Exercício	1.140,00
(+) Depreciações	900,00
(–) Equivalência Patrimonial	(300,00)
= Recursos Proveniente das Operações	1.740,00
Integralização de Capital Social	1.000,00
Aumento do Exigível a Longo Prazo	800,00
Total	**3.540,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Aplicações dos Recursos	
Aquisição de Imobilizados	720,00
Dividendos distribuídos	800,00
Variação do Realizável a Longo Prazo	0,00
Aumento do Capital Circulante Líquido *	2.020,00
Total	**3.540,00**
*** Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido**	
Ativo Circulante - Saldo Final	7.050,00
Ativo Circulante - Saldo Inicial	(5.520,00)
Variação (A)	1.530,00
Passivo Circulante - Saldo Final	1.930,00
Passivo Circulante - Saldo Inicial	(2.420,00)
Variação (B)	(490,00)
Variação Líquida (A – B)	2.020,00

Seria interessante que a variação do capital circulante líquido fosse demonstrada detalhando todos os seus elementos patrimoniais, conforme apresentado a seguir.

Quadro 12 – Variação do Capital Circulante Líquido

Elemento Patrimonial	Balanço Patrimonial		
	Inicial (R$)	Final (R$)	Variação (R$)
Ativo Circulante			
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	800,00	1.440,00	640,00
Duplicatas a Receber	1.620,00	3.510,00	1.890,00
Estoque de Mercadorias	3.100,00	2.100,00	(1.000,00)
Soma (A)	**5.520,00**	**7.050,00**	**1.530,00**
Ativo Circulante			
Duplicatas a Pagar	570,00	1.070,00	500,00
Salários e Encargos a Pagar	180,00	190,00	10,00
Contas a Pagar	120,00	80,00	(40,00)
Impostos a Recolher sobre Mercadorias	350,00	590,00	240,00
Empréstimos	1.200,00	0,00	(1.200,00)
Soma (B)	**2.420,00**	**1.930,00**	**(490,00)**
Variação Líquida (A – B)	**3.100,00**	**5.120,00**	**2.020,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O porquê da substituição pela Demonstração dos Fluxos de Caixa

Dois elementos da estrutura da DOAR que dificultam sua análise e entendimento são os seguintes:

- os saldos iniciais e finais de caixa e aplicações financeiras não eram apresentados isoladamente e sim no conjunto do Capital Circulante Líquido;
- as parcelas de empréstimos e financiamentos de curto prazo eram consideradas também no Capital Circulante Líquido.

Com isso, o conceito de Capital Circulante Líquido não se enquadra no conceito operacional de capital de giro próprio. Basicamente esses aspectos foram determinantes para a substituição da DOAR pelo fluxo de caixa. A DOAR passou a ser facultativa, não sendo mais obrigatória sua publicação. Contudo, ela é muito importante gerencialmente, razão pela qual deve continuar a ser elaborada para utilização interna nas empresas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Similar a DOAR, porém com ênfase no regime de caixa ao invés do regime de competência.

O fluxo de caixa tem duas apresentações básicas:

- o *Método Indireto,* que evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa através da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa;
- o *Método Direto*, que evidencia a movimentação do saldo de caixa do período, coletando as informações específicas das entradas e saídas de numerário constante das contas de disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras).

O método indireto é muito similar à demonstração de origens e aplicações e o método direto tem o formato tradicional utilizado pela área de tesouraria das empresas. Nos dois métodos, o fluxo de caixa deve ser apresentado segregado por grupos de movimentações financeiras de natureza similar, para permitir uma análise mais adequada da geração de lucro e caixa,

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

e da movimentação financeira do período. Dessa maneira, o fluxo de caixa é apresentado em três grandes segmentos de informações:

- fluxo de caixa das atividades operacionais;
- fluxo de caixa das atividades de investimentos;
- fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

Método indireto

O objetivo do método indireto é assim denominado porque não se preocupa diretamente com a movimentação ocorrida no caixa. Para o fluxo de caixa das atividades operacionais, parte da premissa de que o lucro será transformado em caixa em algum momento, mas que temporariamente parte das receitas não serão recebidas, ficando retidas nas contas do ativo circulante, e parte das despesas temporariamente não serão pagas, ficando como obrigações no passivo circulante. Como as receitas e despesas estão contidas no lucro do período, a demonstração pelo método indireto parte do lucro, com os ajustes por receitas não recebidas e despesas não pagas, apresentadas no grupo *Ajustes por mudança no capital de giro*. Os demais segmentos do fluxo de caixa, de investimentos e financiamentos, são similares ao método direto.

Quadro 13 – Fluxo de caixa do período – Método indireto

I – Das Atividades Operacionais	
	R$
Lucro Líquido do Exercício	1.140,00
(+/–) Receitas e Despesas não efetivadas financeiramente	
Depreciações	900,00
Equivalência Patrimonial	(300,00)
Baixa de elementos do imobilizado e intangível	0,00
(=) Lucro Gerado pelas Operações	1.740,00
(+/–) Ajustes por Mudança no Capital de Giro	
(–) Aumento de Duplicatas a Receber	(1.890,00)
(+) Diminuição dos Estoques	1.000,00
(+) Aumento de Fornecedores	500,00
(+) Aumento de Salários e Encargos a Pagar	10,00
(–) Redução de Contas a Pagar	(40,00)

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

I – Das Atividades Operacionais	
	R$
(+) Aumento de Impostos a Recolher	240,00
Subtotal	(180,00)
Total	**1.560,00**
II – Das Atividades de Financiamento	
Aumento dos Financiamentos de Longo Prazo	800,00
(–) Redução dos Empréstimos de Curto Prazo	(1.200,00)
Aumento de Capital em dinheiro	1.000,00
Distribuição de dividendos	(800,00)
Total	**(200,00)**
III – Das Atividades de Investimento	
Aquisição de Imobilizados	(720,00)
Aumento do Realizável a Longo Prazo	0,00
Aumento de Investimentos e Intangíveis	0,00
Total	**(720,00)**
Aumento de Caixa do Período (I + II + III)	**640,00**
Saldo Inicial de Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	**800,00**
Saldo Final de Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	**1.440,00**

Método direto

Para o gerenciamento da tesouraria, bem como para avaliação da movimentação financeira pela controladoria, o fluxo de caixa, considerando a acumulação dos dados da movimentação financeira, é fundamental para acompanhar o ciclo financeiro das transações dos eventos econômicos.

O método direto para elaboração do fluxo de caixa consiste na acumulação das informações que movimentaram as contas do grupo *disponível*. Consideramos como disponibilidades as contas representativas de caixa, bancos e aplicações financeiras. O quadro 6 apresenta uma série de eventos econômicos. Desses eventos econômicos, alguns se caracterizam por evidenciar a efetivação financeira dos eventos. Todos esses eventos caracteristicamente financeiros é que devem ser acumulados em contas para elaboração do fluxo de caixa pelo método direto. No nosso exemplo, são movimentação de caixa os eventos números 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 19 e 20.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 14 – Fluxo de caixa do período – Método direto

	R$
I – Operacional	
RECEBIMENTOS	
Clientes	21.910,00
PAGAMENTOS	
Fornecedores	(14.500,00)
Salários e Encargos Sociais	(2.790,00)
Despesas Gerais	(1.440,00)
Impostos sobre mercadorias	(640,00)
Impostos sobre o lucro	(700,00)
Soma	(20.070,00)
Total	**1.840,00**
II – Financiamentos	
Novos Empréstimos e Financiamentos	500,00
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(1.200,00)
Aumento de Capital em dinheiro	1.000,00
Distribuição de dividendos	(800,00)
Total	**(500,00)**
III – Investimentos	
Aquisição de Imobilizados	(720,00)
Aumento do Realizável a Longo Prazo	0,00
Aumento de Investimentos e Intangíveis	0,00
Total	**(720,00)**
Aumento de Caixa do Período (I + II + III)	**620,00**
(+) Receitas Financeiras	**20,00**
Saldo Inicial de Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	**800,00**
Saldo Final de Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	**1.440,00**

Fluxo de caixa pelo método indireto *versus* método direto

A diferença mais significativa entre os saldos apurados pelos dois métodos está evidenciada no fluxo de caixa das atividades operacionais. Vejamos:

Saldo de Caixa das Atividades Operacionais (R$)

Método Indireto	1.560
Método Direto	1.840
Diferença	280

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Essa diferença refere-se aos resultados financeiros. Vejamos:

Despesas Financeiras	300
(–) Receitas Financeiras	(20)
Resultados Financeiros	280

No método indireto, esse resultado está dentro do lucro líquido do exercício, valor por onde começa a apuração do lucro gerado pelas operações, razão por que o saldo das atividades operacionais deste método é inferior ao do método direto em nosso exemplo.

No método direto, as receitas financeiras estão apresentadas ao final, antes da evidenciação dos saldos iniciais e finais de caixa. No método indireto, as despesas financeiras são consideradas fontes das Atividades de Financiamento e estão somadas às entradas de novos empréstimos, na rubrica Aumento dos Financiamentos de Longo Prazo (R$800,00). No método direto, as despesas financeiras não são consideradas, apresentando-se tão somente o valor dos novos empréstimos obtidos (R$500,00).

O conceito de caixa e equivalentes de caixa

Considera-se como caixa o conjunto de caixa propriamente dito, os saldos bancários positivos e as aplicações financeiras de liquidez imediata.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

É o fluxo de caixa mais importante, uma vez que deve ser sempre positivo em linhas gerais. Representa a transformação do lucro, que é apurado pelo regime de competência, em caixa. Portanto, representa o coração do empreendimento, que é o resultado das operações normais.

O lucro é apurado no momento da ocorrência dos eventos de receitas e despesas (regime de competência), independentemente de seu recebimento ou pagamento. Os recebimentos ou pagamentos das receitas e despesas contidas na demonstração do lucro ocorrem, normalmente, posteriormente. Nesses momentos é que se caracteriza o fluxo de caixa. Ou seja, é o momento da transformação do lucro em caixa.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Representa os valores a serem aplicados nos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos de caráter de permanência. Basicamente essas aplicações

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

têm como foco o futuro do empreendimento, ou seja, preparam a empresa para as operações futuras. O fluxo de caixa das atividades de investimento contempla também os desinvestimentos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Compreende a movimentação dos supridores de capital para o empreendimento. Contempla a entrada de novos financiamentos e de novos aumentos de Capital Social, bem como as amortizações dos financiamentos existentes, as reduções de Capital Social e o pagamento de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Transações que não envolvem caixa

As normas que regem a apresentação da DFC para usuários externos determinam que transações que não envolvam caixa diretamente não sejam incluídas na DFC, e sim apresentadas em notas explicativas. Um exemplo comum é a aquisição de imobilizado com um financiamento específico que não transite pelas contas representativas de caixa. Nesse caso não será apresentada nenhuma informação nos fluxos de caixa das atividades de financiamento e de investimento.

Integração entre o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa

No processo de controle patrimonial da entidade, o executivo ou analista financeiro deve trabalhar sempre com as três demonstrações contábeis:

- a Demonstração de Resultados, para avaliar e controlar o andamento das operações;
- o Balanço Patrimonial, para verificar, avaliar e controlar todos os elementos patrimoniais à disposição ou em uso nas operações;
- o Fluxo de Caixa, para apurar e controlar a liquidez e a capacidade de pagamento.

Nesse sentido, é fundamental o entendimento do relacionamento existente entre as três demonstrações. Em linhas gerais, o Balanço Patrimonial compreende os dados da Demonstração de Resultados e do Fluxo de Caixa.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Dessa maneira, partindo da movimentação de cada elemento patrimonial é possível identificar os aspectos econômicos e financeiros dos eventos econômicos. Vejamos com o evento econômico de vendas a prazo, normalmente o evento econômico operacional mais importante das empresas.

O valor das vendas a prazo não recebidas é controlado no Balanço Patrimonial na conta duplicatas a receber de clientes. Com os dados do exemplo numérico deste capítulo e considerando o modelo financeiro de controle das contas contábeis podemos elaborar a movimentação ocorrida nessa conta:

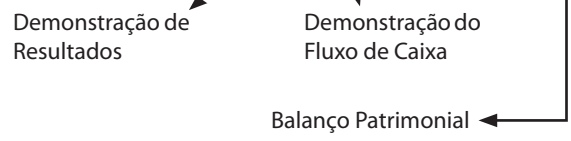
Conta contábil: duplicatas a receber de clientes		Valor (R$)	Saldo (R$)
Evento	Saldo Inicial		1.620,00
1	Vendas a prazo	23.800,00	25.420,00
2	Recebimento das vendas	-21.910,00	3.510,00

O Balanço Patrimonial evidencia os saldos iniciais e finais, R$1.620,00 e R$3.510,00, respectivamente. As movimentações da conta são apresentadas nas outras demonstrações.

O valor das vendas a prazo, R$23.800,00, é evidenciado na Demonstração de Resultados na rubrica Receita Operacional Bruta.

O valor dos recebimentos das vendas, R$21.910,00, é evidenciado na Demonstração do Fluxo de Caixa, método direto, na rubrica Recebimentos de Clientes.

Conta contábil: duplicatas a receber de clientes		Valor (R$)	Saldo (R$)
Evento	Saldo Inicial		1.620,00
1	Vendas a prazo	23.800,00	25.420,00
2	Recebimento das vendas	-21.910,00	3.510,00



Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração é considerada fundamental, tanto para análise da geração e distribuição do lucro como para o processo de integração da empresa

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

com a comunidade. Compõe o conjunto de informações do balanço social, sendo um dos relatórios mais ilustrativos da atuação social das empresas. Tem como objetivo evidenciar a geração do valor econômico agregado pelos produtos e serviços oferecidos pela empresa e a sua distribuição. Portanto, a demonstração do valor adicionado compõe-se basicamente de duas partes:

- a evidenciação do valor adicionado gerado;
- a evidenciação do valor adicionado distribuído.

Essa demonstração tem forte cunho gerencial. Através dela pode-se identificar a estrutura básica de custos da empresa. Retrabalhando as informações nela contida, é possível identificar quanto é a participação de materiais, salários, encargos sociais, impostos, despesas e depreciações. Esse tipo de informação é gerencialmente importante para comparação entre as estruturas de custos da empresa, do setor e dos concorrentes.

Estrutura de apresentação

O quadro 15 apresenta um modelo de DVA com os eventos econômicos do nosso exemplo original. Para adicionar dados à demonstração, consideraremos as seguintes informações complementares:

- dentro das despesas de salários e encargos sociais há o valor de R$600,00 de INSS e R$650,00 de outros encargos sociais;
- dentro das despesas gerais há o valor de R$300,00 de aluguéis.

Quadro 15 – Demonstração do Valor Adicionado do período

	R$
I - Receitas	
Receita Operacional Bruta	23.800,00
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00
Soma	23.800,00
II - Insumos Adquiridos de Terceiros	
Custo das Mercadorias Vendidas	14.500,00[1]
Impostos sobre Compras (IPI, ICMS, II, ISS)	1.500,00
Despesas Gerais (Seguros, Energia elétrica, outras) (excluso Aluguéis R$1.400,00 – R$300,00)	1.100,00
Soma	17.100,00
Valor Adicionado I	**6.700,00**

[1] Para indústrias é o consumo de materiais diretos e indiretos.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	R$
III - Retenções	
Depreciações, Amortizações e Exaustões	900,00
Valor Adicionado II	**5.800,00**
IV - Valor Adicionado Recebido	
Equivalência Patrimonial	300,00
Receitas Financeiras	20,00
Valor Adicionado Total a Distribuir	**6.120,00**
Distribuição do Valor Adicionado	
V - Despesas com Pessoal	
Salários	1.550,00
Encargos Sociais (excluso INSS)	650,00
Soma	2.200,00
VI - Impostos, Taxas e Contribuições	
Impostos sobre Vendas (IPI, ICMS, ISS, PIS, COFINS)	2.380,00
INSS	600,00
Imposto sobre Importações (II)	0,00
IRRF sobre Aplicações Financeiras	0,00
Impostos sobre Lucro (IR, CSLL)	700,00
(–) Impostos sobre Compras	(1.500,00)
Soma	2.180,00
VII - Rendas Distribuídas	
Aluguéis	300,00
Juros e Variação Cambial (Despesas Financeiras)	300,00
Dividendos	800,00
Soma	1.400,00
VIII - Lucros/Prejuízos Retidos	
Lucro Líquido do período	1.140,00
(–) Dividendos distribuídos	(800,00)
Soma	340,00
Total da Distribuição do Valor Adicionado	6.120,00

Valor adicionado gerado

O valor agregado é considerado a diferença entre o valor da receita bruta dos produtos e serviços e os insumos e serviços adquiridos de terceiros.

Valor adicionado distribuído

A distribuição do valor agregado compreende os valores incorridos com os funcionários, os impostos gerados, os juros incorridos e dividendos distribuídos.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Basicamente os dados da DVA são extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício, mais alguns dados coletados separadamente, mas é necessário manter a consistência dos valores apresentados na DRE e com o valor do lucro líquido do exercício. Numa empresa comercial, os dados de Receita Operacional Bruta, tributos sobre vendas e custos das mercadorias adquiridos de terceiros são extraídos diretamente da DRE. Dados como tributos sobre compras e tributos sobre as despesas operacionais são obtidos por meio dos Balancetes de Verificação da empresa. Os dados de gastos com pessoal e seus encargos também são obtidos no Balancete de Verificação da empresa, uma vez que os dados da DRE são apresentados sob outra classificação (despesas com vendas, despesas administrativas etc.). Os demais gastos tendem a estar evidenciados também na DRE.

Balanço social

O balanço social, mesmo não sendo uma demonstração obrigatória, decorre da consagração do conceito de responsabilidade social das empresas. A empresa, sendo uma consumidora e utilizadora de recursos disponibilizados pelo ambiente natural e social, deve prestar conta de suas atividades à comunidade, pois é claro o impacto que sua atuação exerce sobre o meio ambiente em que se insere. Para tanto, deve evidenciar a eficácia com que esses recursos estão sendo utilizados e consumidos, bem como evidenciar as atividades específicas relacionadas com a comunidade.

A demonstração do valor adicionado é uma das peças do balanço social. Além dele, e em linhas gerais, o balanço social deve apresentar as seguintes informações:

- detalhamento de todas as remunerações e gastos relacionados com a mão de obra, tais como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, creches, participação nos lucros e resultados e outros benefícios. Devem ser incluídos todos os dados quantitativos importantes;
- detalhamento do perfil dos trabalhadores na empresa, quantidade de admitidos e demitidos etc;
- detalhamento de outras contribuições e atividades da empresa, nas áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, esportes e lazer etc;
- detalhamento das ações e investimentos relacionados com o meio ambiente, decorrentes ou não das operações da empresa.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Como os números apresentados nas demonstrações contábeis são sintéticos, mensurados dentro de determinados critérios, as notas explicativas representam o conjunto de evidenciação complementar para o entendimento adequado de todos os números e rubricas das demonstrações contábeis.

Todas as necessidades de informações complementares às demonstrações contábeis devem ser ilustradas através de notas explicativas. Basicamente elas são necessárias para:

- apresentar os principais critérios de avaliação utilizados na elaboração das demonstrações básicas e as legislações e normas obedecidas;
- detalhar os principais números do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, quando necessários, tais como as principais contas dos estoques, contas a receber, imobilizado, investimentos, financiamentos etc.;
- evidenciar critérios e procedimentos alternativos ou não usuais utilizados para o período em questão;
- complementar com explicações sobre eventos econômicos não rotineiros e significativos acontecidos no período e seus impactos patrimoniais.

Estrutura de apresentação

Não há padrão para sua apresentação. Para cada item relevante do ativo e passivo que necessite um detalhamento abre-se um espaço para apresentação. Normalmente faz-se uma referência numérica ligando a nota explicativa ao item que está sendo detalhado ou analisado.

Principais notas explicativas

As principais notas devem abordar os seguintes itens e aspectos, segundo o Artigo 176, parágrafo 5.º da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.941/09:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- apresentar os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- o número, espécies e classes das ações do Capital Social;
- os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Ampliando seus conhecimentos

A seguir estão apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados de uma companhia aberta, relativos ao período semestral encerrado em 30/06/2009. As demonstrações financeiras estão em normas internacionais, referidas pelas siglas IFRS.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão dentro do formato legal e são de uma empresa industrial do ramo de bens de capital mecânico de alta tecnologia. Portanto, são bastante representativas de uma indústria complexa. Mesmo assim, fica evidente que as principais contas patrimoniais e de resultados são as mesmas para a maior parte das empresas.

Um item no ativo é específico de empresa desse tipo, denominado de Valores a receber – repasse Finame Fabricante, presente no ativo circulante e no Realizável a Longo Prazo. Este item é correlacionado com a conta no passivo denominada de Financiamentos – Finame fabricante, também constante do

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

passivo circulante e no Exigível a Longo Prazo. Referem-se a financiamentos repassados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os clientes da empresa como financiamento de equipamentos vendidos, mas que ainda contêm aval da empresa. Portanto, ao mesmo tempo que representam valores a receber pela empresa, ela tem que repassar ao BNDES para quitação da dívida de que ela é avalista.

Os demais itens são os usuais para qualquer empresa. No ativo vemos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber e estoques, como os itens principais do ativo circulante. No Realizável a Longo Prazo destacam-se tributos a recuperar e diferidos cujos prazos estimados são superiores a 360 dias, bem como depósitos judiciais de processos em andamento. No restante do ativo não circulante destaca-se como valor mais relevante o imobilizado, apresentando o líquido das depreciações acumuladas.

O passivo circulante apresenta também contas comuns a todas as empresas, como financiamentos de curto prazo, fornecedores, salários, encargos e tributos a recolher. Evidencia também dividendos e juros sobre o capital próprio já creditados, mas ainda não pagos aos acionistas.

No Exigível a Longo Prazo destaca-se a rubrica de financiamentos de longo prazo e provisões para passivos eventuais, que representam as possíveis contingências fiscais e trabalhistas onde existe a probabilidade de a empresa não ganhar os contenciosos judiciais.

No patrimônio líquido o valor do Capital Social e as reservas de lucros representam as maiores importâncias.

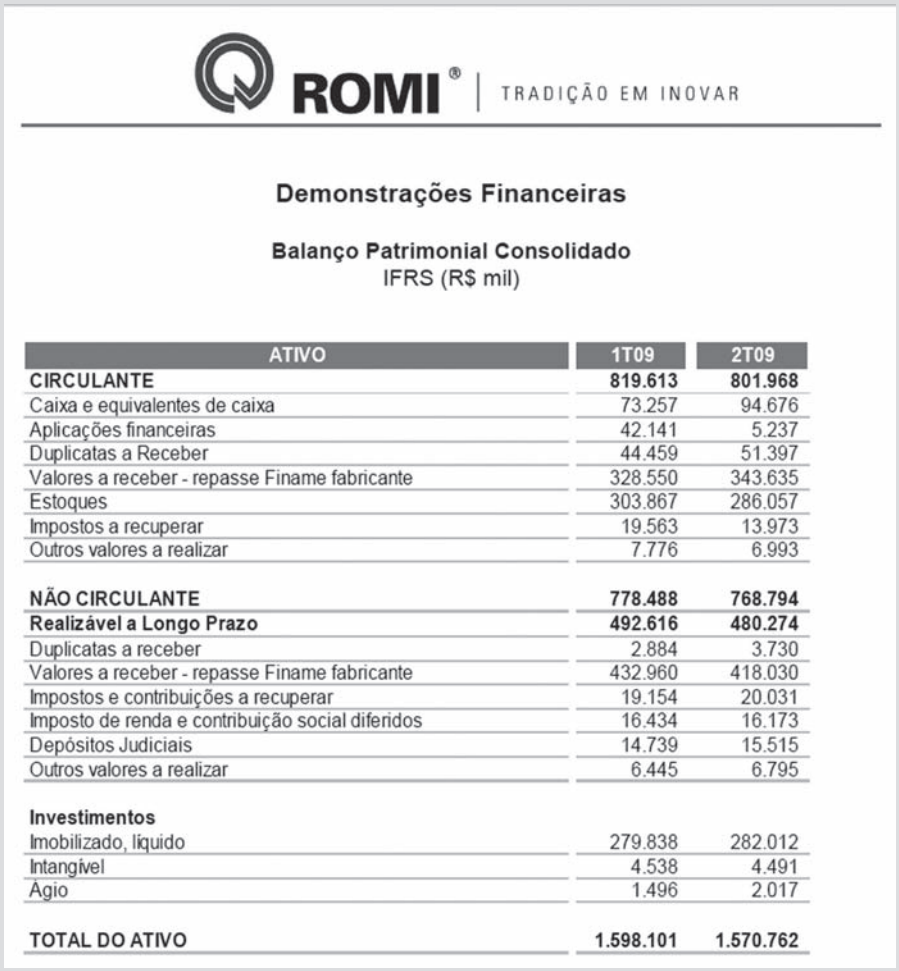
A Demonstração do Resultado é dentro da estrutura tradicional. Ressalte-se que essa empresa, além das despesas administrativas e comerciais, tem destacado as despesas com pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, deixando claro que é uma empresa que atua numa atividade de produtos em constante inovação tecnológica.

Nessa demonstração os resultados financeiros estão apresentados adequadamente, destacados dos resultados decorrentes das operações normais da companhia.

Ao final, a empresa evidencia alguns dados gerenciais, como a quantidade de ações, o lucro por ação e também a mensuração do EBITDA (lucro antes dos juros, tributos, depreciações e amortizações, do inglês *earnings before in-*

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

terest taxes depreciations e amortizations), indicador de lucratividade que tem sido utilizado pelos investidores para dar uma visão geral da capacidade de geração de lucro e caixa da entidade.



ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial Consolidado
IFRS (R$ mil)

ATIVO	1T09	2T09
CIRCULANTE	**819.613**	**801.968**
Caixa e equivalentes de caixa	73.257	94.676
Aplicações financeiras	42.141	5.237
Duplicatas a Receber	44.459	51.397
Valores a receber - repasse Finame fabricante	328.550	343.635
Estoques	303.867	286.057
Impostos a recuperar	19.563	13.973
Outros valores a realizar	7.776	6.993
NÃO CIRCULANTE	**778.488**	**768.794**
Realizável a Longo Prazo	**492.616**	**480.274**
Duplicatas a receber	2.884	3.730
Valores a receber - repasse Finame fabricante	432.960	418.030
Impostos e contribuições a recuperar	19.154	20.031
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.434	16.173
Depósitos Judiciais	14.739	15.515
Outros valores a realizar	6.445	6.795
Investimentos		
Imobilizado, líquido	279.838	282.012
Intangível	4.538	4.491
Ágio	1.496	2.017
TOTAL DO ATIVO	**1.598.101**	**1.570.762**

Divulgação ROMI.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

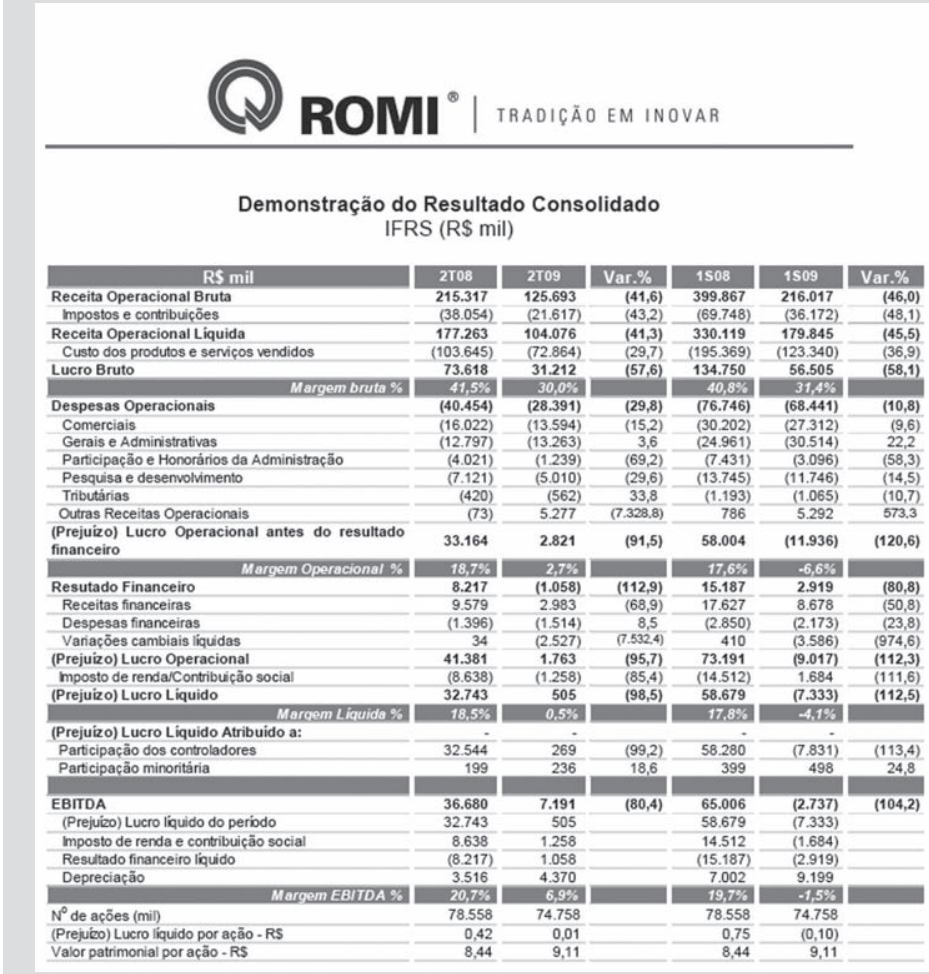


Divulgação ROMI.

Balanço Patrimonial Consolidado
IFRS (R$ mil)

PASSIVO	1T09	2T09
CIRCULANTE	**393.380**	**391.129**
Financiamentos	32.489	30.050
Financiamentos - Finame fabricante	281.374	288.827
Fornecedores	25.995	22.076
Salários e encargos sociais	23.406	25.362
Impostos e contribuições a recolher	1.762	5.440
Adiantamento de clientes	9.281	5.992
Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações	4.680	1.150
Outras contas a pagar	14.393	12.232
NÃO CIRCULANTE	**522.113**	**502.340**
Exigível a longo prazo		
Financiamentos	67.292	81.263
Valores a pagar - Finame fabricante	419.678	384.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre deságio	7.947	8.898
Impostos e contribuições a recolher	3.578	3.578
Outras contas a pagar	6.687	6.092
Provisão para passivos eventuais	16.931	17.766
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**681.044**	**675.493**
Capital social	505.764	505.764
Reservas de capital	2.209	2.209
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	3.767	(1.526)
Reservas de lucros	169.304	169.046
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**1.564**	**1.800**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**682.608**	**677.293**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.598.101**	**1.570.762**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br



ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

Demonstração do Resultado Consolidado
IFRS (R$ mil)

R$ mil	2T08	2T09	Var.%	1S08	1S09	Var.%
Receita Operacional Bruta	**215.317**	**125.693**	**(41,6)**	**399.867**	**216.017**	**(46,0)**
Impostos e contribuições	(38.054)	(21.617)	(43,2)	(69.748)	(36.172)	(48,1)
Receita Operacional Líquida	**177.263**	**104.076**	**(41,3)**	**330.119**	**179.845**	**(45,5)**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(103.645)	(72.864)	(29,7)	(195.369)	(123.340)	(36,9)
Lucro Bruto	**73.618**	**31.212**	**(57,6)**	**134.750**	**56.505**	**(58,1)**
Margem bruta %	*41,5%*	*30,0%*		*40,8%*	*31,4%*	
Despesas Operacionais	**(40.454)**	**(28.391)**	**(29,8)**	**(76.746)**	**(68.441)**	**(10,8)**
Comerciais	(16.022)	(13.594)	(15,2)	(30.202)	(27.312)	(9,6)
Gerais e Administrativas	(12.797)	(13.263)	3,6	(24.961)	(30.514)	22,2
Participação e Honorários da Administração	(4.021)	(1.239)	(69,2)	(7.431)	(3.096)	(58,3)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.121)	(5.010)	(29,6)	(13.745)	(11.746)	(14,5)
Tributárias	(420)	(562)	33,8	(1.193)	(1.065)	(10,7)
Outras Receitas Operacionais	(73)	5.277	(7.328,8)	786	5.292	573,3
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do resultado financeiro	**33.164**	**2.821**	**(91,5)**	**58.004**	**(11.936)**	**(120,6)**
Margem Operacional %	*18,7%*	*2,7%*		*17,6%*	*-6,6%*	
Resutado Financeiro	**8.217**	**(1.058)**	**(112,9)**	**15.187**	**2.919**	**(80,8)**
Receitas financeiras	9.579	2.983	(68,9)	17.627	8.678	(50,8)
Despesas financeiras	(1.396)	(1.514)	8,5	(2.850)	(2.173)	(23,8)
Variações cambiais líquidas	34	(2.527)	(7.532,4)	410	(3.586)	(974,6)
(Prejuízo) Lucro Operacional	**41.381**	**1.763**	**(95,7)**	**73.191**	**(9.017)**	**(112,3)**
Imposto de renda/Contribuição social	(8.638)	(1.258)	(85,4)	(14.512)	1.684	(111,6)
(Prejuízo) Lucro Líquido	**32.743**	**505**	**(98,5)**	**58.679**	**(7.333)**	**(112,5)**
Margem Líquida %	*18,5%*	*0,5%*		*17,8%*	*-4,1%*	
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuído a:	-	-		-	-	
Participação dos controladores	32.544	269	(99,2)	58.280	(7.831)	(113,4)
Participação minoritária	199	236	18,6	399	498	24,8
EBITDA	**36.680**	**7.191**	**(80,4)**	**65.006**	**(2.737)**	**(104,2)**
(Prejuízo) Lucro líquido do período	32.743	505		58.679	(7.333)	
Imposto de renda e contribuição social	8.638	1.258		14.512	(1.684)	
Resultado financeiro líquido	(8.217)	1.058		(15.187)	(2.919)	
Depreciação	3.516	4.370		7.002	9.199	
Margem EBITDA %	*20,7%*	*6,9%*		*19,7%*	*-1,5%*	
Nº de ações (mil)	78.558	74.758		78.558	74.758	
(Prejuízo) Lucro líquido por ação - R$	0,42	0,01		0,75	(0,10)	
Valor patrimonial por ação - R$	8,44	9,11		8,44	9,11	

Divulgação ROMI.

Atividades de aplicação

1. Com os dados abaixo, monte o Balanço Patrimonial da Empresa ABC em 31/12/2000, classificando as contas nos grupos e subgrupos do ativo e passivo.

	(R$)
Duplicatas a Receber	240.000,00
Caixa	6.000,00
Bancos Conta Movimento	45.000,00
Estoque de Mercadorias	281.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	(R$)
Participações em Empresas Controladas	160.000,00
Imóveis	390.000,00
Veículos	90.000,00
Móveis e Utensílios	120.000,00
Depreciação Acumulada	126.000,00
Fornecedores	215.000,00
Impostos a Recolher	96.000,00
Capital Social	400.000,00
Dividendos a Pagar	120.000,00
Reservas de Lucros	105.000,00
Financiamentos Bancários (LP)	250.000,00
Contas a Pagar	90.000,00
Depósitos Judiciais	50.000,00
Patentes Adquiridas	80.000,00
Salários e Encargos a Pagar	60.000,00

2. Após solucionar a questão 1, responda as seguintes perguntas:

a) Qual o valor dos recursos de terceiros?

b) Qual o valor do capital próprio?

c) Quais os itens do ativo e passivo cujas variações devem ser incorporadas ao fluxo das atividades operacionais no método indireto da Demonstração dos Fluxos de Caixa?

d) De que forma a empresa remunera os capitais próprios?

3. Em 30/09/X2 uma empresa tomou um empréstimo em 36 meses, em parcelas iguais, vencíveis a partir de 31/10/X2, que totalizavam R$23.400,00 nesta data. Apure o total de endividamento de curto e longo prazo no encerramento do balanço em 30/09/X2.

4. Considerando que a empresa citada no exercício anterior pague todas as parcelas do empréstimo nos seus respectivos vencimentos, apure o total de endividamento de curto e longo prazo nas seguintes datas, onde ocorrerão encerramentos de balanços periódicos: 31/12/X2, 28/02/X3, 31/07/X3 e 31/12/X3.

5. Em 31/12/X1 uma empresa contava com os seguintes elementos patrimoniais:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Elementos Patrimoniais	Valor (R$)		Vencimento / Utilização / Intenção
Utilitário	3.000,00		Entrega de Mercadorias
Duplicatas a receber	1.000,00		18/02/X2
Ações de outras empresas	500,00		Revenda
Promissórias a receber	2.000,00		31/03/X3
Impostos a recolher	200,00		15/01/X2
Empréstimo	700,00		31/10/X2
Mercadorias	4.000,00		Revenda
Ações de outras empresas	700,00		Permanência
Imóveis	3.500,00		Operacional
Financiamento	4.000,00		20 parcelas mensais a partir de 31/01/X2
Duplicatas a pagar	250,00		20/01/X2
Aplicações financeiras	840,00		30/06/X2
Saldo bancário	200,00		-
Capital Social	5.000,00		-
Lucros Acumulados	?		-

Elabore o Balanço Patrimonial em 31/12/X1, classificando os elementos patrimoniais segundo a estrutura da Lei. 6.404/76 e 11.638/07. O valor da conta Lucros Acumulados, ainda sem destinação, será obtido por diferença.

6. A seguir são apresentados uma série de elementos patrimoniais com valores e vencimentos envolvidos. Apure ou identifique o valor que deverá ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/X4.

a) Empréstimo contraído em 31/10/X4, no valor de R$2.000,00, para pagamento em uma parcela, a 180 dias, com juros fixos de 18% para os 180 dias. Considerar no cálculo o conceito de juros simples.

b) Mercadoria A adquirida para estoque no valor de R$150,00, mais despesas de fretes de R$10,00.

c) Mercadoria B existente em estoque no valor de R$250,00. Preço de venda no mercado de R$220,00;

d) Aplicação financeira efetuada em 15/12/X4, com vencimento para 15/03/X5, no valor de R$500,00. Juros fixos de 6% para o período contratado.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Situação financeira

Conceitua-se situação financeira, de forma genérica, como a avaliação da capacidade da empresa de honrar seus pagamentos atuais e previstos. Este capítulo abordará os conceitos e os instrumentos para se fazer a análise e avaliação da situação financeira da empresa.

Geração de caixa

O processo de geração de caixa depende do processo de geração de lucros, que por sua vez depende da eficiência das operações da empresa. O processo de geração de caixa conclui-se na realização e manutenção de um patrimônio empresarial. Esse processo pode ser caracterizado como um processo de fluxos, como demonstrado na figura 1.

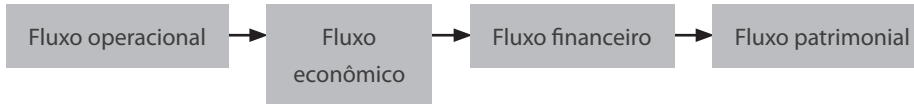


Figura 1 – Fluxo das atividades empresariais.

Clóvis Luís Padoveze.

A mensuração em valor pela contabilidade do fluxo operacional resulta no fluxo econômico, representado pela Demonstração do Resultado. As transações dos eventos econômicos serão pagas ou recebidas, gerando o fluxo financeiro, representado no fluxo de caixa. O resultado dos pagamentos e recebimentos resulta em aumentos ou reduções de ativos ou passivos, gerando o fluxo patrimonial, representado pelo Balanço Patrimonial.

Caracterização de situação econômica

A situação econômica boa ou ruim é caracterizada pela obtenção de lucro ou prejuízo. Se a empresa obtém regularmente lucros, é considerada com situação econômica favorável. Se a empresa tem prejuízo, é considerada com situação econômica desfavorável. Qualquer situação deve ser analisada em perspectiva, pois uma situação ruim pode se tornar boa já em seguida, e vice-versa.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Outra forma de caracterização da situação econômica é a existência de patrimônio líquido. Tendo patrimônio líquido, a empresa caracteriza-se como de *solvência relativa*. Contudo sabe-se que quando o patrimônio líquido é proporcionalmente pequeno em relação ao ativo total, há tendência da situação econômica ser considerada ruim. Em nosso país, um parâmetro muito utilizado é entender que o patrimônio líquido deve representar pelo menos a metade do ativo total[1].

[1] A administração financeira não conseguiu até hoje resolver a questão da estrutura de capital, ou seja, quanto deve ser a parcela de recursos próprios (patrimônio líquido) e quanto deve ser a parcela de recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos) em relação ao total do ativo. Os parâmetros utilizados para essa questão são variáveis, dependendo do país, da estabilidade monetária, do nível da taxa de juros, basicamente formulados em bases empíricas e de experiência do mercado.

Caracterização de situação financeira

Caracteriza-se a situação financeira boa ou ruim se a empresa apresenta ou não capacidade constante de pagamento de suas obrigações e do custo das operações. A situação financeira pode ser analisada estaticamente, num momento, olhando-se o Balanço Patrimonial numa data. Pode (e deve) ser também analisada de forma dinâmica, projetando-se os resultados futuros e os fluxos de caixa futuros, para avaliar a capacidade futura de geração de lucros e de caixa, e, portanto, da capacidade futura de pagamento.

Inter-relação entre a situação econômica e a situação financeira

Esta inter-relação é completa. Em outras palavras, todos os fluxos econômicos (de lucros) devem ser transformados em fluxos financeiros (de caixa). A função operacional mais importante da administração financeira da empresa é monitorar o descolamento natural do momento da geração de lucro do momento da transformação do lucro em caixa.

Esse descolamento decorre na natureza das operações. O lucro é gerado na realização de operações (que a contabilidade chama de regime de competência). O caixa é gerado no recebimento das receitas das operações menos o pagamento do custo das operações.

Solvência e capacidade de pagamento

Solvência e capacidade de pagamento representam a mesma coisa. Quando a empresa tem capacidade de pagamento diz-se que a empresa está solvente. Uma situação de insolvência é quando a empresa está, momentaneamente ou em relação ao seu futuro, sem capacidade de honrar todos os compromissos existentes e já esperados.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Em outras palavras, a empresa está sempre em solvência quando ela paga ou tem condições de pagar todas as suas obrigações nos vencimentos.

Análise financeira ou de balanço

O modelo financeiro para avaliar a situação financeira e econômica de uma empresa é a análise das demonstrações contábeis ou financeiras. Esta metodologia também é mais conhecida como análise de balanço, que compreende a análise das principais peças contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa).

As empresas que analisam a situação financeira (normalmente para conceder crédito) também complementam a análise de balanço com informações cadastrais, coletadas diretamente da empresa objeto de análise ou junto a organizações especializadas em informações de cadastro e crédito. As informações mais importantes vindas dessas organizações referem-se aos dados da composição acionária, principais clientes e fornecedores, levantamento de títulos protestados, situação de falência ou concordata, existência de processos de execução fiscal etc., tanto da empresa como de seus sócios.

Fundamentos e objetivo

O objetivo da análise de balanço é emitir um julgamento sobre a situação financeira e econômica atual da empresa, identificar os pontos fortes e pontos fracos da sua estrutura patrimonial e financeira, e inferir o seu comportamento para o futuro. A referência central é a análise da rentabilidade, o retorno do investimento, indicador para o qual converge a avaliação econômica. Ao mesmo tempo, deve-se avaliar a solvência, a capacidade financeira da empresa honrar os compromissos atuais e futuros.

Análise por usuários externos

As ferramentas de análise de balanço foram desenvolvidas para a ótica do usuário externo que depende unicamente das demonstrações financeiras disponíveis ao público. Assim, sempre que possível, o interessado na análise da empresa deve procurar outras informações que ajudem a entender a empresa, consultando "sites" da própria empresa, revistas especializadas que avaliam as demonstrações financeiras e fazem análises setoriais, e, tendo condição, fazendo visitas e entrevistando membros da diretoria.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Análise por usuários internos

A análise de balanço feita por usuários internos permite maior riqueza. A metodologia é a mesma, mas a facilidade de obter novos dados seguramente vai ampliar o resultado da análise. Quaisquer dados adicionais que sejam úteis (volume produzido e vendido, número de funcionários, abertura das receitas e despesas etc.) devem ser incorporados à análise, sempre no sentido de ampliar o entendimento geral e de cada item específico. Além disso, a análise por usuários internos deve ser mensal, já que as informações contábeis sempre devem estar disponíveis nessa periodicidade.

Inter-relação entre rentabilidade e situação financeira

Toda empresa é um investimento ou um conjunto de investimentos. Todo investimento é feito na perspectiva de obter o retorno esperado (a rentabilidade). Portanto, o fundamento da análise de balanço é avaliar a rentabilidade da empresa. Se uma empresa tem o retorno esperado, dentro das perspectivas iniciais, a empresa nunca terá problemas financeiros (problemas de caixa), uma vez que o retorno do investimento sempre é um excesso de entradas sobre as saídas de caixa.

Contudo, no desempenho de suas operações, a empresa pode não realizar suas receitas e despesas como originariamente esperado. Além disso, a empresa pode fazer reinvestimentos que não obtenham a rentabilidade esperada. Isso pode provocar desequilíbrios momentâneos, ou até de médio prazo, na sua situação financeira.

Portanto, as seguintes afirmativas podem ser feitas:

- se a empresa tiver rentabilidade adequada, não deverá ter problemas de caixa.
- se a empresa tiver rentabilidade adequada e fazer reinvestimentos sem retorno, poderá ter problemas de caixa e comprometer sua situação financeira.
- se a empresa captar recursos de terceiros que tenham um custo maior do que a rentabilidade de seus ativos (investimentos) deverá ter problemas com sua situação financeira.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A metodologia básica e principais instrumentos de análise financeira

O principal elemento para a análise de balanço é o entendimento mínimo da estrutura contábil e sua metodologia. Entender o inter-relacionamento entre os dados do Balanço Patrimonial com os dados da Demonstração de Resultados, bem como dos reflexos no fluxo de caixa. Em resumo, o entendimento básico de contabilidade é o fundamento metodológico para a análise de balanço.

De forma geral, podemos caracterizar os instrumentos de análise de balanço nos seguintes procedimentos:

- análise vertical;
- análise horizontal;
- indicadores econômicos-financeiros;
- avaliação final ou relatório de avaliação.

Leitura dos relatórios contábeis

A leitura dos relatórios contábeis é o primeiro passo. A leitura geral de todos os relatórios é imprescindível, pois é necessário um entendimento geral de todas as rubricas das demonstrações financeiras. Deve compreender também a leitura do relatório da administração (se disponível), bem como das notas explicativas.

O relatório da auditoria externa também deve ser objeto de leitura, porque é responsabilidade do auditor independente declarar a fidedignidade ou não das demonstrações financeiras.

Revisão, adaptação e reclassificação dos dados

Recomenda-se a introdução dos dados numéricos numa planilha eletrônica ou *software* disponível para isso, fazendo as adaptações e reclassificações julgadas procedentes em relação ao objetivo da análise. Alguns exemplos dessas adaptações e reclassificações são os seguintes:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- aglutinar valores não relevantes em uma única rubrica ou adicionar com uma rubrica similar;
- transferir alguns passivos que possam ser reclassificados para o ativo com sinal negativo, desde que tenham estreito relacionamento (por exemplo, títulos descontados do passivo, junto com contas a receber no ativo);
- compactar o valor das reservas numa única rubrica;
- não considerar as despesas e receitas financeiras dentro do lucro operacional, criando uma quebra específica para identificar o lucro específico das operações.

Recomenda-se utilizar sempre que possível pelo menos dois períodos. A utilização de mais de um período é fundamental para se ter uma ideia da tendência dos números apresentados. A utilização de um único período não dá condições de análises comparativas, podendo levar a um empobrecimento da análise. Para a maior parte dos números financeiros analisados, a comparação com o que já ocorreu tende a ter muito significado, razão por que a utilização de dados de pelo menos dois períodos é recomendável.

Identificação das diferenças dos aspectos legais e gerenciais

As demonstrações financeiras têm formato rígido, para atender às normas de contabilidade. Eventualmente, o formato apresentado não permite uma boa visão do empreendimento. Dessa maneira, sempre deve prevalecer na análise de balanço a abordagem gerencial e as adaptações devem ser feitas nesse sentido.

Exemplos de abordagens diferentes são os seguintes:

- as receitas e despesas financeiras são apresentadas nas demonstrações publicadas como operacionais, enquanto não o são em termos gerenciais;
- o ativo é apresentado separado em circulante e não circulante pelas normas de contabilidade. Gerencialmente deve ser separado em capital de giro e ativo fixo;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- o passivo é apresentado pela contabilidade tradicional também em circulante e não circulante, enquanto no formato gerencial deve ser a separação entre capital próprio e capital de terceiros.

Análise vertical (AV)

A análise vertical caracteriza-se como uma análise de estrutura e de participação percentual. O objetivo é representar o quanto um item representa de um total ou de outro item das demonstrações financeiras.

Atribui-se 100 ou 100% para determinado item e calcula-se quanto o item analisado representa do item que foi eleito como referencial. Vejamos o item Estoques apresentado no Balanço Patrimonial (quadro 2, ano 1). Foi atribuído o percentual de 100% para o ativo total. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Análise vertical} = \frac{\text{Item analisado}}{\text{Item referencial}} \cdot 100$$

$$\text{Análise vertical} = \frac{\text{Estoques}}{\text{Ativo total}} \quad \frac{35.000,00}{128.000,00} \cdot 100 = 27\%$$

Análise horizontal nominal e real (AH)

A análise horizontal é uma análise de variação (crescimento ou diminuição). Objetiva verificar se a variação é boa ou ruim, se está dentro dos prognósticos, se está dentro do nível geral da economia, se está dentro do planejado etc. Além disso, ela é útil para comparar os elementos relacionados nas demonstrações financeiras. Por exemplo, se o total das Receitas Brutas (na demonstração de resultados) aumentou 20%, seria admissível que o total de contas a receber (no Balanço Patrimonial), também aumentasse ao redor de 20%. A fórmula é a seguinte.

$$\text{Análise horizontal} = \frac{\text{(Valor do período)} - 1)}{\text{(Valor do período anterior)}} \cdot 100$$

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Tomando como exemplo os Estoques (Balanço Patrimonial – quadro 2), podemos identificar a variação do ano 2 para o ano 1. No caso, houve um crescimento do valor em 21%.

$$\text{Análise horizontal dos estoques} = \frac{\text{Ano 2}}{\text{Ano 1}} = \frac{42.500{,}00}{35.000{,}00} - 1 \cdot 100 = 21\%$$

Denomina-se *análise horizontal real* quando se desconta a inflação do período analisado. Essa técnica é necessária quando são utilizados vários anos e a comparação com períodos muito antigos requer esse complemento. Vamos imaginar que a inflação do ano 2 tenha sido de 5%. Matematicamente, transforma-se primeiramente os dois dados percentuais em dados matemáticos.

Assim, 21% fica 1,21 e 5% fica 1,05. Dividindo-se 1,21 por 1,05 (tirando-se o valor de um e multiplicando por 100) temos o crescimento real, sem a inflação de 5% (1,21/1,05 – 1 · 100%), que no caso dá 15%.

Painel de indicadores

O objetivo dos indicadores é evidenciar as principais relações entre as contas das demonstrações financeiras, e ao mesmo tempo fornecer mensurações que têm significado para a avaliação da empresa. Deve-se procurar um conjunto não muito grande de indicadores para não dispersar a análise. Pode-se construir indicadores específicos para cada empresa ou setor de atividade. Um conjunto entre 10 e 20 indicadores tem sido suficiente para o auxílio no entendimento das demonstrações financeiras.

Os indicadores devem ser agrupados em função de seus objetivos de análise. O quadro 1 apresentado a seguir mostra os principais indicadores, suas fórmulas e parâmetros básicos para avaliação.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 1 – Fórmula dos indicadores

			Parâmetro básico
Liquidez corrente	=	Ativo circulante / Passivo circulante	Acima de 1,00
Liquidez seca	=	Ativo circulante (–) Estoques / Passivo circulante	Acima de 0,50 (comércio) Acima de 0,70 (indústria)
Liquidez geral	=	Ativo circulante (+) Realizável a Longo Prazo / Passivo circulante (+) Exigível a Longo Prazo	Pode ser abaixo de 1,00, dependendo do perfil da dívida de longo prazo
Liquidez imediata	=	Disponibilidades / Passivo circulante	Não há
Endividamento geral	=	Passivo circulante (+) Exigível a Longo Prazo / Patrimônio líquido	Não há
Endividamento financeiro	=	Empréstimos e Financiamentos – curto e longo prazo / Patrimônio líquido	Abaixo de 0,50
Prazo médio de recebimento (em dias)	=	Dupls. a receber . 360 dias / Receita Operacional Bruta	Depende da atividade O menor possível
Prazo médio de estocagem (em dias)	=	Estoques . 360 dias / Custo das mercadorias vendidas	Depende do processo O menor possível
Prazo médio de pagamento (em dias)	=	Dupls. a pagar . 360 dias / Custo das mercadorias vendidas	Depende da atividade O maior possível
Giro do ativo	=	Receita Operacional Líquida / Ativo total	Depende da atividade O maior possível
Margem operacional	=	Lucro operacional / Receita Operacional Líquida	Depende do processo e do giro A maior possível
Margem líquida	=	Lucro líquido / Receita Operacional Líquida	Depende do processo e do giro A maior possível
Retorno sobre o patrimônio líquido	=	Lucro líquido / Patrimônio líquido	Acima de 12% a.a. O maior possível

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A., mais informações www.iesde.com.br

Relatório de avaliação

Deve contar com uma breve análise dos principais itens da análise vertical e horizontal e dos indicadores, e em seguida deve conter uma avaliação (um julgamento, bom ou ruim) da situação financeira e econômica e sua perspectiva de futuro.

Análise vertical e horizontal

Os quadros 2 e 3 apresentam um exemplo de análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados dos anos 1 e 2 de uma empresa comercial fictícia.

Quadro 2 – Balanço Patrimonial

	Ano 1 (R$)	AV	Ano 2 (R$)	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	**66.000,00**	**52%**	**76.550,00**	**55%**	16%
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	5.000,00	4%	2.000,00	1%	-60%
Dupls. a receber – clientes	25.000,00	20%	31.000,00	22%	24%
Estoques	35.000,00	27%	42.500,00	31%	21%
Outros ativos realizáveis	1.000,00	1%	1.050,00	1%	5%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**62.000,00**	**48%**	**62.450,00**	**45%**	1%
Realizável a Longo Prazo	1.000,00	1%	800,00	1%	-20%
Investimentos – Controladas	4.000,00	3%	4.200,00	3%	5%
Imobilizado e Intangível	57.000,00	45%	57.450,00	41%	1%
Valor bruto	90.000,00	70%	97.450,00	70%	8%
(–) Depreciações e amortizações	(33.000,00)	-26%	(40.000,00)	-29%	21%
ATIVO TOTAL	**128.000,00**	**100%**	**139.000,00**	**100%**	9%

	Ano 1 (R$)	AV	Ano 2 (R$)	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	**38.000,00**	**30%**	**40.700,00**	**29%**	7%
Dupls. a pagar - fornecedores	12.000,00	9%	13.800,00	10%	15%
Salários e encargos a pagar	6.000,00	5%	6.400,00	5%	7%
Tributos a recolher	5.000,00	4%	6.500,00	5%	30%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	Ano 1 (R$)	AV	Ano 2 (R$)	AV	AH
Empréstimos	15.000,00	12%	14.000,00	10%	-7%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**90.000,00**	**70%**	**98.300,00**	**71%**	9%
Exigível a Longo Prazo - Financiamentos	**25.000,00**	20%	**30.000,00**	22%	20%
Patrimônio Líquido	**65.000,00**	**51%**	**68.300,00**	**49%**	5%
Capital Social	45.000,00	35%	45.000,00	32%	0%
Reservas de lucros	20.000,00	16%	23.300,00	17%	17%
PASSIVO TOTAL	**128.000,00**	**100%**	**139.000,00**	**100%**	9%

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

	Ano 1 (R$)	AV	Ano 2 (R$)	AV	AH
Receita Operacional Bruta	**264.000,00**	**126,6%**	**305.448,00**	**126,6%**	16%
(–) Tributos sobre as receitas	(55.440,00)	-26,6%	(64.144,00)	-26,6%	16%
Receita Operacional Líquida	**208.560,00**	**100,0%**	**241.304,00**	**100,0%**	16%
Custo das Mercadorias Vendidas	(146.659,00)	-70,3%	(173.304,00)	-71,8%	18%
Lucro Bruto	**61.901,00**	**29,7%**	**67.999,00**	**28,2%**	10%
(–) Despesas operacionais	**(46.062,00)**	**-22,1%**	**(55.333,00)**	**-22,9%**	20%
Administrativas	20.460,00	9,8%	23.961,00	9,9%	17%
Comerciais	24.402,00	11,7%	29.922,00	12,4%	23%
Outras	1.200,00	0,6%	1.450,00	0,6%	21%
Lucro Operacional antes dos resultados financeiros	**15.839,00**	**7,6%**	**12.666,00**	**5,2%**	-20%
Despesas financeiras	(3.924,00)	-1,9%	(4.580,00)	-1,9%	17%
Receitas financeiras	405,00	0,2%	162,00	0,1%	-60%
Equivalência patrimonial	(300,00)	-0,1%	200,00	0,1%	-167%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**12.020,00**	**5,8%**	**8.448,00**	**3,5%**	-30%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(4.121,00)	-2,0%	(2.948,00)	-1,2%	-28%
Lucro líquido do exercício	**7.900,00**	**3,8%**	**5.500,00**	**2,3%**	-30%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Análise vertical da Demonstração do Resultado

A análise vertical da Demonstração do Resultado é mais significativa do que a análise vertical do Balanço Patrimonial e é considerada imprescindível. Mostra a participação dos custos e despesas na receita líquida e as margens de lucro obtidas. Portanto, o elemento referencial para a análise vertical da Demonstração do Resultado (que representa o 100%) deve ser a receita líquida de vendas.

Podemos verificar que todas as margens do ano 2 foram inferiores ao do ano 1. A margem bruta caiu 1,5 pontos percentuais (29,7% – 28,2%) por aumento do custo das mercadorias ou por redução de preços de venda.

As despesas operacionais aumentaram 0,8 pontos percentuais (22,9% – 22,1%), basicamente por aumento mais que proporcional das despesas comerciais. Com isso, o lucro operacional antes dos resultados financeiros caiu 2,4% pontos percentuais (7,6% – 5,2%), o que é uma queda significativa em qualquer ramo de atividade.

Convém ressaltar que a análise das margens e das despesas operacionais não é uma análise conclusiva. Ela deve ser completada com a análise do giro do ativo e a análise de rentabilidade.

Análise vertical do Balanço Patrimonial

Esta análise não é tão representativa quanto a da Demonstração do Resultado. Mostra a participação dos elementos do ativo e passivo no total do ativo da empresa. Quando algum item apresenta uma participação muito diferente do período anterior, deve-se buscar a razão dessa variação.

No exemplo, o item que teve maior alteração foram os estoques, cuja participação subiu de 27% para 31%, provavelmente pelo aumento do custo das mercadorias e de algum problema de estocagem a maior.

O ativo imobilizado e intangível teve sua participação reduzida por dois motivos: não foram feitos grandes investimentos no valor bruto e as depreciações continuaram a ser contabilizadas.

No passivo, o capital social passou a representar menos no ano 2 que no ano 1, porque a empresa optou por trazer mais recursos de terceiros do que aumentar o capital social.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Análise horizontal dos resultados e Balanço Patrimonial

A análise horizontal deve ser feita no conjunto das duas demonstrações financeiras, porque os principais itens são inter-relacionados.

Verificamos no exemplo que a Receita Bruta e Líquida das vendas cresceu no ano 2 em 16% e que o saldo da conta duplicatas a receber cresceu 24%. Esse crescimento a maior da duplicata a receber não deve ser considerado bom (o ideal é o menor valor nos ativos). Pode ter sido decorrente, por exemplo, de:

- mudança na política de crédito para incrementar as vendas;
- maior inadimplência dos clientes.

Os estoques aumentaram 21% no ano 2, enquanto que o custo das mercadorias aumentou apenas em 18%. Pode significar:

- mudança na política de estocagem para não perder vendas, mantendo estoques maiores;
- falha no planejamento de compra de mercadorias, com compra de mercadorias menos vendáveis, com giro mais baixo que a média;
- manutenção no estoque de mercadorias que já não tem tanta saída por estarem desatualizadas ou em vias de obsolescência etc.

O aumento de 15% da conta duplicatas a pagar mostra-se adequado, uma vez que foi inferior ao crescimento do custo das mercadorias vendidas, de 18%.

Indicadores de análise financeira

Os indicadores apresentados no quadro 4 estão agrupados em três grupos:

- indicadores de solvência;
- indicadores de atividades;
- indicadores de margem (lucratividade) e rentabilidade.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 4 – Indicadores econômico-financeiros

	Ano 1 (R$)	Ano 2 (R$)
Indicadores de solvência		
Liquidez corrente	1,74	1,88
Liquidez seca	0,82	0,84
Liquidez geral	1,06	1,09
Liquidez Imediata	0,13	0,05
Endividamento geral	0,97	1,04
Endividamento financeiro	0,62	0,64
Indicadores de atividades		
Prazo médio de recebimento	34 dias	37 dias
Prazo médio de estocagem	86 dias	88 dias
Prazo médio de pagamento	29 dias	29 dias
Giro do ativo	1,63	1,74
Indicadores de margem e rentabilidade		
Margem operacional	7,6%	5,2%
Margem líquida	3,8%	2,3%
Retorno sobre o patrimônio líquido	12,2% a.a.	8,1% a.a.

Indicadores de lucratividade

Os indicadores de lucratividade são os indicadores de margem de lucro, que são calculados tendo como referência o valor da receita líquida. É importante ressaltar a diferença entre *lucratividade* e *rentabilidade*. A rentabilidade é a relação do lucro com o investimento.

Lucratividade ou margem = relação do lucro com a Receita Líquida

Rentabilidade ou retorno = relação do lucro com o investimento

Enquanto a lucratividade não tem parâmetro e varia de empresa para empresa, a rentabilidade tem como parâmetro o custo de capital, parâmetro este que vale para qualquer empresa ou tipo de investimento.

Os indicadores de lucratividade já constam na análise vertical da Demonstração de Resultados, razão por que não há necessidade de novo cálculo. No exemplo do quadro 4 ressaltamos a margem operacional e a margem

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

líquida, normalmente consideradas as margens mais importantes. Ambas as margens tiveram queda significativa no ano 2.

Indicadores de rentabilidade

São dois os principais indicadores de rentabilidade: a rentabilidade dos ativos e a rentabilidade do patrimônio líquido. A rentabilidade do ativo representa a rentabilidade total da empresa.

A rentabilidade do patrimônio líquido pode ser considerada como o melhor e principal indicador da análise de balanço. Representa o quanto o acionista ou sócio ganhou no período. Portanto, mostra a rentabilidade dos donos da empresa.

No exemplo do quadro 4, no ano 1 a rentabilidade dos proprietários foi de 12,2% a.a. e no ano 2 caiu para 8,1%. Considera-se rentabilidade aceitável a partir de 12% a.a. Portanto, a rentabilidade do ano 2 foi fraca.

Indicadores de liquidez e solvência

São os indicadores da situação financeira. Como são extraídos unicamente do Balanço Patrimonial têm a característica de serem estáticos. Quer dizer, valem especificamente para cada data do Balanço Patrimonial. Em razão disso, deve-se sempre verificar a perspectiva da empresa, sua capacidade de geração de lucro e caixa, que podem alterar a situação financeira nos períodos seguintes.

O índice de liquidez corrente é o mais utilizado. Deve ser sempre acima de 1,00. No nosso exemplo, ele mostra que, no ano 1, para cada R$1,00 de dívidas de curto prazo (passivo circulante) havia R$1,74 de valores a receber e a realizar de curto prazo (ativo circulante). Esse índice melhorou no ano 2. Portanto, nessa ótica, a situação financeira da empresa é considerada boa. Uma empresa que sempre tem bons índices de liquidez corrente normalmente tem boa situação financeira.

A liquidez seca é considerada um teste mais duro (teste ácido, como dizem os norte-americanos), pois exclui o valor dos estoques do ativo circulante. Os parâmetros da empresa em análise no nosso exemplo mostram também indicadores considerados bons.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A liquidez geral incorpora os ativos circulantes e de longo prazo contra os passivos e circulantes de longo prazo. De todos, é o indicador menos utilizado, porque depende do perfil do longo prazo, que pode ser de vários anos.

Já o índice de liquidez imediata objetiva mostrar uma situação extrema, que seria a necessidade imediata de pagar as obrigações de curto prazo. Não há parâmetro específico porque a empresa não precisa ter necessariamente dinheiro em caixa parado, já que dinheiro em caixa, por sua pouca rentabilidade, prejudica a rentabilidade geral do patrimônio líquido.

Os indicadores de endividamento têm por objetivo monitorar a participação do capital de terceiros no capital dos proprietários. Também têm por objetivo mensurar a cobertura do capital de terceiros pelo capital próprio. Quanto maior, mais a empresa está comprometida com suas obrigações. O indicador que julgamos mais adequado é o indicador de endividamento financeiro, que restringe as obrigações apenas de empréstimos e financiamentos.

Não há parâmetro específico. Em nosso país, em razão das altas taxas de juros, considera-se aceitável até 1,00. Acima disso os analistas passam a olhar com mais cuidado a estrutura de capital da empresa.

Indicadores de atividades operacionais

O objetivo desses indicadores é monitorar os principais elementos do capital de giro. Adotamos a metodologia de transformar os elementos do capital de giro em dias de suas operações. Normalmente, não há indicadores comparáveis normalmente com outras empresas, uma vez que cada empresa tem suas políticas de crédito, estocagem e pagamento. Contudo, uma comparação com empresas do setor pode ser muito útil. O ideal é que os prazos médios de recebimento e estocagem sejam os menores possíveis e o prazo médio de pagamento seja o maior possível. Isso significa que a empresa sempre estará buscando o menor valor de capital de giro.

No nosso exemplo, o prazo médio de recebimento aumentou de 34 para 37 dias. Isso quer dizer que tem duplicatas a receber por vendas a prazo equivalente a 37 dias do valor médio diário de vendas. O aumento em dias é considerado ruim. Pode ser decorrente de uma nova política de crédito, aumentando o prazo para os clientes ou aumentando a inadimplência.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

O prazo médio de estocagem também aumentou 2 dias. A função do indicador é evidenciar a alteração e provocar a análise das causas que geraram a alteração. Nesse sentido, deve-se buscar o porquê do aumento. No exemplo, podem ser tanto alteração na política de estocagem como equívocos na política de compras etc. O indicador diz que a empresa tem, em média, no ano 2, estoque suficiente para 88 dias de venda, ao custo.

Com relação ao prazo de pagamento, deve-se buscar maior prazo. Contudo, isso nem sempre é possível, dependendo da atividade e da força de cada empresa em relação aos seus fornecedores.

O giro do ativo é um indicador fundamental para avaliação das atividades operacionais. Mostra a relação entre o total da receita no período com o total do ativo. Representa a capacidade do ativo de gerar receitas. Atividades de serviços e comerciais tendem a ter giros bem maiores que atividades industriais. Não há parâmetro. É específico de cada empresa. Há uma ideia geral de que deve ser maior do que 1,00. No nosso exemplo, houve um aumento do giro, o que deve ser considerado como bom.

Análise de rentabilidade

Por ser o indicador mais importante da análise de balanço, convém que a rentabilidade tenha um modelo de análise mais preciso e completo. Para tanto, deve-se reformatar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado dentro de uma abordagem exclusivamente financeira. Basicamente essa reformatação tem as seguintes características:

- criar o conceito de ativo e passivo operacional;
- os elementos do passivo circulante relacionados com o giro das operações devem ser transferidos para o ativo circulante com sinal negativo, pois representam reduções do capital de giro por prazos normais de funcionamento;
- o valor das aplicações financeiras deve ser transferido para o passivo, criando-se o conceito de capital de terceiros líquido, ou seja, não há porque ter aplicações financeiras se a empresa tem empréstimos;
- o passivo operacional será representado apenas por obrigações que têm custo financeiro, ou seja, os empréstimos e financiamentos que têm encargos financeiros e o patrimônio líquido, que tem o custo do capital próprio;

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- a Demonstração do Resultado será reformatada, criando-se o conceito de lucro operacional líquido dos tributos sobre o lucro;
- também será criado o conceito de despesa financeira líquida das receitas financeiras, líquida dos tributos sobre o lucro.

Essas duas reformatações estão apresentadas a seguir nos quadros 5 e 6.

Quadro 5 – Balanço Patrimonial – Formato Financeiro

	Ano 1 – R$	Ano 2 – R$
CAPITAL DE GIRO	**39.000,00**	**48.650,00**
Dupls. a receber – clientes	25.000,00	31.000,00
Estoques	35.000,00	42.500,00
Outros ativos realizáveis	1.000,00	1.050,00
Realizável a Longo Prazo	1.000,00	800,00
(–)		
Dupls. a pagar – fornecedores	(12.000,00)	(13.800,00)
Salários e encargos a pagar	(6.000,00)	(6.400,00)
Tributos a recolher	(5.000,00)	(6.500,00)
ATIVO FIXO	**61.000,00**	**61.650,00**
Investimentos – Controladas	4.000,00	4.200,00
Imobilizado e Intangível	57.000,00	57.450,00
ATIVO OPERACIONAL	**100.000,00**	**110.300,00**
	Ano 1 – R$	**Ano 2 – R$**
CAPITAL DE TERCEIROS	**35.000,00**	**42.000,00**
Empréstimos	15.000,00	14.000,00
Financiamentos	25.000,00	30.000,00
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	(5.000,00)	(2.000,00)
CAPITAL PRÓPRIO	**65.000,00**	**68.300,00**
Patrimônio líquido	65.000,00	68.300,00
PASSIVO OPERACIONAL	**100.000,00**	**110.300,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 6 – Apuração do Lucro Operacional e Custo Financeiro

	Ano 1– R$	Ano 2 – R$
Alíquota média do IR/CSLL		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.020,00	8.448,00
IR/CSLL	4.121,00	2.948,00
Alíquota média	34,3%	34,9%
Custo financeiro líquido de IR/CSLL		
Despesas financeiras	3.924,00	4.580,00
(–) Receitas financeiras	(405,00)	(162,00)
Despesas financeiras líquidas	3.519,00	4.418,00
Alíquota média	34,3%	34,9%
IR/CSLL s/ despesas financeiras líquidas	1.207,00	1.542,00
Custo financeiro líquido de IR/CSLL	2.312,00	2.876,00
Lucro operacional líquido de IR/CSLL		
Custo financeiro líquido de IR/CSLL	2.312,00	2.876,00
Lucro líquido do exercício	7.900,00	5.500,00
Lucro operacional líquido de IR/CSLL	10.212,00	8.376,00

As fórmulas para análise da rentabilidade estão apresentadas no quadro 7.

Quadro 7 – Fórmula dos indicadores de análise da rentabilidade

			Parâmetro básico
Giro do ativo	=	Receita Operacional Líquida / Ativo operacional	Depende da atividade O maior possível
Margem operacional	=	Lucro operacional líquido do IR/CSLL / Receita operacional líquida	Depende do processo e do giro A maior possível
Rentabilidade operacional	=	Lucro Operacional Líquido do IR/CSLL / Ativo operacional	Acima de 12% a.a. O maior possível
Custo do capital de terceiros	=	Custo financeiro líquido do IR/CSLL / Capital de terceiros	Abaixo da rentabilidade operacional O menor possível
Retorno sobre o patrimônio líquido	=	Lucro líquido / Patrimônio líquido	Acima de 12% a.a. O maior possível

O conceito de giro

O conceito de giro é fundamental para se entender e analisar a rentabilidade. O giro em valor representa quantas vezes o ativo é movimentado para

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

gerar vendas. Quanto mais eficiente e eficaz (e rápido) for um processo operacional, mais vezes o ativo é utilizado e mais vezes gerará receita de vendas. Dessa maneira, um objetivo constante da administração é procurar a máxima eficiência dos ativos, o giro máximo, reduzindo ao mínimo o valor investido nos ativos e gerando o máximo de venda com o mínimo de ativos.

Gerando o máximo de vendas, há a possibilidade de a empresa reduzir a sua margem de lucro e ainda vender mais. A margem de lucro pode ser reduzida reduzindo seus preços de venda, num círculo virtuoso para a empresa e para os clientes. Assim, a margem de lucro desejada em cada venda depende do giro do ativo. Esses dois elementos são a base para a análise da rentabilidade.

Portanto, a rentabilidade é o resultado da multiplicação do giro do ativo pela margem de lucro médio sobre as vendas. Os vetores para a maximização dos lucros são, então:

a) Aumentar o preço de venda ao máximo possível, aumentando a margem;

b) Diminuir os custos e despesas ao máximo possível, aumentando a margem;

c) Conseguir os itens a) e b) conjuntamente;

d) Vender o máximo com o mesmo valor do ativo, aumentando o giro;

e) Reduzir ao máximo o valor investido nos ativos, aumentando o giro;

f) Conseguir os itens d) e e) conjuntamente;

g) Conseguir os itens a), b), d) e e) conjuntamente;

h) Conseguir a melhor combinação dos itens a), b), d) e e) possível.

O método Dupont

A metodologia de análises de rentabilidade denominada de Dupont é assim chamada porque veio a público com a divulgação feita por essa empresa no início do século XX. É a análise de rentabilidade decomposta em giro e margem (ou lucratividade). O quadro 8 mostra os cálculos por esse método.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Quadro 8 – Análise da rentabilidade

	Ano 1 – R$		Ano 2 – R$	
Método Dupont				
Giro do ativo	2,09		2,19	
x				
Margem operacional	4,90%		3,47%	
=				
Rentabilidade operacional	10,24%	a.a.	7,60%	a.a.
Alavancagem financeira				
Rentabilidade operacional	10,21%	a.a.	7,59%	a.a.
Custo do capital de terceiros	6,61%	a.a.	6,85%	a.a.
Rentabilidade do patrimônio líquido	12,15%	a.a.	8,05%	a.a.

Verifica-se que a queda da rentabilidade operacional do ano 2 foi decorrente da redução da margem de lucro sobre as vendas, e não do giro do ativo, pois este foi melhor no ano 2 em comparação ao ano 1. Portanto, o foco das atenções deve ser dado aos elementos da Demonstração de Resultados, verificando o porquê da queda da margem operacional.

O quadro 8 apresenta também a análise da alavancagem financeira. Alavancagem financeira é o termo utilizado para caracterizar o uso do capital de terceiros. O uso do capital de terceiros (empréstimos e financiamentos) só deve ser feito se seu custo for inferior à rentabilidade operacional. Nesse caso, há a constatação do fenômeno da alavancagem, pois o uso de capital de terceiros redunda em maior rentabilidade para os proprietários.

Verificamos que nos dois anos houve alavancagem financeira, justificando o uso de capital de terceiros. A rentabilidade operacional nos dois anos é maior do que o custo do dinheiro de terceiros, fazendo com que a rentabilidade do patrimônio líquido seja maior do que a rentabilidade do ativo operacional.

Parâmetros para avaliação da rentabilidade

O parâmetro para avaliar a rentabilidade é o custo do dinheiro, o custo do capital, representado pelas taxas de juros cobradas no mercado. Os principais referenciais são:

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

- custo dos títulos de dívida do governo (Selic, taxa de juros dos títulos do governo americano etc.);
- no Brasil, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) do BNDES;
- em âmbito internacional, a LIBOR (London Interbank Ofered Rate), mais utilizada na Europa, e a Prime Rate, mais utilizada nos EUA;
- média anual da rentabilidade das principais bolsas de valores no mundo etc.

Em linhas gerais, há certo consenso mundial nos seguintes parâmetros, considerando rentabilidade obtida em economias com inflação controlada:

- abaixo de 10% a.a. – fraca;
- entre 10% e 12% a.a. – aceitável;
- entre 12% e 15% a.a. – boa;
- acima de 15% a.a. – ótima.

O conceito de valor econômico adicionado (*EVA – Economic Value Added*)

O conceito mais avançado de análise de rentabilidade é considerar como rentabilidade de fato apenas o valor do lucro que excede a um custo de capital de mercado. A diferença é denominada de valor econômico adicionado. O quadro 9 mostra um exemplo dessa análise, considerando como custo de capital de mercado a taxa de juros de 12% a.a.

Quadro 9 – Valor Econômico Adicionado – EVA (*Economic Value Added*)

	Ano 1 R$		Ano 2 R$
Custo de oportunidade de capital	12%	a	12%
Valor do investimento (Patrimônio líquido)	65.000,00	b	68.300,00
Rentabilidade mínima esperada	7.800,00	c = a · b	8.196,00
Lucro líquido obtido	7.900,00	d	5.500,00
EVA – Valor Econômico Adicionado	***100***	***e = d – c***	***(2.696,00)***
Percentual sobre o patrimônio líquido	0,15%	f = e/b	-3,95%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Verifica-se que no ano 1 houve valor adicionado de R$100,00, representando uma rentabilidade acima do custo de oportunidade de capital de 0,15%. Já no ano 2, o lucro obtido foi inferior à rentabilidade mínima esperada, resultando numa *destruição de valor* de R$2.696,00, representando uma perda de rentabilidade de 3,95%.

Análise dos demais relatórios contábeis

Cada demonstração financeira oferece oportunidades adicionais de entendimento da empresa analisada. Além do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, a demonstração mais importante é a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Mas a demonstração das mutações do patrimônio líquido também é importante, uma vez que deixa clara a movimentação do capital dos proprietários.

Análise das mutações do patrimônio líquido

Verificamos que nos dois exercícios analisados não houve aumento de capital pelos proprietários. As únicas movimentações que ocorreram foram:

- Contabilização do lucro líquido no patrimônio líquido;
- Distribuição de dividendos;
- A transferência do valor restante do lucro líquido para reservas de lucros.

Quadro 10 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Movimentação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/01/Ano1	**45.000,00**	**17.000,00**	**0,00**	**62.000,00**
Lucro líquido do exercício	0,00	0,00	7.900,00	7.900,00
Dividendos distribuídos no ano	0,00	0,00	(4.900,00)	(4.900,00)
Transferência para reservas	0,00	3.000,00	(3.000,00)	0,00
Saldos em 31/12/Ano1	**45.000,00**	**20.000,00**	**(0,00)**	**65.000,00**
Lucro líquido do exercício	0,00	0,00	5.500,00	5.500,00
Dividendos distribuídos no ano	0,00	0,00	(2.200,00)	(2.200,00)
Transferência para reservas	0,00	3.300,00	(3.300,00)	0,00
Saldos em 31/12/Ano2	**45.000,00**	**23.300,00**	**(0,00)**	**68.300,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

A transferência de lucro líquido para reserva de lucros implica que a empresa está num processo de reinvestimento de lucros. Verificamos, contudo, que no ano 2 a rentabilidade caiu e, consequentemente, esta política deve ser questionada.

Análise da distribuição dos resultados

Verificamos que o percentual de distribuição do lucro no ano 2 foi de 40%, bem inferior ao percentual distribuído no ano anterior, além do lucro líquido ser menor. Esse dado pode indicar que a empresa está tendo dificuldade de obter capital de terceiros, recorrendo a retenção de lucros para os próximos investimentos.

Quadro 11 – Análise da distribuição de lucros

	Ano 1 – R$		Ano 2– R$
Lucro líquido do exercício	7.900,00		5.500,00
Dividendos distribuídos	4.900,00		2.200,00
Percentual de distribuição	62%		40%
Valor do patrimônio líquido	65.000,00		68.300,00
Dividendos/Patrimônio líquido	7,5%		3,2%

O retorno final em dinheiro para os proprietários no ano 2 foi de apenas 3,2%. Esse baixo percentual deve ser motivo de questionamento sobre a rentabilidade geral da empresa.

Análise do lucro por ação das sociedades anônimas

O indicador mais utilizado pelos investidores do mercado acionário é a relação P/L – Preço/Lucro. Mostra, com o valor do lucro líquido, em quantos anos em média o investimento em ações retornará.

Quadro 12 – Análise do Lucro por Ação

	Ano 1 – R$	Ano 2 – R$
Lucro líquido do exercício	7.900,00	5.500,00
Quantidade de ações	10.000,00	10.000,00
Lucro por Ação – R$	0,79	0,55

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	Ano 1 – R$	Ano 2 – R$
Preço da ação na BOVESPA*	6,50	5,80
Relação Preço/Lucro (P/L)	8,2	10,5
Dividendos distribuídos	4.900,00	2.200,00
Dividendo por ação – R$	0,49	0,22
* valor aleatório		

No exemplo acima, a relação P/L do ano 1 de 8,2 subiu para 10,5, mostrando que, se continuar esse patamar de obtenção de lucro, o retorno do investimento demorará mais de 10 anos.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa já é preparada e segmentada em três principais fluxos financeiros:

- fluxo financeiro decorrente das operações;
- fluxo financeiro decorrente dos investimentos;
- fluxo financeiro decorrente dos financiamentos.

Quadro 13 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto

	Ano 1 R$	AV	Ano 2 R$	AV	AH
Lucro líquido do exercício	**7.900,00**	**44,6%**	**5.500,00**	**32,9%**	-30%
(+) Depreciações e amortizações	6.000,00	33,9%	7.000,00	41,9%	17%
(+/–) Equivalência patrimonial	300,00	1,7%	(200,00)	-1,2%	-167%
(+) Despesas financeiras	3.924,00	22,1%	4.580,00	27,4%	17%
(–) Receitas financeiras	(405,00)	-2,3%	(162,00)	-1,0%	-60%
Lucro gerado pelas operações	**17.719,00**	**100,0%**	**16.718,00**	**100,0%**	-6%
(+/–) Ajustes por mudança no capital de giro					
(–) Aumento de duplicatas a receber	(3.000,00)	-16,9%	(6.000,00)	-35,9%	100%
(–) Aumento dos estoques	(3.800,00)	-21,4%	(7.500,00)	-44,9%	97%
(–) Aumento de outras contas realizáveis	(20,00)	-0,1%	(50,00)	-0,3%	150%
(+) Aumento de duplicatas a pagar	500,00	2,8%	1.800,00	10,8%	260%
(+) Aumento de salários e encargos a pagar	530,00	3,0%	400,00	2,4%	-25%
(+) Aumento de tributos a recolher	200,00	1,1%	1.500,00	9,0%	650%
	(5.590,00)	**-31,5%**	**(9.850,00)**	**-58,9%**	76%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**12.129,00**	**68,5%**	**6.868,00**	**41,1%**	-43%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	Ano 1 R$	AV	Ano 2 R$	AV	AH
Variação de empréstimos e financiamentos	1.000,00	5,6%	4.000,00	23,9%	300%
Despesas financeiras	(3.924,00)	-22,1%	(4.580,00)	-27,4%	17%
Receitas financeiras	405,00	2,3%	162,00	1,0%	-60%
Distribuição de resultados	(4.900,00)	-27,7%	(2.200,00)	-13,2%	-55%
Fluxo de caixa – atividades de financiamento	**(7.419,00)**	**-41,9%**	**(2.618,00)**	**-15,7%**	-65%
Aumento do imobilizado e intangível	(2.550,00)	-14,4%	(7.450,00)	-44,6%	192%
Variação do Realizável a Longo Prazo	(60,00)	-0,3%	200,00	1,2%	-433%
Fluxo de caixa – atividades de investimento	**(2.610,00)**	**-14,7%**	**(7.250,00)**	**-43,4%**	178%
Variação do saldo de caixa no período	**2.100,00**	**11,9%**	**(3.000,00)**	**-17,9%**	-243%
Saldo inicial de caixa e aplicações financeiras	**2.900,00**	**16,4%**	**5.000,00**	**29,9%**	72%
Saldo final de caixa e aplicações financeiras	**5.000,00**	**28,2%**	**2.000,00**	**12,0%**	-60%

A análise mais importante é a geração de caixa das atividades operacionais. Em linhas gerais, *o fluxo de caixa operacional deve ser sempre positivo*, porque representa a entrada e saída de caixa para o dia a dia das empresas. Se estiver negativo, significa, basicamente, que a operação está dando prejuízo. Só deve ser admitido fluxo de caixa operacional negativo em situações específicas ou em alguns períodos. Uma empresa não tem sustentabilidade com fluxo de caixa operacional neutro ou negativo.

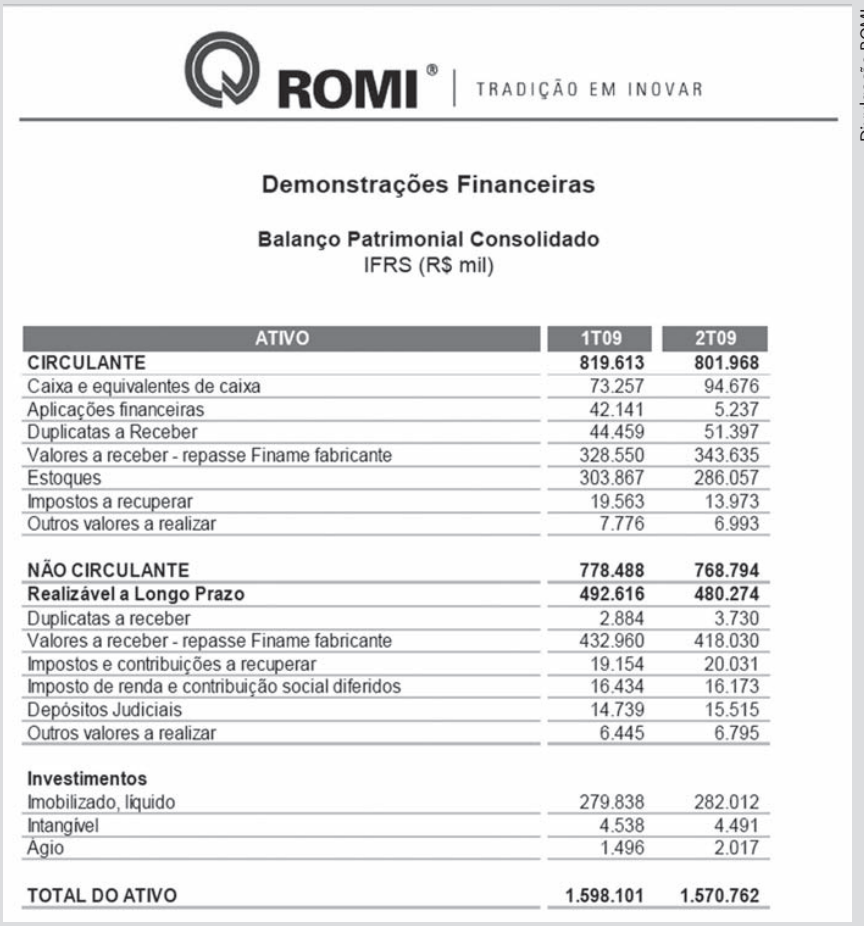
O fluxo de caixa das atividades de investimentos pode ser negativo, desde que seja coberto por fluxos operacionais e fluxos de financiamento. A empresa está sempre em constante investimento e crescimento e, consequentemente, é normal que esse fluxo seja negativo.

O fluxo de caixa de financiamentos poderá oscilar. Nos períodos de grande investimento, ele provavelmente será positivo. Nos períodos de maturação dos investimentos há a tendência do fluxo dos financiamentos ser negativo, pois os empréstimos e financiamentos deverão estar sendo amortizados.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Ampliando seus conhecimentos

Vamos fazer alguns comentários com as demonstrações financeiras da empresa Indústrias Romi S.A. apresentadas a seguir.



ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

Divulgação ROMI.

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial Consolidado
IFRS (R$ mil)

ATIVO	1T09	2T09
CIRCULANTE	**819.613**	**801.968**
Caixa e equivalentes de caixa	73.257	94.676
Aplicações financeiras	42.141	5.237
Duplicatas a Receber	44.459	51.397
Valores a receber - repasse Finame fabricante	328.550	343.635
Estoques	303.867	286.057
Impostos a recuperar	19.563	13.973
Outros valores a realizar	7.776	6.993
NÃO CIRCULANTE	**778.488**	**768.794**
Realizável a Longo Prazo	**492.616**	**480.274**
Duplicatas a receber	2.884	3.730
Valores a receber - repasse Finame fabricante	432.960	418.030
Impostos e contribuições a recuperar	19.154	20.031
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.434	16.173
Depósitos Judiciais	14.739	15.515
Outros valores a realizar	6.445	6.795
Investimentos		
Imobilizado, líquido	279.838	282.012
Intangível	4.538	4.491
Ágio	1.496	2.017
TOTAL DO ATIVO	**1.598.101**	**1.570.762**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br



Divulgação ROMI.

Balanço Patrimonial Consolidado
IFRS (R$ mil)

PASSIVO	1T09	2T09
CIRCULANTE	**393.380**	**391.129**
Financiamentos	32.489	30.050
Financiamentos - Finame fabricante	281.374	288.827
Fornecedores	25.995	22.076
Salários e encargos sociais	23.406	25.362
Impostos e contribuições a recolher	1.762	5.440
Adiantamento de clientes	9.281	5.992
Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações	4.680	1.150
Outras contas a pagar	14.393	12.232
NÃO CIRCULANTE	**522.113**	**502.340**
Exigível a longo prazo		
Financiamentos	67.292	81.263
Valores a pagar - Finame fabricante	419.678	384.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre deságio	7.947	8.898
Impostos e contribuições a recolher	3.578	3.578
Outras contas a pagar	6.687	6.092
Provisão para passivos eventuais	16.931	17.766
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**681.044**	**675.493**
Capital social	505.764	505.764
Reservas de capital	2.209	2.209
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	3.767	(1.526)
Reservas de lucros	169.304	169.046
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**1.564**	**1.800**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**682.608**	**677.293**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.598.101**	**1.570.762**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Divulgação ROMI.

ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

Demonstração do Resultado Consolidado
IFRS (R$ mil)

R$ mil	2T08	2T09	Var.%	1S08	1S09	Var.%
Receita Operacional Bruta	**215.317**	**125.693**	**(41,6)**	**399.867**	**216.017**	**(46,0)**
Impostos e contribuições	(38.054)	(21.617)	(43,2)	(69.748)	(36.172)	(48,1)
Receita Operacional Líquida	**177.263**	**104.076**	**(41,3)**	**330.119**	**179.845**	**(45,5)**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(103.645)	(72.864)	(29,7)	(195.369)	(123.340)	(36,9)
Lucro Bruto	**73.618**	**31.212**	**(57,6)**	**134.750**	**56.505**	**(58,1)**
Margem bruta %	*41,5%*	*30,0%*		*40,8%*	*31,4%*	
Despesas Operacionais	**(40.454)**	**(28.391)**	**(29,8)**	**(76.746)**	**(68.441)**	**(10,8)**
Comerciais	(16.022)	(13.594)	(15,2)	(30.202)	(27.312)	(9,6)
Gerais e Administrativas	(12.797)	(13.263)	3,6	(24.961)	(30.514)	22,2
Participação e Honorários da Administração	(4.021)	(1.239)	(69,2)	(7.431)	(3.096)	(58,3)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.121)	(5.010)	(29,6)	(13.745)	(11.746)	(14,5)
Tributárias	(420)	(562)	33,8	(1.193)	(1.065)	(10,7)
Outras Receitas Operacionais	(73)	5.277	(7.328,8)	786	5.292	573,3
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do resultado financeiro	**33.164**	**2.821**	**(91,5)**	**58.004**	**(11.936)**	**(120,6)**
Margem Operacional %	*18,7%*	*2,7%*		*17,6%*	*-6,6%*	
Resutado Financeiro	**8.217**	**(1.058)**	**(112,9)**	**15.187**	**2.919**	**(80,8)**
Receitas financeiras	9.579	2.983	(68,9)	17.627	8.678	(50,8)
Despesas financeiras	(1.396)	(1.514)	8,5	(2.850)	(2.173)	(23,8)
Variações cambiais líquidas	34	(2.527)	(7.532,4)	410	(3.586)	(974,6)
(Prejuízo) Lucro Operacional	**41.381**	**1.763**	**(95,7)**	**73.191**	**(9.017)**	**(112,3)**
Imposto de renda/Contribuição social	(8.638)	(1.258)	(85,4)	(14.512)	1.684	(111,6)
(Prejuízo) Lucro Líquido	**32.743**	**505**	**(98,5)**	**58.679**	**(7.333)**	**(112,5)**
Margem Líquida %	*18,5%*	*0,5%*		*17,8%*	*-4,1%*	
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuído a:	-	-		-	-	
Participação dos controladores	32.544	269	(99,2)	58.280	(7.831)	(113,4)
Participação minoritária	199	236	18,6	399	498	24,8
EBITDA	**36.680**	**7.191**	**(80,4)**	**65.006**	**(2.737)**	**(104,2)**
(Prejuízo) Lucro líquido do período	32.743	505		58.679	(7.333)	
Imposto de renda e contribuição social	8.638	1.258		14.512	(1.684)	
Resultado financeiro líquido	(8.217)	1.058		(15.187)	(2.919)	
Depreciação	3.516	4.370		7.002	9.199	
Margem EBITDA %	*20,7%*	*6,9%*		*19,7%*	*-1,5%*	
Nº de ações (mil)	78.558	74.758		78.558	74.758	
(Prejuízo) Lucro líquido por ação - R$	0,42	0,01		0,75	(0,10)	
Valor patrimonial por ação - R$	8,44	9,11		8,44	9,11	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Reclassificação

Além da aglutinação de alguns itens, a principal reclassificação que julgamos necessária, depois da leitura das notas explicativas, é a transferência para o ativo circulante e Realizável a Longo Prazo dos itens denominados Financiamentos-Finame fabricante do passivo circulante Exigível a Longo Prazo, que já representam valores recebidos, expressados no ativo como Valores a receber – repasse Finame fabricante. Juntaremos com as duplicatas a receber.

As siglas 1T09 e 2T09 são, respectivamente, primeiro e segundo trimestre de 2009. As siglas 1S08 e 1S09 são, respectivamente, primeiro semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009. O balanço reclassificado, a Demonstração do Resultado e os principais indicadores estão apresentados abaixo, utilizando o mesmo modelo no qual estruturamos o nosso exemplo.

Indústrias Romi S.A. – Balanço Reclassificado					
	1T09 – R$	**AV**	**2T09 – R$**	**AV**	**AH**
ATIVO CIRCULANTE	**538.239**	**60%**	**513.141**	**57%**	-5%
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	115.398	13%	99.913	11%	-13%
Dupls. a receber – clientes	91.635	10%	106.205	12%	16%
Estoques	303.867	34%	286.057	32%	-6%
Outros ativos realizáveis	27.339	3%	20.966	2%	-23%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**358.810**	**40%**	**384.051**	**43%**	7%
Realizável a Longo Prazo	**72.938**	8%	**95.531**	11%	31%
Investimentos – Controladas	**0**	0%	**0**	0%	0%
Imobilizado e Intangível	**285.872**	32%	**288.520**	32%	1%
ATIVO TOTAL	**897.049**	**100%**	**897.192**	**100%**	0%
	1T09 – R$	**AV**	**2T09 R$**	**AV**	**AH**
PASSIVO CIRCULANTE	**112.006**	**12%**	**102.302**	**11%**	-9%
Dupls. a pagar – fornecedores	40.388	5%	34.308	4%	-15%
Salários e encargos a pagar	23.406	3%	25.362	3%	8%
Tributos a recolher e outros	15.723	2%	12.582	1%	-20%
Empréstimos	32.489	4%	30.050	3%	-8%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Indústrias Romi S.A. – Balanço Reclassificado					
	1T09 – R$	**AV**	**2T09 – R$**	**AV**	**AH**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**785.043**	**88%**	**794.890**	**89%**	1%
Exigível a Longo Prazo	**102.435**	11%	**117.597**	13%	15%
Patrimônio líquido	**682.608**	**76%**	**677.293**	**75%**	-1%
Capital Social	505.764	56%	505.764	56%	0%
Reservas de lucros	176.844	20%	171.529	19%	-3%
PASSIVO TOTAL	**897.049**	**100%**	**897.192**	**100%**	0%

Indústrias Romi S.A. – Demonstração do Resultado					
	1S08	**AV**	**1S09**	**AV**	**AH**
Receita Operacional Bruta	**399.867**	**121,1%**	**216.017**	**120,1%**	-46%
(–) Tributos sobre as receitas	(69.748)	-21,1%	(36.172)	-20,1%	-48%
Receita Operacional Líquida	**330.119**	**100,0%**	**179.845**	**100,0%**	-46%
Custo dos Produtos Vendidos	(195.369)	-59,2%	(123.340)	-68,6%	-37%
Lucro Bruto	**134.750**	**40,8%**	**56.505**	**31,4%**	-58%
(–) Despesas operacionais	**(76.746)**	**-23,2%**	**(68.441)**	**-38,1%**	-11%
Administrativas	32.799	9,9%	29.383	16,3%	-10%
Comerciais	30.202	9,1%	27.312	15,2%	-10%
Outras	13.745	4,2%	11.746	6,5%	-15%
Lucro Operacional antes dos resultados financeiros	**58.004**	**17,6%**	**(11.936)**	**-6,6%**	-121%
Despesas financeiras	(2.850)	-0,9%	(2.173)	-1,2%	-24%
Receitas financeiras	18.037	5,5%	5.092	2,8%	-72%
Equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**73.191**	**22,2%**	**(9.017)**	**-5,0%**	-112%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(14.512)	-4,4%	1.684	0,9%	-112%
Lucro líquido do exercício	**58.679**	**17,8%**	**(7.333)**	**-4,1%**	-112%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Indústrias Romi S.A. – Indicadores econômico-financeiros				
	Ano 1 R$		**Ano 2 R$**	
Indicadores de solvência				
Liquidez corrente	4,81		5,02	
Liquidez seca	2,09		2,22	
Liquidez geral	2,85		2,77	
Liquidez Imediata	1,03		0,98	
Endividamento geral	0,31		0,32	
Endividamento financeiro	0,20		0,22	
Indicadores de atividades				
Prazo médio de recebimento	41	dias	88	dias
Prazo médio de estocagem	280	dias	417	dias
Prazo médio de pagamento	37	dias	50	dias
Giro do ativo	0,74		0,40	
Indicadores de margem e rentabilidade				
Margem operacional	17,6%		-6,6%	
Margem líquida	17,8%		-4,1%	
Retorno sobre o patrimônio líquido	8,6%	a.s.	-1,1%	a.s.

Para os indicadores de atividades consideramos o período de 180 dias. Para o giro, anualizamos, multiplicando o resultado por 2.

Breve análise e avaliação

Em termos de situação financeira a empresa está numa situação excelente, com todos os indicadores de liquidez e endividamento mostrando-se nos melhores níveis.

O ponto fraco da empresa é o excesso de estoques, exigindo muito capital de giro. Também no 2S09 houve um aumento inadequado do prazo médio de recebimento, evidenciando, talvez, um aumento significativo da inadimplência. O giro do ativo é baixíssimo.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido, que foi muito boa em 1S08, caiu assustadoramente para prejuízo em 1S09. Basicamente, o grande fator foi a queda muito grande das receitas (46%), decorrente da crise financeira que se iniciou no final de 2008. Até o momento a empresa não conseguiu readequar seus custos e despesas e apresentou um prejuízo no 1S09.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Atividades de aplicação

Considere as seguintes demonstrações financeiras de uma empresa comercial para realizar as seguintes atividades. Considere também que no ativo não circulante não tem Realizável a Longo Prazo.

Balanço Patrimonial		
	Ano 1 (R$)	**Ano 2 (R$)**
ATIVO CIRCULANTE	**255.000,00**	**230.000,00**
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	25.000,00	25.000,00
Dupls. a receber – clientes	98.000,00	87.000,00
Estoques	132.000,00	118.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**200.000,00**	**220.000,00**
ATIVO TOTAL	**455.000,00**	**450.000,00**
	Ano 1 (R$)	**Ano 2 (R$)**
PASSIVO CIRCULANTE	**315.000,00**	**281.000,00**
Dupls. a pagar – fornecedores	30.000,00	29.000,00
Outras contas	35.000,00	32.000,00
Empréstimos	250.000,00	220.000,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**140.000,00**	**169.000,00**
Exigível a Longo Prazo – Financiamentos	**25.000,00**	**45.000,00**
Patrimônio líquido	**115.000,00**	**124.000,00**
Capital Social	100.000,00	100.000,00
Reservas de lucros	15.000,00	24.000,00
PASSIVO TOTAL	**455.000,00**	**450.000,00**

Demonstração do Resultado do Exercício		
	Ano 1 (R$)	**Ano 2 (R$)**
Receita Operacional Bruta	**415.000,00**	**445.000,00**
(–) Tributos sobre as receitas	(87.150,00)	(93.450,00)
Receita Operacional Líquida	**327.850,00**	**351.550,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Demonstração do Resultado do Exercício		
	Ano 1 (R$)	**Ano 2 (R$)**
Custo das Mercadorias Vendidas	(232.774,00)	(245.382,00)
Lucro Bruto	**95.077,00**	**106.168,00**
(–) Despesas operacionais	**(59.341,00)**	**(63.631,00)**
Administrativas	26.228,00	27.772,00
Comerciais	33.113,00	35.858,00
Lucro Operacional antes dos resultados financeiros	**35.736,00**	**42.538,00**
Despesas financeiras	(26.978,00)	(25.573,00)
Receitas financeiras	2.025,00	2.025,00
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**10.783,00**	**18.990,00**
Imposto de Renda/Contribuição Social	(3.696,00)	(6.628,00)
Lucro líquido do exercício	**7.087,00**	**12.363,00**

1. Faça a análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados.
2. Calcule todos os indicadores econômico-financeiros para os dois períodos das demonstrações financeiras.
3. Faça uma breve avaliação dos resultados e da situação financeira da empresa nos dois anos analisados.
4. Refaça o Balanço e a Demonstração dos Resultados dentro do formato financeiro e preparando os valores para a análise da rentabilidade.
5. Faça a análise da rentabilidade pelo método Dupont e o estudo da alavancagem financeira, fazendo os comentários indispensáveis.
6. Considerando um custo de oportunidade de capital de 9% a.a., calcule o valor econômico adicionado e faça um comentário resumido para cada ano.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Gabarito

Regimes contábeis

1. Primeiramente, a apuração pelo regime de caixa não permite identificar o momento gerador da riqueza, do lucro. Segundo, no regime de caixa não são eliminados os efeitos dos tributos, já que os valores apresentam-se pelos dados financeiros. Em terceiro, o regime de caixa não considera as provisões e encargos financeiros que ocorrerão no futuro e já são incorporados pelo regime de competência. Em quarto, a utilização estrita do regime de caixa prejudica sobremaneira o controle de contas a receber e a pagar, pois não contabiliza os valores das receitas a receber nem os valores das contas a pagar, uma vez que só as considera quando do efeito no caixa.

2. C

3.

a) Regime de caixa: no mês de fevereiro o resultado ficará negativo em R$1.000,00, porque foi paga a compra, e ficará positivo em R$2.300,00 em junho, quando será recebido o valor da venda.

b) Regime de competência: o resultado será apurado apenas no mês da venda e será positivo em R$1.300,00 em abril. Apesar da compra ter sido feita em fevereiro, a mercadoria foi para o estoque e não foi vendida de imediato. O lucro na venda da mercadoria deve ser apurado no momento da venda. Assim, a despesa com o custo da mercadoria deve ser considerada em abril, no mesmo momento em que foi feita a venda.

4. B

5. A

6. C

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Estrutura contábil

1.

Ganho na loteria	300.000,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	300.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00

Compra de imóveis	160.000,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	140.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00		
Total	300.000,00		300.000,00

2.

Compra de Veículos	60.000,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	80.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00		
2 veículos	60.000,00		
Total	300.000,00		300.000,00

Financiamento	15.000,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	95.000,00	Empréstimo	15.000,00
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00
2 veículos	60.000,00		
Total	315.000,00		315.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

3.

Aplicação em Investimento	90.000,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	5.000,00	Empréstimo	15.000,00
Fundo de investimento	90.000,00		
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00
2 veículos	60.000,00		
Total	315.000,00		315.000,00

Saque bancário	3.500,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	1.500,00	Empréstimo	15.000,00
Dinheiro em caixa	3.500,00		
Fundo de investimento	90.000,00		
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00	Patrimônio líquido	300.000,00
2 veículos	60.000,00		
Total	315.000,00		315.000,00

Gastos com a festa	2.500,00		
Ativo		**Passivo**	
Saldo bancário	1.500,00	Empréstimo	15.000,00
Dinheiro em caixa	1.000,00		
Fundo de investimento	90.000,00		
1 casa	100.000,00		
1 sítio	60.000,00	Patrimônio líquido	297.500,00
2 veículos	60.000,00		
Total	312.500,00		312.500,00

O valor da riqueza é de R$297.500,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

4.

	Primeira coluna	Segunda coluna
Salários a pagar	O	C
Saldo bancário	D	D
Despesas de viagens	P	D
Receita de prestação de serviços	P	C
Capital Social	P	C
Estoque de mercadorias	B	D
Imóveis	B	D
Aluguéis recebidos	P	C
Duplicatas a pagar	O	C
Duplicatas a receber	D	D

5.

	Primeira coluna	Segunda coluna
Salários a pagar	Aumento	C
Saldo bancário	Diminuição	C
Despesas de viagens	Aumento	D
Receita de prestação de serviços	Aumento	C
Capital Social	Aumento	C
Estoque de mercadorias	Aumento	D
Imóveis	Diminuição	C
Aluguéis recebidos	Aumento	C
Duplicatas a pagar	Diminuição	D
Duplicatas a receber	Diminuição	C

6.

Balanço Inicial

Ativo		**Passivo**	
Caixa	50.000,00	Capital Social	50.000,00

Balanço Final

Ativo		**Passivo**	
Caixa	47.500,00	Dupls. a Pagar	7.500,00
Dupls. a Receber	13.000,00	Capital Social	50.000,00
Estoque	8.200,00	Lucro do período	11.200,00
Total	68.700,00	Total	68.700,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Demonstração do Resultado	
Vendas	18.000,00
(–) Custo das vendas	(6.800,00)
Lucro	11.200,00

Escrituração contábil, a teoria contábil e a legislação em vigor

1. O valor lançado em duplicidade é para manter inalterada a equação fundamental da contabilidade, denominada de equação de equilíbrio patrimonial, que determina que o total do ativo tem que ser igual ao total do passivo. Sua ligação com o livro razão é porque por meio dele é que se classificam as partidas por conta contábil e se apuram os saldos por conta contábil.

2. A contabilidade financeira tem como foco os usuários externos de qualquer região. Portanto, os princípios que a regem devem ser cuidadosamente normatizados para que haja uma uniformização do entendimento. O mesmo não é necessário para a contabilidade gerencial, que tem como foco o usuário interno e a tomada de decisão, e cada decisão pode requerer um modelo e um tipo de mensuração diferente.

As diferenças mais importantes são:

- a contabilidade financeira é estruturada com custos reais, históricos, e a contabilidade gerencial tem como foco dados previstos, além dos dados reais;
- a contabilidade financeira tem relatórios padronizados e regras rígidas, e a contabilidade gerencial não tem nenhum relatório necessariamente padronizado e tem como foco a tomada de decisão;
- o valor da empresa pela contabilidade financeira é o valor decorrente de lucros e patrimônios obtidos no passado, enquanto que a contabilidade gerencial tem como referência o valor da empresa decorrente de fluxos futuros de benefícios.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

3. O princípio da continuidade pressupõe uma empresa em andamento, em marcha, na premissa de que não será vendida. Portanto, o custo como base de valor é necessário para avaliar o lucro (receitas menos custos) do período. Dessa maneira, é necessário confrontar apenas as receitas e despesas (custos) do período para apurar o lucro periódico.

4.

Contas alteradas	Tipo de conta	Tipo de saldo	Variação	Débito / Crédito
Fato 1				
Capital Social	Passivo	Credor	Aumento	Crédito
Caixa	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Fato 2				
Saldo bancário	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Caixa	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito
Fato 3				
Imóvel	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Saldo bancário	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito
Fato 4				
Despesas de cartório	Despesa	Devedor	Aumento	Débito
Caixa	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito
Fato 5				
Dupls. a Receber	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Caixa	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Prestação de serviços	Receita	Credor	Aumento	Crédito
Fato 6				
Veículos	Ativo	Devedor	Aumento	Débito
Saldo bancário	Ativo	Devedor	Diminuição	Crédito

5.

Caixa				Capital Social		
(1)	50.000,00				50.000,00	(1)
		48.000,00	(2)			
		200,00	(4)			
(5)	300,00					
	2.100,00					

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Saldo bancário				Imóvel			
(2)	48.000,00			(3)	22.000,00		
		22.000,00	(3)				
		20.000,00	(6)				
	6.000,00						

Despesa com cartório				Prestação de serviços			
(4)	200,00					1.000,00	(5)

Dupls. a receber				Veículos			
(5)	700,00			(6)	20.000,00		

6.

Saldo bancário				Capital Social			
	20.000,00					50.000,00	
(1)	5.400,00						
		11.000,00	(2)				
		2.000,00	(4)				
	12.400,00						

Dupls. a Receber				Dupls. a Pagar			
	30.000,00					25.000,00	
		5.400,00	(1)	(2)	11.000,00		
(3)	15.000,00					14.000,00	
	39.600,00						

Estoque				Empréstimo			
	40.000,00					15.000,00	
		7.000,00	(3)	(4)	2.000,00		
	33.000,00					13.000,00	

Custo das vendas				Receita de vendas			
(3)	7.000,00					15.000,00	(3)

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Ativo		
Saldo bancário	12.400,00	
Dupls. a receber	39.600,00	
Estoque	33.000,00	
Passivo		
Capital Social		50.000,00
Dupls. a pagar		14.000,00
Empréstimo		13.000,00
Despesas		
Custo das vendas	7.000,00	
Receitas		
Receitas de vendas		15.000,00
Soma	92.000,00	92.000,00

Noções gerais dos relatórios contábeis

1.

Balanço patrimonial

ATIVO CIRCULANTE	(R$)	PASSIVO CIRCULANTE	(R$)
Caixa e Bancos	51.000,00	Fornecedores	215.000,00
Duplicatas a Receber	240.000,00	Impostos a recolher	96.000,00
Estoque de Mercadorias	281.000,00	Salários e encargos a pagar	60.000,00
Soma	572.000,00	Contas a pagar	90.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		Dividendos a pagar	120.000,00
Realizável a Longo Prazo		Soma	581.000,00
Depósitos Judiciais	50.000,00	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
Investimentos		**Exigível a Longo Prazo**	
Participações em controladas	160.000,00	Financiamentos bancários	250.000,00
Imobilizado			
Imóveis	390.000,00	**Patrimônio líquido**	
Veículos	90.000,00	Capital Social	400.000,00
Móveis e Utensílios	120.000,00	Reservas de lucros	105.000,00
(–) Depreciação acumulada	(126.000,00)	Soma	505.000,00
Soma	474.000,00		
Intangível			
Patentes adquiridas	80.000,00		
Soma Não Circulante	764.000,00	Soma Não Circulante	755.000,00
ATIVO TOTAL	1.336.000,00	**PASSIVO TOTAL**	1.336.000,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

2.

a) R$831.000,00, que é a somatória do passivo circulante mais o Exigível a Longo Prazo.

b) R$505.000,00, que é o valor do patrimônio líquido.

c) Duplicatas a receber, Estoque de Mercadorias, Fornecedores, Impostos a Recolher, Salários e Encargos a Pagar, Contas a Pagar.

d) Com distribuição de dividendos, conforme a conta Dividendos a Pagar.

3. O total emprestado é de R$23.400,00 em 36 parcelas, gerando parcelas mensais de R$650,00 (–) R$650,00 · 36 parcelas = R$23.400,00). As doze primeiras parcelas serão pagas dentro de 360 dias a partir da data do balanço de 30/09/X2. Portanto, o endividamento de curto prazo é R$650,00 · 12 parcelas = R$7.800,00

Se o total do financiamento é de R$23.400,00 e nenhuma parcela foi paga, o endividamento de longo prazo em 30/09/X2 é de R$15.600,00 (R$23.400,00 (–) R$7.800,00), ou 24 parcelas · R$650,00 = R$15.600,00.

4. Até 31/12/X2 foram pagas as 3 primeiras parcelas. Como o curto prazo representa o próximo exercício, as 12 parcelas primeiras ainda por pagar representam o endividamento de curto prazo = R$650,00 · 12 = R$7.800,00. Como faltam 33 parcelas e 12 já constam no curto prazo, as 21 parcelas restantes são endividamento de longo prazo = 21 parcelas · R$650,00 = R$13.650,00.

Em 28/02/X3 foram pagas mais 2 parcelas, restando 19 de longo prazo e 12 de curto prazo. Assim, o endividamento de curto prazo é de 12 parcelas · R$650,00 = R$7.800,00 e 19 parcelas de R$650,00 = R$12.350,00.

Em 31/07/X3 foram pagas 10 parcelas, vencidas de 31/10/X2 até 31/07/X3. Portanto, faltam 26 parcelas, sendo 12 de curto prazo e 14 de longo prazo (12 parcelas · R$650,00 = R$7.800,00 e 14 parcelas · R$650,00 = R$9.100,00).

Em 31/12/X3 foram pagas 15 parcelas, restando 21 parcelas, sendo 12 de curto prazo e 9 de longo prazo (12 parcelas · R$650,00 = R$7.800,00 e 9 parcelas · R$650,00= R$5.850,00).

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

5.

Balanço Patrimonial em 31.12.X1			
ATIVO CIRCULANTE	(R$)	**PASSIVO CIRCULANTE**	(R$)
Saldo bancário	200,00	Duplicatas a pagar	250,00
Aplicações financeiras	840,00	Impostos a recolher	200,00
Duplicatas a receber	1.000,00	Empréstimo	700,00
Mercadorias	4.000,00	Financiamento	2.400,00
	6.040,00		3.550,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
Realizável a Longo Prazo		**Exigível a Longo Prazo**	
Promissórias a receber	2.000,00	Financiamento	1.600,00
Ações de outras empresas	500,00		
Investimentos			
Ações de outras empresas	700,00	**Patrimônio líquido**	
Imobilizado		Capital Social	5.000,00
Imóveis	3.500,00	Lucros Acumulados	5.590,00
Utilitário	3.000,00		10.590,00
Soma	9.700,00		12.190,00
ATIVO TOTAL	15.740,00		15.740,00

6.

a) No balanço, o valor a ser apresentado é o valor a pagar mais os juros devidos até a data do balanço.

- Juros de 3% ao mês (6 meses . 3% = 18% para 180 dias)
- Juros para 2 meses (novembro e dezembro/X4) = 6%
- R$2.000 . 6% = R$120,00
- Saldo em 31/12/X4 = R$2.120,00

b) No balanço, o valor dos estoques a ser apresentado inclui o custo mais todos os gastos necessários até a mercadoria entrar na empresa.

- R$160,00

c) No balanço, as mercadorias devem ser apresentadas pelo custo, salvo se o preço de mercado for menor.

- R$220,00 (custo ou mercado, o menor)

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

d) As aplicações devem ser apresentadas no balanço pelo valor aplicado mais os juros proporcionais a serem recebidos até a data do balanço.

- Juros de 6% para 3 meses; 2% ao mês;
- 1% para 15 dias (de 16/12/X4 até 31/12/X4)
- Juros de 15 dias = R$5,00
- Saldo em 31/12/X4 = R$505,00

Situação financeira

1.

Balanço Patrimonial					
	Ano 1– R$	**AV**	**Ano 2 – R$**	**AV**	**AH**
ATIVO CIRCULANTE	**255.000,00**	**56%**	**230.000,00**	**51%**	-10%
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	25.000,00	5%	25.000,00	6%	0%
Dupls. a receber – clientes	98.000,00	22%	87.000,00	19%	-11%
Estoques	132.000,00	29%	118.000,00	26%	-11%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**200.000,00**	**44%**	**220.000,00**	**49%**	10%
ATIVO TOTAL	**455.000,00**	**100%**	**450.000,00**	**100%**	-1%
	Ano 1 – R$	**AV**	**Ano 2 – R$**	**AV**	**AH**
PASSIVO CIRCULANTE	**315.000,00**	**69%**	**281.000,00**	**62%**	-11%
Dupls. a pagar – fornecedores	30.000,00	7%	29.000,00	6%	-3%
Outras contas	35.000,00	8%	32.000,00	7%	-9%
Empréstimos	250.000,00	55%	220.000,00	49%	-12%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**140.000**	**31%**	**169.000,00**	**38%**	21%
Exigível a Longo Prazo – Financiamentos	**25.000,00**	5%	**45.000,00**	10%	80%
Patrimônio líquido	**115.000,00**	**25%**	**124.000,00**	**28%**	8%
Capital Social	100.000,00	22%	100.000,00	22%	0%
Reservas de lucros	15.000,00	3%	24.000,00	5%	60%
PASSIVO TOTAL	**455.000,00**	**100%**	**450.000,00**	**100%**	-1%

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Demonstração do Resultado do Exercício					
	Ano 1 – R$	**AV**	**Ano 2 – R$**	**AV**	**AH**
Receita Operacional Bruta	**415.000,00**	**126,6%**	**445.000,00**	**126,6%**	7%
(–) Tributos sobre as receitas	(87.150,00)	-26,6%	(93.450,00)	-26,6%	7%
Receita Operacional Líquida	**327.850,00**	**100,0%**	**351.550,00**	**100,0%**	7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(232.774,00)	-71,0%	(245.382,00)	-69,8%	5%
Lucro Bruto	**95.077,00**	**29,0%**	**106.168,00**	**30,2%**	12%
(–) Despesas operacionais	**(59.341,00)**	**-18,1%**	**(63.631,00)**	**-18,1%**	7%
Administrativas	26.228,00	8,0%	27.772,00	7,9%	6%
Comerciais	33.113,00	10,1%	35.858,00	10,2%	8%
Lucro Operacional antes dos resultados financeiros	**35.736,00**	**10,9%**	**42.538,00**	**12,1%**	19%
Despesas financeiras	(26.978,00)	-8,2%	(25.573,00)	-7,3%	-5%
Receitas financeiras	2.025,00	0,6%	2.025,00	0,6%	0%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**10.783,00**	**3,3%**	**18.990,00**	**5,4%**	76%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(3.696,00)	-1,1%	(6.628,00)	-1,9%	79%
Lucro líquido do exercício	**7.087,00**	**2,2%**	**12.363,00**	**3,5%**	74%

2.

	Ano 1– R$		**Ano 2 – R$**	
Indicadores de solvência				
Liquidez corrente	0,81		0,82	
Liquidez seca	0,39		0,40	
Liquidez geral	0,75		0,71	
Liquidez Imediata	0,08		0,09	
Endividamento geral	2,96		2,63	
Endividamento financeiro	2,39		2,14	
Indicadores de atividades				
Prazo médio de recebimento	85	dias	70	dias
Prazo médio de estocagem	204	dias	173	dias
Prazo médio de pagamento	46	dias	43	dias
Giro do ativo	0,72		0,78	

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

	Ano 1– R$		Ano 2 – R$	
Indicadores de margem e rentabilidade				
Margem operacional	10,9%		12,1%	
Margem líquida	2,16%		3,52%	
Retorno sobre o patrimônio líquido	6,16%	a.a.	9,97%	a.a.

3.

Os indicadores de liquidez, apesar de uma pequena melhora no ano 2, não estão dentro dos parâmetros considerados normais, porque estão abaixo de 1,00. Contudo, a empresa tem conseguido lucros nos dois anos analisados. Assim, podemos avaliar que a situação financeira da empresa merece cuidados, mas está sendo controlada por meio da obtenção de lucros. Economicamente os resultados melhoraram e a rentabilidade do ano 2 já começa a entrar em níveis aceitáveis. O resultado do ano 2 foi melhor basicamente porque as receitas cresceram um pouco mais que o custo das mercadorias e não houve aumento adicional das despesas operacionais. Outro fator importante para a melhora da rentabilidade foi a redução do endividamento financeiro, que possibilitou reduzir as despesas financeiras, pressionando menos o lucro. Os pontos fracos da empresa estão nas atividades, onde os prazos médios de recebimento e estocagem estão muito além do normal para empresas comerciais. Isso provoca a necessidade de manter um valor alto do ativo e, consequentemente, a necessidade de financiá-lo, provocando despesas de juros. Isso está refletido no baixo índice de giro do ativo.

4.

Balanço Patrimonial – Formato Financeiro		
	Ano 1 – R$	**Ano 2 – R$**
CAPITAL DE GIRO	**165.000,00**	**144.000,00**
Dupls. a receber – clientes	98.000,00	87.000,00
Estoques	132.000,00	118.000,00
(–)		
Dupls. a pagar – fornecedores	(30.000,00)	(29.000,00)
Outras contas	(35.000,00)	(32.000,00)
ATIVO FIXO	**200.000,00**	**220.000,00**

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Balanço Patrimonial – Formato Financeiro		
ATIVO OPERACIONAL	**365.000,00**	**364.000,00**
	Ano 1 – R$	**Ano 2 – R$**
CAPITAL DE TERCEIROS	**250.000,00**	**240.000,00**
Empréstimos	250.000,00	220.000,00
Financiamentos	25.000,00	45.000,00
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	(25.000,00)	(25.000,00)
CAPITAL PRÓPRIO	**115.000,00**	**124.000,00**
Patrimônio líquido	115.000,00	124.000,00
PASSIVO OPERACIONAL	**365.000,00**	**364.000,00**

Apuração do Lucro Operacional e Custo Financeiro		
	Ano 1 – R$	**Ano 2 – R$**
Alíquota média do IR/CSLL		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	10.783,00	18.990,00
IR/CSLL	3.696,00	6.628,00
Alíquota média	34,3%	34,9%
Custo financeiro líquido de IR/CSLL		
Despesas financeiras	26.978,00	25.573,00
(–) Receitas financeiras	(2.025,00)	(2.025,00)
Despesas financeiras líquidas	24.953,00	23.548,00
Alíquota média	34,3%	34,9%
IR/CSLL s/ despesas financeiras líquidas	8.559,00	8.218,00
Custo financeiro líquido de IR/CSLL	16.394,00	15.330,00
Lucro operacional líquido de IR/CSLL		
Custo financeiro líquido de IR/CSLL	16.394,00	15.330,00
Lucro líquido do exercício	7.087,00	12.363,00
Lucro operacional líquido de IR/CSLL	23.481,00	27.693,00

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

5.

Análise da Rentabilidade				
	Ano 1 – R$		**Ano 2 – R$**	
Método Dupont				
Giro do ativo	0,90		0,97	
x				
Margem operacional	7,16%		7,88%	
=				
Rentabilidade operacional	6,44%	a.a.	7,64%	a.a.
Alavancagem financeira				
Rentabilidade operacional	6,44%	a.a.	7,64%	a.a.
Custo do capital de terceiros	6,56%	a.a.	6,39%	a.a.
Rentabilidade do patrimônio líquido	6,16%	a.a.	9,97%	a.a.

Comentários: a melhoria da rentabilidade operacional foi decorrente tanto da melhora do giro quanto da melhora da margem operacional.

No ano 1, o custo de capital de terceiros foi superior à rentabilidade operacional, provocando queda da rentabilidade do patrimônio líquido, caracterizando alavancagem financeira negativa.

No ano 2, a rentabilidade do patrimônio líquido melhorou, tanto em razão da melhora da rentabilidade operacional quanto do menor custo do capital de terceiros.

6.

Valor Econômico Adicionado – EVA *(Economic Value Added)*			
	Ano 1 – R$		**Ano 2 – R$**
Custo de oportunidade de capital	9%	a	9%
Valor do investimento (Patrimônio líquido)	115.000,00	b	124.000,00
Rentabilidade mínima esperada	10.350,00	c = a · b	11.160,00
Lucro Líquido obtido	7.087,00	d	12.363,00
EVA - Valor Econômico Adicionado	***(3.263,00)***	***e = d – c***	***1.203,00***
Percentual sobre o patrimônio líquido	-2,84%	f = e/b	0,97%

Comentários: no ano 1 tivemos o fenômeno da *destruição* de valor, porque o lucro líquido obtido não conseguiu cobrir o custo do capital. No ano 2 houve a recuperação e a empresa conseguiu apresentar, efetivamente, valor econômico adicionado, superando o custo de capital em 0,97%.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Referências

BERNSTEIN, Peter. **Desafio aos Deuses**: a fascinante história do risco. 2. ed. São Paulo: Campus, 1997.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 dezembro 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 5 nov. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, nos itens 22, 95 e 96. Jan. 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01** – redução ao valor recuperável de ativos. Disponível em: <www.cpc.org.br/pdf/CPC_01.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S. **Accounting Theory and Practice**. 3. ed. Homewood: Richard D. Irwin, 1977.

INDÚSTRIAS ROMI S.A. Disponível em: <www.romi.com.br/fileadmin/Editores/Empresa/Investidores/Documentos/Relatorios/Release_2T09_final-rev.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Contabilidade**: com abordagem para não contadores. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. p. 49.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 408.

WARREN, Carl S. *et al*. **Fundamentos de Contabilidade**: princípios. São Paulo: Cengage, 2009. p. 13-16.

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Anotações

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,
mais informações www.iesde.com.br